

TÂNIA LÚCIA VIANA DE SOUZA

**PERCEPÇÃO E SATISFAÇÃO COM AS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE
PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - PCD NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO
AMAZONAS – UEA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientador: Marco Aurélio Marques Ferreira

Coorientadora: Joab Grana Reis

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2022**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

S729p
2022

Souza, Tânia Lúcia Viana de, 1979-

Percepção e satisfação com as condições de acessibilidade para pessoa com deficiência - PCD na Universidade do Estado do Amazonas - UEA / Tânia Lúcia Viana de Souza. – Viçosa, MG, 2022.

1 dissertação eletrônica (128 f.): il. (algumas color.).

Inclui anexos.

Inclui apêndice.

Orientador: Marco Aurélio Marques Ferreira.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Administração e Contabilidade, 2022.

Inclui bibliografia.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2022.795>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Universidade do Estado do Amazonas - Projeto de acessibilidade - Avaliação. 2. Pessoas com deficiência - Orientação e mobilidade. 3. Ensino superior - Administração. I. Ferreira, Marco Aurélio Marques, 1976-. II. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Administração e Contabilidade. Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título.

CDD 22. ed. 371.916098113

TÂNIA LÚCIA VIANA DE SOUZA

**PERCEPÇÃO E SATISFAÇÃO COM AS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE
PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - PCD NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO
AMAZONAS – UEA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 28 de junho de 2022

Assentimento:

Tânia Lúcia Viana de Souza
Autora

Marco Aurélio Marques Ferreira
Orientador

Dedicado a Deus, e aos que me apoiam incondicionalmente, à família que Ele me deu e à que eu escolhi, aos profissionais da Universidade do Estado do Amazonas UEA e UFV, a todos que lutam por um mundo melhor.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, o meu Abba, ao meu salvador e redentor Jesus Cristo, seu filho amado, e ao meu querido intercessor e ajudador em todos os segundos da minha vida, meu amigo fiel, o Espírito Santo de Deus. A eles toda honra e toda gloria sejam dadas, pois na sua palavra, em *João 15:5*, está escrito: ***“Eu sou a videira; vós sois as varas. Quem permanece em mim e eu nele, esse dá muito fruto; porque sem mim nada podeis fazer.”*** De fato, sem Ele nada eu poderia fazer pois Ele possibilitou que eu chegasse até aqui. Sou muito grata pelas bênçãos e conquistas que Ele tem me concedido.

Aos meus familiares, meus pais, pela educação e ensinamentos de vida, à minha muito amada irmã, Thainá Viana de Souza, por me incentivar, apoiar e me fazer companhia nas madrugadas, momentos de maior importância, ao estudar comigo; à minha filha Alcenira Souza Aves, meu filho Bruce Kaíro Souza Alves e meu neto Cristian Noah Souza Alves, os quais amo incondicionalmente e são meus maiores incentivadores. Deixo aqui registrada a minha enorme gratidão.

Agradeço também ao meu orientador, Marco Aurélio Marques Ferreira, por ter me acolhido, pela disponibilidade, paciência, apoio, pelos ensinamentos e conselhos ao longo de quase três anos de trabalho. Foi uma honra.

Minha gratidão também à minha co-orientadora, Joab Grana Reis, que disponibilizou seu apoio para que esse trabalho fosse desenvolvido, sempre ajudando e trazendo soluções para os questionamentos que surgiram durante esse tempo de desenvolvimento da pesquisa. Essa pesquisa não seria possível sem esse comitê de orientação.

Agradeço ainda aos meus queridos amigos que estiveram comigo nessa jornada, principalmente minha querida amiga bibliotecária do Hospital Adriano Jorge, Marilene de Sena e Silva, que foi a primeira a me incentivar ao me escrever no processo seletivo e me ajudou a escolher o tema do pré-projeto para que eu me candidatasse ao mestrado.

Ao meu amigo, José Carlos Guimarães Jr., pela ajuda durante todo esse processo. Aos professores Jair Max Furtunato Maia, Maria Paula Gomes Morão e Patrícia Albuquerque Melchionna pela oportunidade de cursar o mestrado. Ao Leopoldo Euler, Matthew Miller, Ruth Trindade Ferreira, Victor Russo, Fernanda Cristina e Carlos Renato pelo apoio durante o desenvolvimento deste trabalho. Sou

muito abençoada por Deus ter colocado vocês em minha vida. Minha oração a Deus é de que Ele recompense grandemente cada um de vocês, em nome de Jesus Cristo.

À Universidade Federal de Viçosa, pela oportunidade de realizar a pós-graduação. Minha gratidão aos professores do Programa de Pós-Graduação em Administração da UFV, que contribuíram para a construção deste trabalho, e aos funcionários do Departamento de Administração e Contabilidade pelo suporte durante todo o mestrado. A todos os meus colegas da turma do Minter UEA/UFV (2019) pela parceria, principalmente, nos momentos de dificuldades. Em especial ao Mestre Ricardo Augusto Lunière Fonseca, meu colega do Minter, pelas conversas e ideias trocadas ao longo do curso e por ser um grande incentivador para que eu chegasse até aqui.

Agradeço também a todos os respondentes da comunidade acadêmica da UEA, que se disponibilizaram a participar da pesquisa contribuindo com seus conhecimentos e experiências ao responder o questionário enviado.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Por fim, aos meus pastores Pr. Aberto Miranda, Pra. Liliam Avanil e a minha querida parceira de oração, a irmã Karla Soares do Ministério Pentecostal Unidade Cristã Peniel – MPUCP, por orarem por mim quando eu estava sem forças pra continuar e me encontrava paralisada. As suas orações a Deus me renovaram e me colocaram de pé novamente para continuar a caminhada.

“Nem tudo que se enfrenta pode ser modificado;
Mas nada pode ser modificado até que seja enfrentado”.
(Albert Einstein)

RESUMO

SOUZA, Tânia Lúcia Viana de, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, junho de 2022. **Percepção e Satisfação com as Condições de Acessibilidade para Pessoa com Deficiência - PCD na Universidade do Estado do Amazonas – UEA.** Orientador: Marco Aurélio Marques Ferreira. Coorientadora: Joab Grana Reis.

Este estudo tem o objetivo principal conhecer e compreender a percepção da comunidade acadêmica acerca da satisfação das condições de acessibilidade à pessoa com deficiência (PcD) na Universidade do Estado do Amazonas (UEA). E como objetivos específicos: identificar as variáveis que influenciam as condições de acessibilidade das pessoas com deficiência; descrever as características de acessibilidade percebidas pela comunidade e confrontar as condições de acessibilidade notadas, como as normas e políticas públicas na instituição de ensino superior. Para atender aos objetivos propostos, optamos pelos seguintes métodos: como ferramenta para coleta de dados, utilizamos um questionário semiestruturado na escala de classificação de Likert. Foram aplicados remotamente 352 questionários à comunidade acadêmica da UEA, composta por docentes, técnicos administrativos e discentes PcDs e não PcDs, por meio da ferramenta *Google Forms* no período de 02 a 15 de novembro de 2021. O questionário (Anexo A) foi composto por uma seção de caracterização dos respondentes para apreender seu perfil pessoal e seu conhecimento acerca do tema. Há também uma seção com questionamentos dispostos em escala tipo Likert. Para formar esta seção fizemos uso da escala tipo Likert de 5 pontos, variando entre muito ruim (1) a muito bom (5) e incluindo as opções indiferente (3) e “desconheço/não consigo opinar”. Para a seção “Satisfação com a Infraestrutura do Campus” fez-se uso de uma escala de 5 pontos, variando de péssimo (1) a excelente (5), com a opção de neutralidade ou indiferença (3). Solicitamos a cada respondente que atribuísse uma nota de 1 a 10 para as condições de acessibilidade na UEA, como forma de capturar a percepção geral. Para analisar os dados, empregamos em cada etapa os seguintes tratamentos dos elementos: na primeira etapa, utilizou-se estatística descritiva para caracterizar os respondentes, evidenciando as médias de idade e escolaridade e a nota atribuída às condições de acessibilidade da UEA; na segunda etapa, procedeu-se com a utilização do *Alpha de Cronbach* para formação e validação dos constructos do questionário, confirmando a

confiabilidade das dimensões previamente definidas (procedimento que é utilizado por vários autores na área de ciências sociais aplicadas e visa confirmar a captura do constructo por intermédio das variáveis utilizadas); na terceira etapa, as análises das percepções compartilhadas pela comunidade acadêmica da UEA ocorreram por meio de métodos de avaliação quantitativa, através da técnica de frequência e cruzamentos de categorias e constructos com os gráficos do *Google Data Studio*. Avaliando-se, assim, as percepções e satisfações quanto à acessibilidade na universidade e também o nível de conhecimento da comunidade acadêmica a respeito da pessoa com deficiência. Os resultados revelaram que a nota de acessibilidade da UEA é influenciada pela percepção dos respondentes em relação aos recursos humanos e infraestrutura do campus e não pelo seu conhecimento e familiaridade com o tema ou pela satisfação com as ações de promoção da acessibilidade. Além disso, a idade, escolaridade, gênero e o fato de ser uma pessoa com deficiência não afetam a nota de acessibilidade da instituição. Os aspectos escolaridade, gênero e enquadramento como pessoa com deficiência tiveram parcela praticamente nula no resultado da nota, já que tais fatores não impactam de forma considerável no que tange o tema acessibilidade na UEA. Os resultados indicam que 34,1% dos respondentes não possuem um bom conhecimento em relação às políticas públicas e 20% afirmaram não possuir nenhum conhecimento. Dessa forma, a nota geral para as condições de acessibilidade é influenciada positivamente pelas capacidades institucionais, refletidas pelo investimento em recursos humanos qualificados e infraestrutura física existente. Logo, o investimento nos meios de acesso e sinalização dos prédios, da acessibilidade dos banheiros, salas de aulas e biblioteca consistem nas principais formas de se aumentar a satisfação dos usuários quanto à acessibilidade da instituição. Concluímos que essas questões visam no tocante aos PcDs, com a oportunidade de futuras melhorias em decorrência dessas políticas de acessibilidade e, com esses resultados, entendemos que há uma discrepância entre o real conhecimento das leis e as suas aplicações, bem como um desconhecimento das ações de implementação da acessibilidade. Portanto, os resultados evidenciam que a capacidade institucional é importante para a percepção do nível de acessibilidade de uma organização, principalmente em termos de infraestrutura e profissionais qualificados. Porém, de acordo com a literatura, esta capacidade não se restringe a estes aspectos, englobando também a linguagem, comunicação e integração das pessoas com deficiência. Isso denota a importância

da compreensão dos aspectos que influenciam na acessibilidade e sua relação com a capacidade institucional, motivando mais estudos sobre a temática. Portanto, as políticas públicas para ingresso e permanência precisam ser garantidas em todo o âmbito institucional. Torna-se evidente que a criação e aplicação das políticas públicas de acessibilidade para PcDs na UEA requer uma atenção maior e mais cuidadosa, haja vista sua crescente necessidade, em virtude do continuado e acelerado crescimento da UEA, que, como vimos, se trata da maior universidade multicampi do Brasil e da América Latina; com corpo discente, docente e de servidores cada vez mais amplo e diversificado.

Palavras-chave: Acessibilidade. Percepção. Política pública. Pessoa com deficiência. Ensino superior.

ABSTRACT

SOUZA, Tânia Lúcia Viana de, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, June 2022. **Perception and Satisfaction with Accessibility Conditions for Persons with Disabilities - PwD at the State University of Amazonas - UEA.** Advisor: Marco Aurélio Marques Ferreira. Co-advisor: Joab Grana Reis.

This study has the main objective to know and understand the perception of the academic community about the satisfaction of accessibility conditions for people with disabilities (PwD) at the Universidade do Estado do Amazonas (UEA). And as specific objectives: to describe the characteristics of accessibility perceived by the community and to confront the conditions of perceived accessibility with the norms and public policies in the Higher Education Institution. To meet the proposed objectives, we opted for the following methods: as a tool for data collection, we used a questionnaire with semi-structured questions on a Likert rating scale. 352 questionnaires were applied remotely to the academic community of UEA from November 2 to 15, 2021 and involved professors, administrative technicians, PwD and non-PwD students, using the Google Forms tool. The questionnaire (Annex A) was composed of the respondents' characterization section, in order to capture their personal profile and their knowledge of the matter. As well as another section with questions arranged on a Likert-type scale. For this, we used a 5-point Likert scale, ranging from very bad (1) to very good (5) and including the option of indifferent (3), and the option "I don't know/I can't give an opinion". For the section on satisfaction with the campus infrastructure, a 5-point scale was used, ranging from very bad (1) to excellent (5), with the option of neutrality or indifference (3). We asked each respondent to assign a score from 1 to 10 for the accessibility conditions at UEA, as a way of capturing the general perception. For data analysis, we used the following treatments of the elements for each step. In the first step, we used descriptive statistics to characterize the respondents, evidencing the average age and education, and the score attributed to the accessibility conditions of the UEA, among others. In the second stage, we proceeded with the use of Cronbach's Alpha to form and validate the questionnaire constructs, confirming the reliability of the previously defined dimensions. The procedure that is used by several authors in the area of applied social sciences aims to confirm the capture of the construct through the variables used. In the third stage, the analysis of perceptions shared by the

academic community of UEA took place through quantitative evaluation methods. For the analysis, we used the technique of frequency and crossings of categories and constructs via Google Data Studio graphics. Thus, we evaluated the perceptions and satisfaction regarding accessibility at the university and about knowledge issues in relation to people with disabilities. The results revealed that UEA's accessibility score is influenced by the respondents' perception of human resources and campus infrastructure, but not by their knowledge and familiarity with the topic, nor by their satisfaction with accessibility promotion actions. In addition, age, education, gender and the fact of being a person with a disability do not affect the institution's accessibility score. The points of education, gender and classification as a person with a disability had practically zero share in the score result, as they transcend that these factors do not have a considerable impact on the issue of accessibility at UEA. The results also indicate that, in the respondents' perception, regarding the knowledge of public policies, 34.1% do not have a good knowledge of public policies and 20% said they did not have any knowledge. Thus, the overall score for accessibility conditions is positively influenced by institutional capacities, and is reflected by investment in qualified human resources and existing physical infrastructure. Therefore, the investment in the form of access and signage of the buildings, the accessibility of bathrooms, classrooms and library are the main ways to increase user satisfaction regarding the accessibility of the institution. We conclude that these questions are aimed at respect for PwDs, with the opportunity for future improvements as a result of these accessibility policies and, with these results, we understand that there is a discrepancy between the real knowledge of the laws and their applications, as well as a lack of knowledge of the actions accessibility implementation. Therefore, the results show that institutional capacity is important for the perception of the level of accessibility of an organization, especially in terms of infrastructure and qualified professionals. However, according to the literature, this ability is not restricted to these aspects, since it also encompasses language, communication and integration of people with disabilities. This shows the importance of understanding the aspects that influence accessibility and its relationship with institutional capacity, motivating further studies on the subject. Therefore, public policies for admission and permanence need to be guaranteed throughout the institutional scope. It is evident that the creation and application of public accessibility policies for PwDs at UEA requires greater and more careful attention, given its growing need, due to the continued and accelerated growth

of UEA, which, as we have seen, is the largest multicampi university in Brazil and in Latin America; with an increasingly broad and diversified student, faculty and staff base.

Keywords: Accessibility. Perception. Public policy. Disabled person. University education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Organograma da UEA.....	34
Figura 2 – Traz a relação dos Campi da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, (Escolas Superiores e Centros Superiores de Estudos).	35
Figura 3 – Etapas do tratamento de dados	50
Figura 4 – Perfil pessoal do respondente: A) definição de acessibilidade. B) definição de deficiência. C) se considera uma PCD (Pessoa Com Deficiência).....	88
Figura 5 – Categoria de deficiência dos respondentes da pesquisa realizada na UEA em 2021	89
Figura 6 – Detalhamento dos respondentes PcDs da pesquisa realizada na UEA em 2021	90
Figura 7 – Políticas públicas, leis e regimento de acessibilidade: A) Conhecimento das Políticas Públicas de Acessibilidade da UEA para PCD. B) Satisfação de conhecimento das Políticas Públicas de Acessibilidade da UEA. C) Familiaridade sobre a Lei de Inclusão das Pessoas com Deficiência.....	91
Figura 8 – Política para promoção de acessibilidade na UEA: A) satisfação da promoção do ingresso, acesso e permanência de discentes, docentes e servidores PcDs. B). Quanto trabalhos da Comissão de Articulação da Política Institucional de Inclusão dos Discentes com Necessidades Educacionais Especiais da UEA. C) Percepção do alcance das ações da UEA.	93
Figura 9 – Recursos tecnológicos de acessibilidade: A) percepção a UEA disponibiliza de forma correta os recursos Tecnológicos de acessibilidade que Lei 13.146/2015 (LBI). B) Satisfeito com os recursos tecnológicos de acessibilidade que você já identificou nas unidades UEA. C) Recursos de acessibilidade que você utiliza. D) 4. Em relação aos materiais e equipamentos tecnológicos, e sobre eles serem adequados para acessibilidade das pessoas com deficiência. E) Satisfeito com os recursos tecnológicos de acessibilidade que a UEA oferece.	95
Figura 10 – Recursos humanos: A) UEA possui recursos humanos para PCD. B) Nível de satisfação em relação aos recursos de apoio humanos oferecidos. C) Recursos de acessibilidade que você utiliza. D) Os professores estão familiarizados com a Lei de Inclusão das Pessoas com Deficiências, Lei 13.146//2015 (LBI). E) Serviços de apoio para estudantes, docentes e/ou funcionários PcDs da UEA	97
Figura 11 – Infraestrutura dos <i>Campus</i> - UEA: A). Como é o acesso aos prédios da UEA. B) Satisfação quanto à sinalização e comunicação. C) Aspectos de	

acessibilidade, de forma geral, como você classifica a acessibilidade nas salas de aula da UEA. D). Os aspectos de acessibilidade da biblioteca e suas salas de estudo. E). Considerando os aspectos de acessibilidade dos banheiros. 98

Figura 12 – Grau de satisfação com relação às condições gerais de acessibilidade..... 100

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Quantitativo de alunos PcDs, matriculado na UEA, no período em que foi realizada a Pesquisa.	42
Quadro 2 – Formação e validação dos constructos	55
Quadro 3 – Número de servidores, docentes e discentes da UEA-2020	85

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Centros de Estudo Superior	35
Tabela 2 – Núcleo de Ensino Superior	36
Tabela 3 – Polo de Ensino Superior	37
Tabela 4 – Tabela do Quadro de Servidores UEA – 2020	41
Tabela 5 – Estatísticas descritivas	52
Tabela 6 – Caracterização dos constructos	56
Tabela 7 – Criação dos agrupamentos e testes ANOVA	57
Tabela 8 – Testes Qui-quadrado entre os constructos	59
Tabela 9 – Resultados da regressão linear múltipla	60

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

PCD	Pessoa com deficiência
UEA	Universidade do Estado do Amazonas
CF/88	Constituição Federal de 1988
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MEC	Ministério da Educação
IES	Instituição de Ensino Superior
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PEEAM	Plano Estadual de Educação do Amazonas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO GERAL	20
REFERÊNCIAS	25
ARTIGO 1.....	27
PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE ACADEMICA: SOBRE ACESSIBILIDADE DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA - PCD EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA NO ESTADO DO AMAZONAS	27
1. INTRODUÇÃO	29
2 REFERENCIAL TEÓRICO	44
2.1 Inclusão e Acessibilidade para Pessoas com Deficiência	44
2.2 A percepção no contexto da acessibilidade	45
2.3 Políticas Públicas no Estado do Amazonas	46
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	49
3.1 Tratamento dos dados.....	49
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	52
4.1 Caracterização dos respondentes.....	52
5. CONCLUSÃO	64
REFERÊNCIAS	65
ARTIGO 2.....	71
ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO: DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA - PCD EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA NO ESTADO DO AMAZONAS.....	71
1. INTRODUÇÃO	73
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	76
2.1 Acessibilidade nas Instituições de Ensino Superior	76
2.2 Quanto à Percepção de Inclusão de Pessoa com Deficiência	80
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	84
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	86
4.1 Caracterização da amostra dos respondentes	87
4.2 Análise sobre políticas públicas, leis e regimento de acessibilidade.....	91
4.3 Análise sobre percepção sobre as políticas para promoção de acessibilidade na UEA.....	92
4.4 Análise sobre recursos tecnológicos de acessibilidade.....	94
4.5 Análise dos Recursos Humanos na UEA sobre acessibilidade.....	96
4.6 Análise da infraestrutura das UEA sobre acessibilidade	97
5. CONCLUSÃO.....	101
REFERÊNCIAS	102
REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
ANEXO A	111

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	111
ANEXO B	116
QUESTIONÁRIO SOBRE PERCEPÇÕES DE ACESSIBILIDADE NA UEA.....	116
APÊNDICE A.....	125
RESOLUÇÃO Nº 010/2011	125

INTRODUÇÃO GERAL

Este estudo tem o objetivo principal conhecer e compreender a percepção da comunidade acadêmica a cerca da satisfação das condições de acessibilidade à pessoa com deficiência (PcD) na Universidade do Estado do Amazonas (UEA). E seus objetivos específicos são estes: identificar as variáveis que influenciam nas condições de acessibilidade das pessoas com deficiência; descrever as características de acessibilidade percebida pela comunidade; e confrontar as condições de acessibilidade percebida com as normas e políticas públicas na instituição de ensino superior Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

Devido mudanças no cenário educacional brasileiro, no final da década de 1990 houve um crescimento de estudantes com deficiência que ingressaram em universidades públicas brasileiras. À face do exposto, surge a seguinte questão, será que as instituições de ensino superior estão se modificando para o acolhimento desse público que tem seus direitos garantidos em um arsenal de documentos legais e orientadores? (BRASIL, 2008; 2011; 2009; 2015). Dechichi; Silva; Gomide (2008, p. 337-338), diz que “a chegada de alunos com deficiência aos cursos de graduação das universidades públicas tem revelado uma necessidade emergencial que é a de que os aspectos educacionais relacionados ao processo de atendimento acadêmico deste grupo sejam trazidos ao debate, buscando oferecer condições mínimas de acesso e permanência dessa população no meio universitário.”

Manzini (2008) destaca que o acesso é compreendido de uma maneira ampla, ou seja, corresponde não só ao ingresso à universidade (por meio de um processo seletivo, justo e atento às necessidades dos alunos com deficiência), mas à permanência desse aluno na instituição (subsídios que garantam condições adequadas para a conclusão com sucesso do curso). Assim, acesso implica em um processo de mudança e está diretamente relacionado à criação de condições legais e direitos igualitários (MANZINI, 2008).

A acessibilidade tem sido uma temática cada vez mais discutida e debatida no mundo, especialmente no tocante às políticas públicas e normas que tratam da inclusão

dos direitos das pessoas com deficiências. Contudo, essas pessoas ainda encontram diversos obstáculos em diferentes espaços da sociedade, como a ausência da acessibilidade linguística, no caso de pessoas surdas, ou arquitetônicas, que se tornam barreiras na vida das pessoas com deficiência física. Assim, fica notório que a deficiência “[...] resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas” (BRASIL, 2009, p.10).

A acessibilidade é definida na Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), Art. 3, Inciso I, como:

I - Acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2015, p.2).

Garcia et al. (2018) afirma que a garantia de acessibilidade no ensino superior é muito recente e não há muitos dados sobre a efetivação dessas legislações. Daí a importância de pesquisar sobre o desenvolvimento e a concretização das leis, voltadas às pessoas com deficiência em todo o percurso formativo no ensino superior de forma equitativa. Assim, buscamos confrontar no espaço do ensino superior a percepção da comunidade acadêmica que nos ajudará a verificar se as políticas estão sendo implementadas, para a garantia da inclusão de pessoas com deficiência, tendo em vista as vivências no dia a dia da universidade.

A percepção é entendida como a captação de informações e conhecimentos do mundo exterior e, também, é um hábito com suas próprias características. Assim, na percepção existem quatro componentes essenciais: o aprendizado das pessoas, a afeição e as motivações, as características e nível de estímulo e os sistemas de recepção e seu funcionamento (EHRlich, 1979).

Aguiar (2005, p. 312) afirma que “A percepção se apresenta aqui mais complexa quando se observa que os estímulos não são percebidos isoladamente ou fora de um contexto. Não percebemos um homem com uma batuta, mas um maestro em frente à

orquestra”. Portanto, a compreensão do contexto geral é imprescindível para a percepção, pois é onde os indivíduos e suas ações estão sendo experienciadas. Assim, o estudo enfoca no contexto das políticas públicas e a percepção é voltada para inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior.

As políticas públicas são construídas para garantir os direitos das pessoas com deficiências em um cenário de constantes evoluções educacionais, socioeconômicas e políticas. Vê-se que soluções para as adversidades enfrentadas por esse público são cada vez mais exigidas. Daí surge a necessidade de refletirmos sobre o que realmente significa a inclusão dessas pessoas, para que se possa compreender o que está dificultando ou impedindo a permanência das mesmas em diferentes contextos sociais.

Para Secchi (2014), o conceito de política pública é “uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público e possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público”. O autor considera a existência de duas visões de estudos de políticas públicas: a estatista, (State Centered Policy-Making) que “considera as políticas públicas, analiticamente, monopólio de atores estatais” e a abordagem multicêntrica, que “considera organizações privadas, organizações não governamentais, organismos multilaterais, redes de políticas públicas (*policy networks*), juntamente com os atores estatais, protagonistas no estabelecimento das políticas públicas” (SECCHI, 2014, p. 1- 2). Entendemos que a abordagem multicêntrica desempenha uma visão mais interpretativa e menos positivista do que é uma política pública, impedindo uma pré-avaliação de personalidade de judicatura de uma instituição, podendo assim ser implementada por diferentes atores sociais.

No campo da educação, Monlevade (2009, p.1) afirma que “as políticas públicas educacionais são o conjunto de ações e intenções com as quais o Estado responde às necessidades educacionais de diversos grupos sociais”. Mediante as perspectivas expostas, podemos dizer que as políticas públicas educacionais nos instruem a ter pensamentos diversificados para sanar os obstáculos existentes, estimulando o crescimento intelectual e a formação de indivíduos capazes de gerir mudanças efetivas na sociedade.

Para atender aos objetivos propostos, optamos pelos seguintes métodos: como ferramenta para coleta de dados, utilizamos um questionário com questão

semiestruturado numa escala de classificação de Likert. Foram aplicados remotamente 352 questionários à comunidade acadêmica da UEA, composta por docentes, técnicos administrativos e discentes PcDs e não PcDs, por meio da ferramenta *Google Forms* no período de 02 a 15 de novembro de 2021.

As etapas seguiram da seguinte forma, na primeira etapa, utilizamos estatística descritiva para caracterizar os respondentes, evidenciando as médias de idade e escolaridade e a nota atribuída às condições de acessibilidade da UEA. Na segunda etapa, procedemos com a utilização do *Alpha de Cronbach* para formação e validação dos constructos do questionário, confirmando a confiabilidade das dimensões previamente definidas. O procedimento, que é utilizado por vários autores na área de ciências sociais aplicadas, visa confirmar a captura do constructo por intermédio das variáveis utilizadas.

Na terceira etapa, as análises das percepções compartilhadas pela comunidade acadêmica da UEA ocorreram por meio de métodos de avaliação quantitativa. Para a análise, utilizamos a técnica de frequência e cruzamentos de categorias e constructos com os gráficos do *Google Data Studio*. Avaliando-se, assim, as percepções e satisfações quanto à acessibilidade na universidade e também o nível de conhecimento da comunidade acadêmica a respeito da pessoa com deficiência. Assim, este estudo está estruturado em formato de artigos que têm como finalidade responder os objetivos da pesquisa a partir de estudos teóricos, percurso metodológico, análise e discussão dos resultados.

O primeiro artigo, “Percepção da Comunidade Acadêmica: Sobre Acessibilidade de Pessoa com Deficiência -PcD em uma Universidade Pública no Estado do Amazonas” tem como objetivo desvendar a percepção da comunidade acadêmica da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) quanto ao acesso para pessoas com deficiência, identificando as variáveis que influenciam nas condições de acessibilidade das PcDs e descrever as características de acessibilidade percebidas pela comunidade na Universidade do Estado do Amazonas, visando saber qual o grau de satisfação da comunidade acadêmica da UEA quanto às condições de acessibilidade oferecidas pela instituição.

O segundo, “Acessibilidade e Inclusão: de Pessoas com Deficiência - PcD em uma Universidade Pública no Estado do Amazonas” como o objetivo analisar a inclusão e permanência de pessoas com deficiência por meio da percepção da comunidade acadêmica e confrontar as condições de acessibilidade com normas e políticas públicas, especificamente, na Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal Da República Federativa Do Brasil** - promulgada em 05 de outubro de 1988.

_____. **Declaração Universal Dos Direitos Humanos**, Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948: UNIC/RIO/005, 2009, (DPI/76) Brasília 1998.

_____. **DECRETO LEGISLATIVO Nº 186, DE 09 DE JULHO DE 2008** - Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007.

_____. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. MEC: Brasília, 2008.

_____. **DECRETO Nº 6.949, DE 25 DE AGOSTO DE 2009** - Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. MEC: Brasília, 2009.

BRASIL. **DECRETO Nº 6.711 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: lanalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011_2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 01 de março de 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.146, d 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 03 de março de 2022.

DECHICHI, C., SILVA, L. C. D., & GOMIDE, A. B. (2008). **Projeto Incluir: acesso e permanência na UFU. Inclusão Escolar e Educação Especial: teoria e prática na diversidade**. Uberlândia: EDUFU, 333-352;

MANZINI, E. J. Acessibilidade: um aporte na legislação para o aprofundamento do tema na área de educação. In: BAPTISTA, C. R.; CAIADO, K. R. M.; JESUS, D. M (Org.). Educação Especial: Diálogo e Pluralidade. Porto Alegre: Ed. Mediação, 2008. p. 281-289

DE AGUIAR, Maria Aparecida Ferreira. **Psicologia aplicada à administração: uma abordagem interdisciplinar**. Saraiva, 2005.

EHRlich, Stephane. **Aprendizagem e memória humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979;

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. Cengage Learning, 2014.

MONLEVADE, João Antônio Cabral de. **Plano municipal de educação. Conselho municipal e suas articulações com as políticas públicas**. Brasília: MEC, p. 75-94, 2009.

ARTIGO 1

PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE ACADEMICA: SOBRE ACESSIBILIDADE DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA - PCD EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA NO ESTADO DO AMAZONAS

RESUMO

Este estudo tem como objetivo desvendar a percepção da comunidade acadêmica da Universidade do Estado do Amazonas – UEA quanto ao acesso para pessoas com deficiência (PcD), identificando as variáveis que influenciam nas condições de acessibilidade às PcDs, e descrever as características de acessibilidade percebidas pela comunidade na Universidade do Estado do Amazonas (UEA), visando saber qual o grau de satisfação da comunidade acadêmica da UEA, quanto às condições de acessibilidade oferecidas pela instituição. Para realização da pesquisa, foram utilizados os seguintes métodos: como ferramenta para coleta de dados utilizamos um questionário com questão semiestruturado numa escala de Classificação Likert; para análise dos dados, a estatística descritiva para caracterizar os respondentes; na segunda etapa a utilizou-se do Alpha de Cronbach para formação e validação dos constructos do questionário, confirmando a confiabilidade das dimensões previamente definidas. Os resultados revelaram que a nota de acessibilidade da UEA é influenciada pela percepção dos respondentes em relação aos recursos humanos e infraestrutura do campus, mas não pelo seu conhecimento e familiaridade com o tema e nem pela satisfação com as ações de promoção da acessibilidade. Além disso, a idade, escolaridade, gênero e o fato de ser uma pessoa com deficiência não afetam a nota de acessibilidade da instituição. Quanto à resposta ao problema da pesquisa, foi possível identificar e analisar que o cumprimento das leis de acessibilidade no momento é parcial, tendo em vista que apenas parte das necessidades já são atendidas, faltando apenas ajustes na estrutura já existente na Universidade do Estado do Amazonas - UEA.

Palavras-chaves: Acessibilidade. Percepção. Pessoa com deficiência. Ensino superior.

ABSTRACT

This study aims to unravel the perception of the academic community of the State University of Amazonas (UEA), regarding access for people with disabilities (PwD), by identifying the variables that influence the accessibility conditions for PwDs and describing the accessibility characteristics perceived by the community at the State University of Amazonas (UEA), in order to know the degree of satisfaction of the academic community at UEA regarding the accessibility conditions offered by the institution. To carry out the research, the following methods were used: as a tool for data collection, we used a questionnaire with a semi-structured question on a Likert rating scale; for data analysis: descriptive statistics to characterize the respondents, in the second stage, Cronbach's Alpha was used to form and validate the questionnaire constructs, confirming the reliability of the previously defined dimensions. The results revealed that UEA's accessibility score is influenced by the respondents' perception of human resources and campus infrastructure, but not by their knowledge and familiarity with the topic, nor by their satisfaction with accessibility promotion actions. In addition, age, education, gender and the fact of being a person with a disability do not affect the institution's accessibility score. As for the answer to the research problem, it was possible to identify and analyze that compliance with accessibility laws at the moment is partial, given that only part of the needs is already met, lacking only adjustments in the existing structure at the State University of Amazonas (UEA)).

Keywords: Accessibility; Perception; Disabled person; University education.

1. INTRODUÇÃO

Como o advento dos alunos com deficiência ao ensino superior tem sido cada vez mais perceptível, não só nas instituições brasileiras, mas também mundialmente, surgem as necessidades de atenção da instituição de ensino superior nas efetivações das políticas públicas educacionais que devem estar voltadas para a eliminação de todas as formas de discriminação. Para a construção de um sistema educacional inclusivo e democrático, faz-se necessário a efetivação as IES precisam estar preparadas a dar o apoio a pessoas com deficiência bem como com instituições de ensino superior e a comunidade em geral.

Portanto a face do exposto, há dúvida quanto ao preparo das instituições de ensino superior para o acolhimento desse público, que passou a ter seus direitos garantidos pelas Normas Constitucionais e Legislação Brasileira, tais como: a promulgação da Constituição Federal Brasileira de 1988 representou um marco importante com diversos avanços na proteção aos direitos desse grupo quanto ao acesso ao ensino superior.

Dechichi; Silva; Gomide (2008, p. 337-338), diz que “a chegada de alunos com deficiência aos cursos de graduação das universidades públicas tem revelado uma necessidade emergencial que é a de que os aspectos educacionais relacionados ao processo de atendimento acadêmico deste grupo sejam trazidos ao debate. Buscando oferecer condições mínimas de acesso e permanência dessa população no meio universitário”.

MANZINI (2008) destaca que o acesso é compreendido de uma maneira ampla, ou seja, corresponde não só ao ingresso à universidade (por meio de um processo seletivo, justo e atento às necessidades dos alunos com deficiência), mas à permanência desse aluno na instituição (subsídios que garantam condições adequadas para a conclusão com sucesso do curso). Assim, acesso implica em um processo de mudança e está diretamente relacionado à criação de condições legais e direitos igualitários (MANZINI, 2008).

Diante da narrativa do autor, entendemos que os alunos com deficiência ainda enfrentam muitas dificuldades de locomoção em decorrência da falta de acessibilidade arquitetônica nas universidades. Pereira (2007), em sua pesquisa “Inclusão e

universidade: Análise de trajetórias acadêmicas na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul”, constatou que são evidentes as dificuldades enfrentadas pelos alunos com deficiência no ensino superior em decorrência da falta de acessibilidade.

SOUZA (2010), em seu estudo sobre “A inclusão do aluno com deficiência na Universidade Federal de Sergipe”, afirma que não basta a reserva de vagas, o desafio agora é adequar a universidade às condições efetivas para que todos os alunos tenham direito e acesso de fato aos cursos oferecidos pela Universidade Federal de Sergipe. Consoante a isto, também as pesquisas de Manzini et al. (2003), Pellegrini (2006), Perini (2006), Parreira (2007), Miranda e Silva (2008), Oliveira e Manzini (2008) e Souza (2010) apontam que a falta de acessibilidade ainda é rotineira no cenário universitário brasileiro.

Mediante as narrativas dos autores acima, podemos analisar que as instituições de ensino superior apresentam diversas barreiras para atender às exigências que têm emergido quando o estudante com deficiência ingressa na universidade e essa realidade se materializa de forma muito diversa no país. É necessária uma preparação em todas as perspectivas para a eliminação de barreiras físicas, sociais, atitudinais, pedagógicas e curriculares, entre outras; afim de que, de fato, aconteça o ingresso, a permanência e sucesso acadêmico de forma equitativa. Atentando também na formação continuada e na especialização dos futuros docentes que atuam e atuarão com este público.

Já sobre a formação dos professores para atuar com alunos com necessidades específicas, Torres González (2002) adverte: Qualquer aluno, sendo formado para ser professor, deveria receber uma adequada preparação básica que lhe proporcionasse algumas estratégias para desenvolver seu trabalho com alunos que portam necessidades específicas, de modo a poder oferecer-lhes respostas adequadas em situações cotidianas.

Em face do exposto, podemos afirmar que são diversos os desafios a serem superados pelas IES. Para esse artigo, decidimos por conhecer a percepção da comunidade acadêmica da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) quanto à questão da acessibilidade para pessoas com deficiência.

De acordo com dados da Organização das Nações Unidas (ONU), o número de pessoas com algum tipo de deficiência no mundo é estimado em 1 bilhão, cerca de 15% da população mundial. No Brasil, o último Censo do IBGE, realizado em 2010, aponta

que, dentre uma população de pouco mais de 190 milhões de habitantes, cerca de 24% declararam ter algum tipo de deficiência. Portanto, seriam mais de 45 milhões de PcDs (IBGE, 2010). Diante desta realidade, vemos que as políticas públicas de acessibilidade e inclusão são extremamente importantes e necessárias, já que as PcDs englobam uma parcela considerável da população brasileira.

Com isso, muito se tem articulado sobre os direitos e as necessidades das pessoas com deficiência, principalmente quando se trata das acessibilidades oferecidas a esse público. É imprescindível que as pessoas com deficiência tenham o devido acesso à sociedade como um todo. Por conta disso, devemos nos atentar ao que ainda impede ou dificulta a presença ou permanência delas no meio social. É também importante salientar que estas pessoas possuem os mesmos direitos constitucionais que qualquer outro cidadão.

Deste modo, ressaltamos que aos PcDs são assegurados constitucionalmente um ambiente saudável e adaptado às suas necessidades especiais, como descritos na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 -, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que dá também outras providências a estes.

Contudo, nem sempre a acessibilidade é garantida aos PcDs. Entende-se que a acessibilidade é um processo dinâmico, que envolve o desenvolvimento tecnológico e social, modificando-se conforme as necessidades exigidas pela época e pela humanidade (TORRES et al., 2002).

Diante disso, observamos que, tratando-se da acessibilidade para PcDs e dos seus direitos, contemplados nas legislações Brasileiras, percebemos que a aplicação dos mesmos ainda é muito frágil, dificultando às PcDs o acesso ao que é estabelecido e garantido pela Lei. Assim, a presente pesquisa tem como objetivo principal conhecer a percepção das pessoas com deficiência, identificando as variáveis que influenciam nas condições de acessibilidade à PcD e descrevendo as características de acessibilidade percebidas pela comunidade da Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

O estudo busca saber qual a percepção e o grau de satisfação da comunidade acadêmica da UEA, quanto às condições de acessibilidade oferecida pela instituição, quanto aos impactos e consequências dos decretos regulatórios das leis vigentes, sua

importância e possíveis melhorias na estrutura arquitetônicas existentes na UEA para a garantia ao direito à acessibilidade da pessoa com deficiência.

Portanto para este estudo fizemos uma breve caracterização da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) ressaltando as Normatizações das Políticas de PcD na UEA, que por se tratar de uma instituição pública, mantida pelo Governo do Estado do Amazonas, autônoma. E que tem na sua política educacional a missão de promover a educação, criar e desenvolver os conhecimentos científicos e fomentar a inovação tecnológica, particularmente sobre a Amazônia, agregado de valores éticos capazes de integrar o homem à sociedade, aprimorando a qualidade dos recursos humanos existentes na região (PDI UEA, 2017/2021).

Sua formação decorre das origens do Instituto de Tecnologia da Amazônia (UTAM), que foi criado através da publicação do Decreto Estadual n.º 2.540 de 18/01/1973, nos termos da Lei Estadual nº 1.060, de 14/12/1972. Assim, com a publicação da Lei Estadual n.º 1.273 de 10/10/1977, a UTAM foi transformada no Instituto de Ensino Superior, seguindo as normas de regulamentação federal. A projeção desse instituto é desenvolver sua estrutura nos próximos 28 anos e oferecer inúmeros cursos na área de tecnologia, incluindo os cursos de Engenharias Operacionais da Madeira, Mecânica, Eletrônica, Eletrotécnica, Manutenção Mecânica, Construção Civil, Topografia e Estradas, além de Processamento de Dados, Engenharia de Produção e Engenharia de Computação.

A Lei n.º 2.637/2001 que cria a Universidade do Estado do Amazonas (UEA), iniciando em 03/08/2001 suas atividades em 12 de janeiro do mesmo ano, passando a oferecer novas perspectivas para os Amazonenses e para estudantes originários de outros estados. Em 30 de junho de 2005 foi realizada a formatura da primeira turma, com 7.150 alunos, do curso Normal Superior do Programa de Formação de Professores (Proformar) - um projeto vencedor do prêmio Objetivos do Milênio e apontado pela Organização das Nações Unidas – ONU para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) como modelo a ser seguido por outros países.

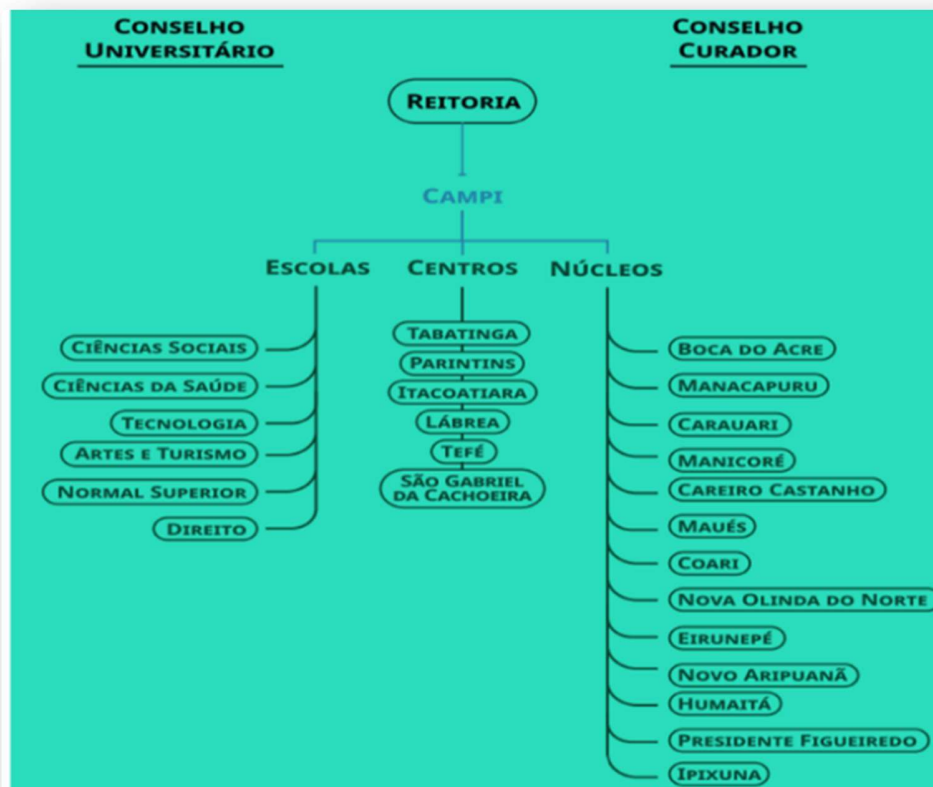
Além dos cursos de graduação, sendo estes bacharelados, licenciaturas e tecnológicos, a universidade também concentra esforços para ampliar a oferta de pós-graduação nas mais diversas áreas de pesquisa. Atualmente, a instituição possui 64

curso regulares e 185 de oferta especial, contabilizados por município de oferta, e 65 cursos contabilizados por nomenclaturas. Além de seus cursos, a UEA possui políticas públicas como o sistema de cotas (para residentes no interior, indígenas e pessoas com deficiência) e isenção de taxas de inscrição nos processos seletivos de ingresso (Vestibular e Sistema de Ingresso Seriado – SIS) que oportunizam equidade no acesso à universidade pública (PDI, 2017).

Nos cursos de Pós-graduação, oferece, aproximadamente, 64 especializações (*Lato sensu*), quinze (15) cursos de Mestrado e cinco (05) de Doutorados (*Stricto sensu*), além de oito cursos de Minter e Dinter (programas de mestrado e doutorados interinstitucionais). Atualmente a UEA possui mais de 25 mil estudantes regularmente matriculados na graduação e na pós-graduação, 1.070 professores e 640 técnicos administrativos em educação.

Apontada na atualidade como a maior universidade multicampi do país, ou seja, é a instituição de ensino superior brasileira com o maior número de unidades que integram a sua composição. Em sua estrutura, é composta por: uma (1) reitoria e seis (06) unidades acadêmicas na capital (escolas superiores), assim identificadas: Escola Superior de Ciências da Saúde (ESA), Escola Superior de Tecnologia (EST), Escola Normal Superior (ENS), Escola Superior de Artes e Turismo (ESAT) e Escola Superior de Ciências Sociais (ESO) e Escola de Direito (ED) conforme figura 9 abaixo:

Figura 1 – Organograma da UEA



Fonte: UEA PDI (2017-2021)

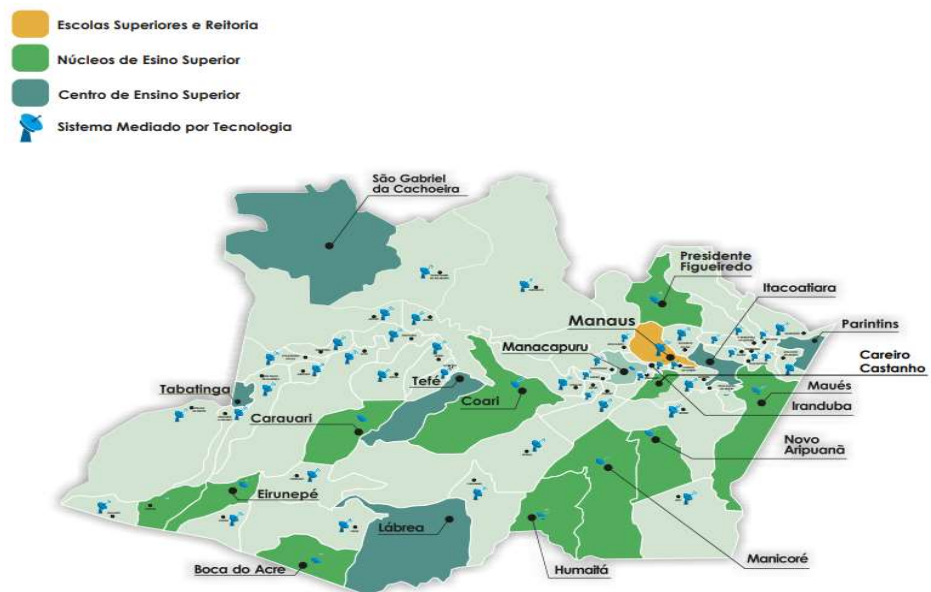
Atualmente possui seis (06) Centros de Estudos Superiores identificados por nomenclatura e Município conforme tabela abaixo:

Tabela 1 – Centros de Estudo Superior

Centro de Estudo Superior		Municípios do Amazonas
1	Centro de Estudos Superiores de Parintins – CESP	Parintins/AM
2	Centro de Estudos Superiores de Tefé – CEST	Tefé/AM
3	Centro de Estudos Superiores de Itacoatiara – CESIT	Itacoatiara/AM
4	Centro de Estudos Superiores de Lábrea – CESLA	Lábrea/AM
5	Centro de Estudos Superiores de São Gabriel da Cachoeira - CESSG	São Gabriel da Cachoeira – CESSG/AM
6	Centro de Estudos Superiores de Tabatinga – CESTB,	Tabatinga/AM

Fonte: UEA PDI/2017-2021

Figura 2 – Traz a relação dos Campi da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, (Escolas Superiores e Centros Superiores de Estudos).



Fonte: PROPLAN UEA (PDI 2017- 2021)

Além de treze (13) Núcleos de Ensino Superior no interior do estado, identificados conforme a Tabela 2:

Tabela 2 – Núcleo de Ensino Superior

Núcleo Ensino Superior		Municípios do Amazonas
1	Núcleo de Ensino Superior de Manacapuru – NESMPU	Manacapuru
2	Núcleo de Ensino Superior de Presidente Figueiredo – NESPFDD	Presidente Figueiredo
3	Núcleo de Ensino Superior de Maués – NESMAU	Maués
4	Núcleo de Ensino Superior de Coari – NESCOA	Coari
5	Núcleo de Ensino Superior de Carauari – NESCAR	Carauari
6	Núcleo de Ensino Superior de Manicoré – NESMCR	Manicoré
7	Núcleo de Ensino Superior de Novo Aripuanã – NESNAP	Novo Aripuanã
8	Núcleo de Ensino Superior de Boca do Acre – NESBCA	Boca do Acre
9	Núcleo de Ensino Superior de Humaitá – NESHUM	Humaitá
10	Núcleo de Ensino Superior de Eirunepé – NESEIR	Eirunepé
11	Núcleo de Ensino Superior de Careiro Castanho – NESCAC	Careiro Castanho
12	Núcleo de Ensino Superior de Nova Olinda do Norte – NESNON	Nova Olinda do Norte
13	Núcleo de Ensino Superior de Ipixuna – NESIX	Ipixuna

Fonte: UEA PDI/2017-2021

A UEA possui ainda, em sua conjuntura, quarenta e um (41) polos que atuam com a modalidade de cursos na forma de sistema mediado e presencial no interior do Amazonas, nos seguintes Municípios identificados como:

Tabela 3 – Polo de Ensino Superior

Nº	POLO UEA	Nº	POLO UEA	Nº	POLO UEA	Nº	POLO UEA
1	Alvarães – AM	12	Boa Vista Ramos – AM	23	Itapiranga – AM	34	São Paulo de Olivença –AM
2	Amaturá – AM	13	Borba – AM	24	Japurá – AM	35	São Sebastião do Uatumã – AM
3	Anamá – AM	14	Caapiranga – AM	25	Jutai – AM	36	Silves – AM
4	Anori – AM	15	Canutamã – AM	26	Manaquiri – AM	37	Tapauá – AM
5	Apuí – AM	16	Careiro da Várzea – AM	27	Maraã – AM	38	Tonantins – AM
6	Atalaia do Norte – AM	17	Codajás – AM	28	Nhamundá – AM	39	Uarini – AM
7	Autazes – AM	18	Envira – AM,	29	Novo Airão – AM	40	Urucará – AM
8	Barcelos – AM	19	Fonte Boa – AM	30	Pauini – AM	41	Urucurituba – AM
9	Barreirinha – AM	20	Guajará – AM	31	Rio Preto da Eva – AM		
10	Benjamin Constant – AM	21	Irاندوبا – AM	32	Santa Isabel do Rio Negro –AM		
11	Beruri – AM	22	Itamarati – AM	33	Santo Antônio, do Içá – AM		

Fonte: UEA PDI/2017-2021

A UEA é uma instituição pública reconhecida nacional e internacionalmente, tornando-se protagonista no crescimento regional, nos processos de interiorização de seus cursos e em projetos de desenvolvimento social (PDI UEA, 2017/2021). No campo da extensão universitária, é a maior universidade *multicampi* do país. Possui importante variedades de ações, programas e projetos. Todos esses visando à promoção da política institucional de extensão universitária e ao atendimento das necessidades da sociedade, por meio do conhecimento científico e tecnológico. Soma-se a isso o apoio e o incentivo às ações de apoio à comunidade universitária da UEA, que buscam a integração e o bem-estar dos alunos e dos servidores, (PDI UEA, 2017/2021).

A Universidade do Estado do Amazonas tem como elementos norteadores de todas ações, desde planejamento institucional até pequenas medidas meramente administrativas, como:

A missão da UEA é defender a promoção da educação, construir o conhecimento científico e fomentar a inovação tecnológica para atender às demandas e se integrar com a sociedade de forma a superar o desafio de desenvolver a Amazônia com sustentabilidade.

Sua visão, a afirmação da UEA nos próximos cinco anos como instituição de referência nacional em ensino superior, caracterizada pelo compromisso social de instituição pública e pela excelência na gestão.

Seus valores são, o Respeito, Justiça, Liberdade, Inovação, Responsabilidade Social, Cidadania e Valorização dos servidores técnico-administrativos, docentes e colaboradores (PDI 2017/2021, UEA).

Diante do exposto, entendemos que a UEA surge como uma instituição pública que visa proporcionar ensino superior e desenvolver o conhecimento científico na região amazônica, impactando na cultura, no ambiente social e formando profissionais capacitados para atender o mercado de trabalho nos mais variados seguimentos como: saúde, tecnologia, educação, cultura, dentre outros. Neste sentido, a UEA compreende a necessidade de desenvolver políticas públicas de acolhimento de grupos que até então eram marginalizados pela sociedade por ter certas limitações físicas, o que as classificam como pessoas com deficiência. A fim de reduzir essas diferenças, a universidade vem implementando em sua estrutura vagas destinadas a essa classe de pessoas para a melhoria da acessibilidade para o ingresso e formação no ensino superior.

Além disso, a UEA, através do seu Conselho Universitário, criou a Resolução nº 010/2011, concebendo assim o Programa de Inclusão e Acessibilidade para Pessoas com Deficiência da Universidade do Estado do Amazonas – PIAPNE/UEA. Dos artigos 1 ao 9º que tem como objetivo propiciar o acesso e a permanência qualificada das pessoas com deficiência, por meio da redução de barreiras arquitetônicas, comunicacionais, informacionais e atitudinais curriculares. Também trata das orientações a serem implantadas no âmbito da sede e de todos os campi do interior. No Art. 3º, é exposto o objetivo geral do PIAPNE, que é propiciar o acesso e a permanência qualificada das pessoas com necessidades especiais, por meio da redução de barreiras arquitetônicas, comunicacionais, informacionais, atitudinais e curriculares. Art. 4º. São objetivos específicos do PIAPNE:

I - Promover o ingresso, o acesso e permanência de estudantes, professores e técnico-administrativos com necessidades especiais e demais pessoas da comunidade em geral na Universidade do Estado do Amazonas - UEA;

II - Identificar estudantes com necessidades educacionais especiais, professores e técnico-administrativos com necessidades especiais na Universidade do Estado do Amazonas;

III - Identificar as barreiras arquitetônicas, mantendo o acompanhamento de soluções estabelecidas em mapa de eliminação delas nas unidades da Universidade do Estado do Amazonas;

IV - Propiciar à comunidade acadêmica os Núcleos de Acessibilidade para abrigar tecnologias assistivas, recursos didáticos e apoio para o desenvolvimento das atividades acadêmicas, dos estudantes e funcionários com necessidades especiais;

V - Oferecer melhores condições de acesso às informações por meio de intérprete de LIBRAS, texto em Braille, audiodescrição, softwares acessíveis e textos ampliados;

VI - Apresentar recursos pedagógicos, metodológicos e tecnológicos alternativos, com vistas ao apoio para a elaboração, implantação e execução dos projetos pedagógicos dos cursos, na perspectiva da educação inclusiva;

VII - Garantir a formação continuada para os professores e funcionários envolvidos no atendimento às pessoas contempladas nos incisos do artigo 3º do referido Programa, por meio dos Núcleos de Acessibilidade da Universidade do Estado do Amazonas;

VIII - Manter nos seus corpos constitutivos profissionais habilitados para a oferta de disciplina de LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais e de Educação, inclusive nos cursos ofertados pela Universidade, bem como profissionais com habilitação em interpretação e/ou tradução para a promoção do apoio em sala de aula, nos termos do Decreto N. 5.626/2005;

IX – Instituir os Núcleos de Acessibilidade para discutir e estabelecer o processo avaliativo dos estudantes com deficiência, transtorno global de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, nos cursos da Universidade do Estado do Amazonas.

X - Regulamentar a avaliação institucional aos discentes com deficiência, transtorno global de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, em parceria com os Núcleos de Acessibilidade.

XI – Estimular o desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa, extensão, e apoiar à realização de eventos cuja abordagem seja a inclusão social de pessoas com necessidades especiais e de sociedade inclusiva;

XII- Garantir o atendimento prioritário às pessoas com deficiência;

XIII - Formar a cultura de inclusão na Universidade do Estado do Amazonas.

Art. 5º. Com a finalidade de prestar apoio acadêmico aos estudantes portadores de necessidades especiais, a Universidade do Estado do Amazonas adotará uma modalidade de bolsa discente denominada Bolsa

Tutoria, através do acompanhamento de um discente matriculado na mesma turma, período e curso.

Parágrafo Único – A Bolsa Tutoria será solicitada pelo discente com necessidades especiais e submetida à Coordenação Geral deste programa.

Art.6º - São critérios de seleção geral para os discentes receberem a Bolsa Tutoria:

I – Coeficiente Acadêmico acima de 7,0 (sete).

II - Capacidade para trabalhar em equipe;

III – Disponibilidade pessoal e de horário;

IV - Assumir, por meio de Termo de Compromisso quanto à formação mínima definido pelo Núcleo de Acessibilidade, responsabilidade para realizar a tutoria com os estudantes contemplados pelo PIAPNE.

Art.7º - Ao Aluno Tutor compete desenvolver atividades de apoio e acompanhamento educacional ao portador de necessidades especiais.

Art. 8º – Uma vez selecionado pelo acadêmico portador de necessidades especiais, o discente que receber Bolsa Tutoria assina o Termo de Compromisso relativo a ela, junto à Pró - Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários.

Art. 9º - A Bolsa Tutoria será concedida pelo prazo de 1 (um) período letivo completo, podendo ser renovada por períodos sucessivos até o término do curso.

Parágrafo Único - A Bolsa Tutoria poderá ser rescindida a qualquer tempo, por qualquer uma das partes, por comunicação escrita ou quando do seu vencimento. (UEA, 2011, p. 1-2)

Recentemente foi criada, por meio da Portaria nº 697/2019-GR/UEA, a Comissão para a Articulação da Política Institucional de Inclusão dos Discentes com Necessidades Educacionais Especiais da UEA, para fortalecer ações para a implantação políticas públicas voltadas para garantia da acessibilidade. Para ingresso, destacamos a Resolução de nº 015/2020 – GR/UEA, que institui as Normativas da Política de Ingresso dos Discentes com Necessidades Educacionais Especiais da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Criou-se, ainda, a Portaria nº 0432/2020 - GR/UEA - Comissão de Políticas para a Pessoa Surda, no âmbito da Universidade do Estado do Amazonas.

A Portaria Nº 034/2022 - GR/UEA, que nomeia Marcos Roberto dos Santos para responder pela Coordenação de Políticas para a Pessoa Surda, no âmbito da Universidade do Estado do Amazonas. Assim, dados os marcos temporais dos documentos que estão sendo produzidos, podemos identificar um movimento recente de regulamentações de ações no âmbito da universidade quanto ao ingresso e permanência de estudantes com deficiência.

No ano de 2020, a Instituição tem em seu quadro de servidores dentre eles docentes e técnicos administrativos, o total de 1.234 (um mil e duzentos e trinta e quatro) servidores na capital e 374 (trezentos e setenta e quatro) no interior do Estado totalizando um quantitativo de 1.608 (um mil e seiscentos e oito) servidores à época da realização deste estudo, conforme dados da tabela 04 abaixo:

Tabela 4 – Tabela do Quadro de Servidores UEA – 2020

CONCURSADOS		COMISSIONADOS				TOTAL
DOCENTE EFETIVO	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	TÉCNICO ADMINISTRATIVO (SEM VÍCULO)	À DISPOSIÇÃO	DOCENTE TEMPORARIO		
MASCULINO	532	162	113	6	21	834
FEMENINO	446	130	179	15	4	774
TOTAL	978	292	292	21	25	1.608
CAPITAL	758	185	267	14	10	1.234
INTERIOR	220	107	25	7	15	374
TOTAL	978	292	292	21	25	1.608

Fonte: Coordenação Recurso Humanos - CRH;/PROPLAN/UEA

Ressaltamos ainda, que, a UEA possui em seu quadro de servidores apenas 2 (dois) servidores efetivos, Técnicos Administrativos que são PCD's, aprovados em Concurso Público em 2014 vagas destinadas a PCD's. Já nos concursos públicos para professores, as vagas são gerais, não havendo vagas destinadas a PCD's. Nas contratações de comissionados e temporários também não há essa exigência segundo a Coordenação Recurso Humanos - CRH;/PROPLAN/UEA).

Quadro 1 – Quantitativo de alunos PcDs, matriculado na UEA, no período em que foi realizada a Pesquisa.

UNIDADE FISICA	CURSO	TOTAL
ENS	Ciências Biológicas	4
	Geografia	1
	Letras	6
	Pedagogia	2
ENS Total		13
ESA	Educação Física	7
	Enfermagem	3
	Medicina	13
	Odontologia	4
ESA Total		27
ESAT	Teatro	1
ESAT Total		1
ESO	Administração	9
	Ciências Contábeis	5
	Ciências Econômicas	1
	Direito	12
ESO Total		27
EST	Computação	1
	Engenharia Civil	2
	Engenharia de Computação	3
	Engenharia de Controle e Automação	1
	Engenharia de Materiais	2
	Engenharia de Produção	2
	Engenharia Elétrica	2
	Engenharia Eletrônica	4
	Engenharia Mecânica	2
	Engenharia Naval	1
	Engenharia Química	1
	Meteorologia	1
	Sistemas de Informação	3
EST Total		25
CES-Itacoatiara	Computação	1
	História	1
CES-Itacoatiara Total		2
CES-Parintins	Ciências Biológicas	1
	Engenharia Civil	1
	Física	1
	Geografia	4
	História	3
	Letras	1
	Matemática	2
	Pedagogia	2
Química	4	
CES-Parintins Total		19
CES-São Gabriel da Cachoeira	Alimentos	1
	Ciências Contábeis	1
CES-São Gabriel da Cachoeira Total		2
CES-Tefé	Pedagogia	1
CES-Tefé Total		1
CES-Tabatinga	Pedagogia	2
CES-Tabatinga Total		2
UNIDADE FISICA	CURSO	Total
NES-Boca do Acre	Geografia	1
	Letras	1
NES-Boca do Acre Total		2
NES-Carauari	História	1
NES-Carauari Total		1
NES-Eirunepé	Letras	1
NES-Eirunepé Total		1
NES-Humaitá	História	1

NES-Humaitá Total		1
NES-Maués	Administração	1
NES-Maués Total		1
NES-Manicoré	Ciências Contábeis	1
	Educação Física - Licenciatura	2
	Letras	1
NES-Manicoré Total		4
NES-Nova Olinda do Norte	Ciências Biológicas	1
NES-Nova Olinda do Norte Total		1
Boa Vista dos Ramos	Matemática	1
Boa Vista dos Ramos Total		1
Irاندوبا	Matemática	1
Irاندوبا Total		1
TOTAL		132

Fonte: Pró- reitoria de Planejamento PROPLAN/UEA.

Desse universo de 20.622 atores, envolvendo servidores, docentes e discentes PcDs e não - PcDs da UEA, o questionário foi encaminhado para quase 2 mil pessoas e obtivemos, no total, o retorno de 352 respondentes. Ou seja, cerca de 20% do total.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Inclusão e Acessibilidade para Pessoas com Deficiência

A inclusão social é definida como um apanhado de medidas que são voltadas para indivíduos excluídos do meio social, quer seja por alguma deficiência física ou mental, pela cor da pele, orientação sexual, gênero, ou mesmo pelo poder aquisitivo. Segundo a perspectiva radical da inclusão educacional, o objetivo principal das escolas e universidades é fortalecer as habilidades de socialização e mudar o pensamento estigmatizado sobre as deficiências ou transtornos. A diversidade é vista como valor em si mesmo e como oportunidade de aprendizagem e convivência que beneficia a todos.

Sassaki (2003) acredita que a inclusão social é a forma pela qual a sociedade se adapta para poder inserir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais ou que sofram qualquer tipo de discriminação e, simultaneamente, capacitá-las para assumirem os seus papéis. Sassaki (1997, p. 112) fala ainda que a ideia de integração dos PcDs surgiu para derrubar a prática da exclusão social a que foram submetidas as pessoas deficientes por vários séculos. A exclusão ocorria em seu sentido total, ou seja, as pessoas portadoras de deficiência eram excluídas da sociedade para qualquer atividade porque eram consideradas inválidas, sem utilidade para a sociedade e incapazes para trabalhar, características atribuídas indistintamente a todos que tivessem alguma deficiência.

Quando se trata de acessibilidade, a Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT (2004) define acessibilidade, por meio da norma NRB 9050, como a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaços, mobiliários, equipamentos urbanos e elementos. A mesma norma define o termo acessível como espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento que possa ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa, inclusive aquelas com mobilidade reduzida.

Porém, (MANZINI, 2005, p. 31-32) o termo acessibilidade deve refletir algo mais concreto, palpável. O conceito de acessibilidade se sedimenta em situações que podem ser vivenciadas nas condições concretas da vida cotidiana, ou seja, acessível é algo que

pode ser observado, implementado, medido, legislado e avaliado. Dessa forma, pode-se criar condições de acessibilidade para que as pessoas possam ter acesso a determinadas situações ou lugares. A inclusão social deve ser vista, medida e interpretada tendo como referencial o próprio meio social e não somente as condições de acessibilidade. Tais condições, presentes na estrutura física das instituições, como escolas e universidades, devem estar relacionadas às políticas inclusivas das estruturas administrativas, que devem refletir uma atitude de luta contra a exclusão.

Portanto, a inclusão social constitui um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade, buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos. Para incluir, a sociedade deve ser modificada a partir do pressuposto de que ela precisa ser capaz de atender às necessidades de todos os seus membros. Já a acessibilidade deve ser observada e tida como prioridade e como um pilar primordial no seio da sociedade, não somente com condições de acessibilidade presentes nas estruturas arquitetônicas das instituições, mas também com políticas de inclusão estruturais administrativas da sociedade como um todo.

2.2 A percepção no contexto da acessibilidade

Segundo (BALDANZA, et al., 2013, p.219), “perceber seria a capacidade de interpretar o mundo externo e tudo que se encontra no ambiente da organização pode ser percebido pelos indivíduos e conseqüentemente poderá influenciar na forma como o mesmo vê a organização”. Logo, a percepção sofre influência interna e externa devido a dinâmica dos estímulos percebidos por cada realidade social.

Para Banov (2009), “a percepção é um processo por meio do qual os estímulos físicos, captados pelos órgãos dos sentidos, são transformados em interpretações psicológicas”. De acordo com a autora, perceber seria a capacidade de interpretar o mundo externo e tudo que se encontra no ambiente da organização pode ser percebido pelos indivíduos e conseqüentemente poderá influenciar na forma de como eles veem a organização.

O autor afirma que o processamento das informações do ambiente pelo indivíduo envolve a organização, armazenamento e a recuperação da informação. Neste processo, uma das partes importantes às quais os gestores devem estar atentos é que a “significação de objetos, contextos, acontecimentos e pessoas, indispensável nas relações humanas, são decorrentes do processamento das informações que chegam ao cérebro, cheias de falhas e distorções.” Banov (2009, p. 56-57).

Nesse viés, a inclusão e a percepção de acessibilidade de pessoas PcDs no campo universitário se reforça quando se somam as ações, as leis e a estrutura, de modo que a o conjunto destes fatores construa uma concepção de deficiência diferente daquela existente na sociedade, que desconhece as políticas públicas voltadas para esse público e cria estereótipos acerca da limitação física do mesmo. Assim, a percepção é entendida como a captação de informações e conhecimentos do mundo exterior, e como um hábito com suas próprias características (KABOTA et al., 2015).

2.3 Políticas Públicas no Estado do Amazonas

De acordo com IBGE (2010), o quantitativo de pessoas com deficiência no Amazonas cresceu 96,8% desde a última contagem, comparado ao Censo de 2000, onde havia 401.649 indivíduos nessa condição. Os dados de 2010 mostram que o Estado tem 790.647 indivíduos, o que representa 23,2% da totalidade da população. Tais indivíduos estão classificados da seguinte forma: deficiência visual, 651.262; física, 209.932 e auditiva, 154.190.

A legislação pertinente à PcDs no Estado do Amazonas não é diferente da dos demais estados da federação, tendo em vista que o Estado segue as mesmas normativas impostas pela legislação federal. O Estado do Amazonas, da mesma forma que em todo o território brasileiro, possui uma legislação de proteção aos direitos da pessoa com deficiência, que, na forma de aportes legais, tem grande abrangência em todo o território, porém há lacunas na sua efetividade, pois não atende o que prevê a Constituição Estadual de 1989 e a Lei Orgânica do município - LOMAN de Manaus (2008).

No contexto das políticas educacionais, Matos et. al (2016) afirmam que as múltiplas mudanças educacionais, políticas, econômicas e sociais se inscrevem na

contemporaneidade exigindo novas soluções para as problemáticas cotidianas. Consoante a isto, Palma Filho (2009) diz que as políticas públicas são o conjunto de ações executadas pelo Estado em um determinado campo de atividades sociais, surgindo a partir das demandas dos diferentes segmentos ou setores societários.

Para Adorno (2010), a educação não é mera transmissão de conhecimentos, mas sim a construção de uma consciência crítica e verdadeira para se alcançar a emancipação, isto é, a formação para a liberdade intelectual, para a convivência saudável e para a construção de um indivíduo capaz de fazer escolhas com responsabilidade e justiça.

No entanto no contexto da realidade do Estado do Amazonas, podemos destacar o Plano Estadual de Educação do Amazonas - PEE/AM (2015/2025), realizado em parceria com a sociedade civil organizada e com representações dos mais variados segmentos sociais. Tal plano propiciou a construção de metas e estratégias baseadas especificamente em um diagnóstico da realidade educacional amazonense e devem ser implementadas na educação básica nos seus distintos níveis e modalidades de ensino e também no ensino profissional e na educação superior pelos próximos dez anos.

O PEE/AM tem como base as exigências legais dispostas no art. 214 da CF/88, no art. 203 da Constituição Estadual de 1989, na Emenda Constitucional nº 059/09, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, nº 9.394/96), e na Lei nº 13.005/14 que aprovou e instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE).

Portanto, os desafios a serem enfrentados, no que se refere às políticas de formação educacional dos PcDs e ao processo e transformação da concepção da necessidade de que esse público possa ter acesso as políticas públicas oferecidas, de forma que possam desenvolver e aprimorar suas habilidades na construção de suas identidades cultural respeitando as realidades que atuam.

Um aspecto que o Estado do Amazonas enfrenta para que essas políticas públicas sejam implantadas e aprimoradas é a questão geográfica e logística, pois, em diversas comunidades, o acesso só é possível através do modal aéreo e/ou fluvial, que, no primeiro caso, tem um custo de deslocamento muito alto e no segundo o tempo para se chegar nessas comunidades é longo.

Santos e Matos (2012), ao se referirem à política pública e ao atendimento educacional especializado em Manaus, dizem que “são reflexo das transformações provocadas pela contemporaneidade, no tocante ao ideal neoliberal e ao movimento inclusivo em todo mundo”.

Dessa forma, o Estado Brasileiro é protagonista de farta documentação em favor da inclusão de pessoas com deficiência nas escolas, por exemplo, onde o mesmo assume tal compromisso de oferecer as condições mínimas necessárias e imprescindíveis à concretização dessas ações, portanto, o caminho a ser percorrido ainda é muito importante. Tendo em vista, que, os protagonistas dessas ações são de iniciativas individuais, sem uma horizontalização de procedimentos de acessibilidade educacional.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Conforme discutido, este estudo tem como objetivo compreender a percepção da comunidade acadêmica acerca das condições de acessibilidade à pessoa com deficiência (PCD) na Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Para atender ao objetivo proposto, foram aplicados remotamente 352 questionários a comunidade acadêmica da UEA aos seguintes grupos: docentes, técnicos administrativos e discentes PcDs e não PcDs, por meio da ferramenta *Google Forms* no período de 02 a 15 de novembro de 2021.

O questionário (Anexo A) foi composto por uma seção de caracterização dos respondentes, buscando apreender seu perfil pessoal e seu conhecimento acerca da temática. Há também uma seção com questionamentos dispostos em escala tipo Likert. Para formar esta seção, fez-se uso da escala tipo Likert de 5 pontos, variando entre muito ruim (1) a muito bom (5) e incluindo a opção de indiferente (3). Em todos também foi apresentada a opção “desconheço/não consigo opinar”. Para a seção “Satisfação com a Infraestrutura do Campus” fez-se uso de uma escala de 5 pontos, variando entre péssimo (1) a excelente (5), com a opção de neutralidade ou indiferença (3). Além disso, foi solicitado a cada respondente que atribuisse uma nota de 1 a 10 para as condições de acessibilidade na UEA, como forma de capturar a percepção geral.

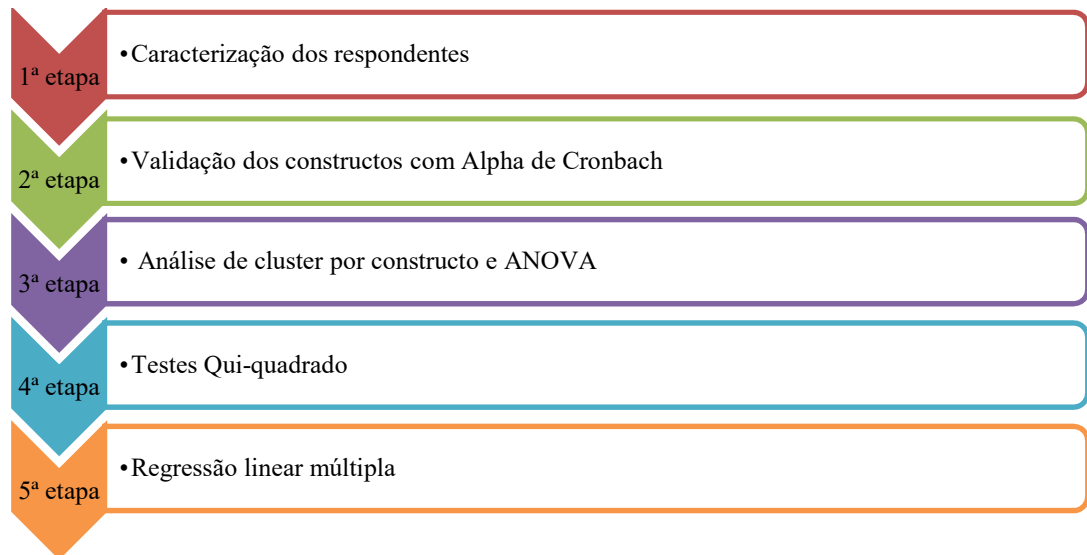
3.1 Tratamento dos dados

Consta na Figura 1 as etapas do tratamento de dados. Inicialmente, utilizamos a estatística descritiva para caracterizar os respondentes, evidenciando as médias de idade e escolaridade, a nota atribuída para as condições de acessibilidade da UEA, entre outras.

Na segunda etapa, procedemos com a utilização do *Alpha de Cronbach* para formação e validação dos constructos do questionário, confirmando a confiabilidade das dimensões previamente definidas. O procedimento, que é utilizado por vários autores na área de ciências sociais aplicadas, visa confirmar a captura do constructo por intermédio das variáveis utilizadas (o Alpha de Cronbach consiste em uma medida entre 0 e 1 que

avalia a consistência da escala, tendo geralmente 0,60 como limite inferior de aceitabilidade (HAIR JR et al., 2009).

Figura 3 – Etapas do tratamento de dados



Fonte: Souza, 2022.

Posteriormente, foi empregada a técnica de Análise *de Cluster* não hierárquica em cada constructo. Para isso, foram calculados os valores médios para cada constructo, uma vez que o número de questões em cada um deles era variável, impossibilitando a construção de uma escala somada. A análise de *Cluster* objetiva, por meio de algoritmos de máquina, o agrupamento de objetos por similaridades e dissimilaridades e, portanto, tem como produto final grupos de indivíduos que guardam características similares e podem ser analisados de forma conjunta (FERREIRA; ABRANTES; PEREZ, 2008).

Nesta etapa, optamos pela formação de 3 grupos, possibilitando a alocação das médias em alta, média e baixa. Como medida de distância foi utilizada a quadrática euclidiana e *Ward* enquanto método de agrupamento, este último com o intuito de resultar em grupos de tamanhos aproximadamente iguais (HAIR JR et al., 2009).

Formados os grupos, foi realizada a caracterização de cada um deles em termos de perfis dos respondentes. Para análise da diferença entre as médias, foi utilizado o teste ANOVA, indicado para comparação entre médias quando se tem três ou mais

grupos (DANIELS; MINOT, 2020). Além disso, foram empregados testes Qui-quadrado para examinar as associações entre os grupos de constructos.

Por fim, fizemos uso da técnica de regressão linear múltipla para evidenciar a relação entre a nota geral das condições de acessibilidade da UEA (variável dependente), variáveis independentes relativas aos constructos formados e variáveis referentes ao perfil dos respondentes. Nesta etapa, foi necessário excluir o constructo 3 pelo fato de conter somente 21 observações. A estimação dos parâmetros se deu por Mínimos Quadrados Ordinários, cuja equação se deu por:

$$Acessib_i = \alpha + \beta_1 constructo1_i + \beta_2 constructo2_i + \beta_3 constructo4_i + \beta_4 constructo5_i + \beta_5 considera_pcd_i + \beta_6 idade_i + \beta_7 gênero_i + \beta_8 escolaridade_i + u_i$$

sendo que α se refere ao intercepto;

$\beta_1, \beta_2, \dots, \beta_8$ são os coeficientes das variáveis independentes no modelo;

u_i se refere ao termo de erro aleatório.

Para validação dos pressupostos do modelo de regressão, foram executados o teste VIF (para diagnóstico de multicolinearidade entre as variáveis independentes), Teste de White (análise da homocedasticidade dos resíduos) e Teste de Shapiro-Wilk (análise da normalidade dos resíduos). Além disso, para mensurar a força da associação entre as variáveis, foi calculado o coeficiente beta, eliminando a interferência da unidade de medida das variáveis sobre a magnitude do efeito.

A variável dependente no modelo consistia em uma nota atribuída pelos respondentes às condições gerais de acessibilidade na UEA, variando entre 1 e 10. Em termos de variáveis independentes, no modelo foram incluídas, além dos constructos que serão discutidos adiante, a variável referente ao gênero do respondente (“gênero” – variável *dummy* onde 0 é feminino e 1 é masculino), a escolaridade (variável categórica que varia de 1-Ensino Médio Incompleto a 8-Doutorado Completo), a idade do respondente, além de este se considerar Pessoa com Deficiência (“considera_pcd” – variável *dummy* onde 1 é sim e 0 é não).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Caracterização dos respondentes

Constam, na Tabela 1, as estatísticas descritivas que evidenciam o perfil médio dos respondentes da pesquisa. Em relação ao gênero, cerca de 40% dos respondentes eram do sexo masculino, com aproximadamente 31 anos e escolaridade variando entre ensino superior incompleto e completo. Somente 5% se consideravam pessoa com deficiência, sendo mais frequente a deficiência física (6 indivíduos) e a intelectual (5 indivíduos). No total, aproximadamente 65% dos respondentes eram portadores de algum tipo de deficiência. Além disso, os questionários foram, em sua grande maioria, aplicados a discentes (249), docentes (71) e técnico-administrativos (24), perfazendo um total de aproximadamente 98% dos respondentes.

Tabela 5 – Estatísticas descritivas

Variável	Obs	Média	Desvio-padrão	Min	Max
Gênero	352	0,40	0,49	0,00	1,00
Idade	349	31,13	11,71	18,00	64,00
Escolaridade	352	3,82	1,59	2,00	8,00
Considera_PCD	352	0,05	0,21	0,00	1,00
Acessib	352	5,74	1,96	1,00	10,00
Definição_deficiência	352	0,91	0,28	0,00	1,00
Definição_Acessibilidade	352	0,90	0,29	0,00	1,00

Fonte: Resultados da pesquisa

No que se refere à nota auferida para as condições de acessibilidade da UEA, obteve-se média de 5,74, evidenciando que, na percepção dos respondentes, há um bom nível de acessibilidade, podendo a instituição ainda avançar neste quesito. Quando se segrega a nota por somente indivíduos que se consideram PcD, a média é de 6,05 (desvio-padrão de 2,43) significando que as percepções são similares entre os respondentes com e sem deficiência. Contudo, existe uma margem de respondentes PcDs que não conseguem perceber a acessibilidade de forma significativa para seu

acesso aos ambientes da universidade, transmitindo um descontentamento quanto às condições de acessibilidade.

Além disso, aproximadamente 90% dos respondentes afirmaram estar cientes a respeito das definições de deficiência e de acessibilidade. Assim, os respondentes se consideram bastante conhecedores da temática, o que pode ser fruto dos debates sobre a necessidade de inclusão e da garantia de condições satisfatórias de permanência das pessoas com deficiência nas instituições públicas de ensino.

Com base no estudo PLETSCHE (2020, p.14) as instituições federais de ensino superior - IFES verificamos que a acessibilidade pedagógica, arquitetônica e nos transportes merece cuidadoso debate nas instituições. Percebendo-se pontos em comum, como a necessidade de debate dentro da comunidade acadêmica, de forma a buscar as melhorias necessárias para alcance da acessibilidade, não somente na estrutura física, mas reflita no comportamento social, cultural da conjuntura na qual a universidade está inserida e firme a política de inclusão, como fator de evolução da interação igualitária que possibilite independência a esses atores da sociedade acadêmica.

Conforme Guerreiro (2012, p. 227), a acessibilidade não se refere apenas à estrutura física de uma instituição de ensino, pois envolve também a comunicação, o transporte, os recursos didáticos e tecnológicos. Para Calado (2006, p.17-18), “As diferenças restritivas derivadas da inadequação do ambiente às PcDs são importantes fatores relacionados a sua segregação, especialmente as chamadas barreiras arquitetônicas e ambientais”.

Nesse viés, Bassei e Cavasini (2015, p.04) aduzem que “outros aspectos citados são as dificuldades para fazer o planejamento e adaptação das atividades e utilização de métodos de ensino adequados para atender às diferentes necessidades dos alunos com deficiência”. Com isso, o ambiente de ensino requer condições favoráveis para atender os PcDs e metodologias que facilitem o aprendizado e contribuam com a diminuição das diferenças de oportunidades, preservando a identidade social do cidadão com limitações de acessibilidade.

De fato, há um aprimoramento das políticas educacionais voltadas às pessoas com deficiência desde a década de 1990 que trazem importantes debates sobre o tema

e promovem grandes mudanças para que os indivíduos com deficiência tenham garantido seu espaço (GARCIA; BACARIN; LEONARDO, 2018). No entanto, ainda existem inúmeros obstáculos para a efetividade de tais políticas no ensino superior, o que enseja o debate sobre o tema com o intuito de desconstruir barreiras ainda existentes (ALMEIDA JÚNIOR; FERNANDES, 2016).

Manzini (2005, p. 32) reforça que “as condições de acessibilidades presentes na estrutura física das instituições, como escolas e universidades devem estar relacionadas às políticas inclusivas das estruturas administrativas, que devem refletir uma atitude de luta contra a exclusão”. Para que isso ocorra de forma efetiva, os atores das políticas públicas, tais como políticos e sociedade civil, precisam garantir, disseminar e apoiar as políticas que garantam ações e as práticas dos direitos constitucionais e legais conquistados por essa parcela da sociedade.

a. Formação e validação dos constructos e análise das relações entre eles.

Conforme consta no Quadro 1, foi utilizado o *Alpha de Cronbach* para a análise da confiabilidade dos constructos previamente definidos. Com exceção do primeiro, cujo valor foi próximo de 0,60, os demais se mostraram com valor satisfatório para validação, indicando que os constructos são capazes de refletir com confiabilidade o fenômeno e possuem alto grau de consistência interna.

Quadro 2 – Formação e validação dos constructos

Constructo	Questionamentos	Alpha de Cronbach
Políticas Públicas, leis e regimento de acessibilidade	Qual o seu grau de conhecimento das Políticas Públicas de Acessibilidade da UEA para as pessoas com deficiência?	0,5734*
	Na sua percepção, a UEA implementa as ações propostas no Plano de Desenvolvimento Institucional PDI-UEA?	
	Qual seu grau de familiaridade Sobre a Lei de Inclusão das Pessoas com Deficiência, Lei 13.146/2015 (LBI)	
Política para promoção de acessibilidade na UEA	Qual seu grau de satisfação quanto à promoção do ingresso, o acesso e permanência de discentes, professores e técnicos administrativos com deficiência e demais pessoas a comunidade em geral na UEA?	0,8061
	Quanto aos trabalhos da Comissão de Articulação da Política Institucional de Inclusão dos Discentes com necessidades Educacionais Especiais da UEA, no que se refere à acessibilidade na comunicação e informação, qual seu nível de satisfação?	
	As ações implantadas pela UEA alcançam as pessoas que precisam. Qual seu grau de satisfação?	
Recursos de acessibilidade	Você está satisfeito com os recursos tecnológicos de acessibilidade que você já identificou nas unidades UEA?	0,8372**
	Quanto aos recursos de acessibilidade que você utiliza, qual seu grau de satisfação? (Libras, Braille, Literaturas Inclusivas, Tecnologias Assistivas).	
	Em relação aos materiais e equipamentos tecnológicos, e sobre eles serem adequados para acessibilidade das pessoas com deficiência. Qual seu nível de satisfação?	
	Você está satisfeito com os recursos tecnológicos de acessibilidade que a UEA oferece?	
Recursos Humanos	Qual seu nível de satisfação em relação aos recursos de apoio humanos oferecidos tais como: (tutor, intérprete, profissional do atendimento educacional especializado e outros) disponibilizados pela UEA?	0,7754
	Na sua percepção, quanto você identifica que os professores estão familiarizados com a Lei de Inclusão das Pessoas com Deficiências, Lei 13.146//2015 (LBI) e qual seu nível de satisfação? (para os PCDs)	
	Quanto aos serviços de apoio para estudantes, docentes e/ou funcionários PCDs da UEA. Qual seu nível de satisfação?	

Infraestrutura do campus UEA	Em sua opinião, como é o acesso aos prédios da UEA (Ex. rampas, elevadores, banheiros, corredores, salas refeitórios e estacionamentos), estão devidamente sinalizados para as PCDs?	0,7781
	Considerando os aspectos de acessibilidade, de forma geral, como você classifica a acessibilidade nas salas de aula da UEA? (alargamento de porta, mesas ou cadeiras acessíveis para o usuário de cadeira de roda).	
	Considerando os aspectos de acessibilidade da biblioteca e suas salas de estudo, qual sua percepção?	
	Considerando os aspectos de acessibilidade dos banheiros, qual sua percepção? (barras de apoio na bacia sanitária e mictório; torneira adequada ao usuário com deficiência física, lavabos com entrada para cadeira de rodas e altura).	

Fonte: Resultados da pesquisa

* Apesar do Alpha de Cronbach não atingir o valor de 0,60, ele é satisfatoriamente próximo deste valor. Devido à importância do constructo para a realização das demais análises, optou-se por mantê-lo.

**Por se tratar de questões que envolvem o efetivo contato com os recursos existentes, houve somente 21 respondentes.

Validados os constructos, procedeu-se a criação da escala de médias para cada um deles, conforme a tabela 2. Isso possibilitou a atribuição de uma nota média para cada constructo, conforme as respostas dos questionários.

Tabela 6 – Caracterização dos constructos

Constructo	Observações	Média	Desvio-padrão	Min	Max
Políticas públicas, leis e regimento de acessibilidade	352	3,59	1,14	1,33	6,00
Política para promoção de acessibilidade na UEA	352	3,88	1,37	1,00	6,00
Recursos de acessibilidade	21	3,35	1,16	2,00	6,00
Recursos humanos	352	3,94	1,42	1,00	6,00
Infraestrutura dos campi UEA	352	2,75	0,87	1,00	5,00

Fonte: Resultados da pesquisa

Podemos perceber que, em termos de valores de média, não há muitas diferenças entre os constructos. Além disso, os valores de desvio-padrão são inferiores aos valores

médios, indicando que não há muita variabilidade entre as respostas, ou seja, não há grande heterogeneidade nos dados.

Prosseguindo a análise, empregamos a técnica de análise de *Cluster* para cada constructo, onde se fez a divisão em três clusters possibilitando a formação de grupos com médias alta, baixa e média. Ademais, utilizou-se o teste ANOVA para verificar se os perfis de respondentes variavam de acordo com cada grupo, conforme a tabela 3.

Tabela 7 – Criação dos agrupamentos e testes ANOVA

Constructo 1: Políticas públicas, leis e regimento de acessibilidade				
Grupo	Média do constructo	Média atribuída para as condições de acessibilidade da UEA	Idade	Escolaridade
1	3,60	6,19	31,62	3,87
2	2,53	5,43	30,48	3,75
3	5,05	5,71	31,52	3,82
p-valor ANOVA	0,00***	0,01**	0,69	0,81
Constructo 2: Política para promoção de acessibilidade na UEA				
Grupo	Média do constructo	Média atribuída para as condições de acessibilidade da UEA	Idade	Escolaridade
1	6,00	5,34	32,07	4,17
2	4,42	6,44	30,65	3,67
3	2,50	5,11	31,31	3,84
p-valor ANOVA	0,00***	0,00***	0,72	0,14
Constructo 3: Recursos de acessibilidade				
Grupo	Média do constructo	Média atribuída para as condições de acessibilidade da UEA	Idade	Escolaridade
1	2,22	4,12	33,75	3,50
2	3,55	6,22	29,33	3,89
3	5,19	8,00	33,50	3,50
p-valor ANOVA	0,00***	0,02**	0,66	0,81
Constructo 4: Recursos humanos				

Grupo	Média do constructo	Média atribuída para as condições de acessibilidade da UEA	Idade	Escolaridade
1	5,47	6,00	30,31	3,77
2	2,23	5,09	31,94	3,90
3	3,87	6,07	31,27	3,77
p-valor ANOVA	0,00***	0,00***	0,55	0,76
Constructo 5: Infraestrutura do campus				
Grupo	Média do constructo	Média atribuída para as condições de acessibilidade da UEA	Idade	Escolaridade
1	2,57	5,63	30,92	3,81
2	1,49	3,39	31,81	4,11
3	3,93	7,39	31,21	3,65
p-valor ANOVA	0,00***	0,00***	0,88	0,24

*** Significante a 1%. ** Significante a 5%.

Fonte: Resultados da pesquisa.

A ANOVA indicou que as médias de cada constructo eram, de fato, diferentes, evidenciando a existência de três grupos de notas: alta, média e baixa.

Na sequência, percebeu-se que as notas dadas pelos respondentes à acessibilidade da UEA eram diferentes em cada agrupamento para todos os constructos da análise. Assim, os constructos guardam relação com a percepção de acessibilidade por parte dos respondentes.

No entanto, a ANOVA também evidenciou que não havia diferenças estatisticamente significativas em relação à idade e escolaridade dos respondentes em nenhum dos grupos ou constructos. Dessa forma, escolaridade e idade não estão relacionadas à percepção dos respondentes sobre as dimensões acerca da acessibilidade na UEA.

A análise dos grupos permite identificar que a percepção dos respondentes sobre cada um dos constructos influenciou na nota de acessibilidade informada. Para todas as dimensões analisadas, o grupo de menor média para o constructo também era o grupo com menor nota de acessibilidade. Dessa forma, a insatisfação do respondente com as

dimensões analisadas está relacionada com a atribuição de uma menor nota de acessibilidade à instituição.

De modo inverso se destaca, para os constructos 3 e 5, o fato de que o grupo com maior média para o constructo (grupo 3) também possuía a maior nota média para a acessibilidade. Dessa forma, a percepção acerca da acessibilidade na instituição é maior quanto maior for a satisfação com a infraestrutura e com os recursos tecnológicos e de acessibilidade identificados e utilizados na instituição. Através do teste Qui-quadrado, se verificou também que os agrupamentos de constructos guardam relação entre si, conforme a tabela 7.

Tabela 8 – Testes Qui-quadrado entre os constructos

	Constructo 1	Constructo 2	Constructo 3	Constructo 4	Constructo 5
Constructo 1	-				
Constructo 2	0,000***	-			
Constructo 3	0,129	0,076*	-		
Constructo 4	0,000***	0,000***	0,219	-	
Constructo 5	0,011**	0,000***	0,326	0,000***	-

*** Significante a 1%. ** Significante a 5%. * Significante a 10%.

Fonte: Resultados da pesquisa.

O teste Qui-quadrado evidenciou que não existe relação entre a satisfação com os materiais e tecnologias existentes (constructo 3) e a percepção acerca dos recursos humanos (constructo 4) e de infraestrutura (constructo 5), bem como com o grau de conhecimento acerca das políticas de acessibilidade e nível de familiaridade com a legislação da área (constructo 1). Por outro lado, a familiaridade e conhecimento, sobre o tema tem relação direta com a percepção acerca das ações desenvolvidas na UEA (constructo 2), com a satisfação com os recursos humanos (constructo 4) e com a infraestrutura do campus (constructo 5).

Neste sentido, os respondentes conseguem assimilar as atuações da universidade voltadas ao público PcD, indicando que a percepção é um ponto relevante para que sintam que as ações têm impactos em toda a comunidade UEA. Ligado a isso o critério vinculado a recursos humanos e estrutura física ganham espaço por serem o principal meio de percepção da conquista dos direitos que norteiam o tema acessibilidade.

Portanto, o nível de conhecimento sobre a temática está relacionado com a percepção dos respondentes sobre a acessibilidade geral da UEA em suas diversas dimensões. Isso pode influenciar na elaboração de políticas públicas que tenham como objetivo aumentar o nível de conhecimento da população sobre as PcDs, propiciando maior familiaridade e, conseqüentemente, maior inclusão e acessibilidade.

b. Regressão linear múltipla

Por fim, os dados foram submetidos a uma regressão linear múltipla, visando identificar relações entre as variáveis. É importante ressaltar que o constructo 3 não foi incluído nesta etapa por possuir somente 21 observações. O Teste F confirmou a significância geral do modelo a um nível de significância de 1%. Além disso, o R^2 ajustado era de 0,4344, revelando que mais de 43% das variações na nota de acessibilidade da UEA eram explicadas pelas variações das variáveis independentes do modelo.

Como requisitos de validação do modelo, foi executado o teste *VIF*, que confirmou não haver multicolinearidade entre as variáveis explicativas. Em relação aos resíduos, o teste de *White* indicou a homocedasticidade, enquanto o teste de *Shapiro-Wilk* revelou ausência de normalidade. No entanto, para este último, o número de observações era suficientemente grande para minimizar os efeitos da não normalidade (HAIR JR et al., 2009). Consta, na tabela 8, os resultados encontrados.

Tabela 9 – Resultados da regressão linear múltipla

Variável	Coeficiente	Erro-padrão	P-valor	Coeficiente Beta
Constructo 1	-0,048	0,073	0,511	-0.028
Constructo 2	-0,072	0,073	0,323	-0.051

Constructo 4	0,130	0,070	0,065*	0.095
Constructo 5	1,436	0,098	0,000***	0.638
Gênero	0,229	0,164	0,164	0.057
Idade	-0,003	0,009	0,699	-0.022
Escolaridade	-0,060	0,071	0,396	-0.048
Considera_pcd	-0,173	0,370	0,640	-0.019
Constante	1,977	0,431	0,000	-

*** Significante a 1%. * Significante a 10%. Fonte: Resultados da pesquisa

Fonte: resultados da pesquisa

Os resultados revelaram que a nota de acessibilidade da UEA é influenciada pela percepção dos respondentes em relação aos recursos humanos e infraestrutura do campus, mas não pelo seu conhecimento e familiaridade com o tema e nem pela satisfação com as ações de promoção da acessibilidade. Além disso, a idade, escolaridade, gênero e o fato de ser uma pessoa com deficiência não afetam a nota de acessibilidade da instituição.

Esses efeitos a respeito da percepção ficam intrinsecamente vinculados com a assimilação da existência de recursos humanos voltados a atender o público PcD, ou seja, quanto maior o grau de satisfação no atendimento por parte dos recursos humanos, mais os respondentes percebem a existência da acessibilidade, igualmente isso é sentido quando a infraestrutura fica visível. Considerar - se que nota foi determinada, principalmente, por esses fatores, em detrimento dos demais, já que o grau de conhecimento sobre o tema é indiferente mesmo com os esforços da UEA em promover movimentação com objetivo de aguçar o interesse ou gerar conhecimento no campo da acessibilidade no âmbito acadêmico.

Os pontos escolaridade, gênero e o enquadramento como pessoa com deficiência tiveram parcela praticamente nula no resultado da nota, por transcender que esses fatores não impactam de forma considerável no que tange o tema acessibilidade na UEA.

Dessa forma, a nota geral para as condições de acessibilidade é influenciada positivamente pelas capacidades institucionais, refletidas pelo investimento em recursos humanos qualificados e infraestrutura física existente. A inclusão do coeficiente Beta no modelo indicou, inclusive, que a infraestrutura é a variável de maior magnitude de influência sobre a nota de acessibilidade, ou seja, é a dimensão que mais influência na percepção sobre as condições de acessibilidade da UEA. Logo, o investimento na forma

de acesso e sinalização dos prédios, além da acessibilidade nos banheiros, salas de aulas e biblioteca, é a principal forma de se aumentar a satisfação dos usuários quanto à acessibilidade da instituição.

Para Castro (2014 p. 191), é importante destacar o que pode ser considerado como os três grandes desafios para essas universidades: romper as barreiras ainda existentes, principalmente, as atitudinais; prever e prover as condições de acessibilidade (física, comunicacional e pedagógica); e criar alternativas para evitar práticas excludentes por parte dos professores. Percebemos que com a superação desses desafios as instituições de ensino superior terão condições de oferecer o acesso à tão almejada acessibilidade.

Já PLETSCHE (2017 p. 18) entende que ampliar a acessibilidade ao ensino superior exige não só mais investimentos financeiros, mas também pesquisas que privilegiem o tema e suas dimensões frente às políticas de inclusão. Sem pesquisas empíricas que analisem como essa política educacional se traduz e sob quais formas no ensino superior, não há como identificar e problematizar as experiências bem ou malsucedidas, assim como as reais demandas colocadas para efetivar tal processo.

Diante do exposto pelos autores, é imprescindível que haja a eliminação das barreiras que impedem o engajamento dos PcDs e sua independência e permanência no convívio social. Apontam ainda que, sem investimentos para infraestrutura, não só física e humana, mas também em pesquisas que estudam a temática. Evidenciando para que estas reais necessidades do público PcD no contexto da educação superior sejam bem-sucedidas.

No entanto, além da importância da infraestrutura e do investimento em recursos humanos, a literatura também evidencia outros aspectos importantes para a inclusão efetiva das pessoas com deficiência nas instituições de ensino. Siems-Marcondes (2017) chama a atenção para o fato de que a acessibilidade depende também das relações humanas estabelecidas, pois tem o poder de favorecer a construção de estratégias para a inclusão das pessoas com deficiência. Assim, o investimento isolado em recursos tecnológicos pode não favorecer a acessibilidade se não for acompanhado do estabelecimento de relações de acolhimento por parte dos professores e gestores.

Esta alegação é reforçada pelo estudo de Ziliotto, Burchert e Carvalho (2021), que afirmaram que apesar de a infraestrutura física oportunizar as condições de aprendizado dos alunos, outros quesitos ainda eram incipientes de adaptação, tais como o *site* da instituição, os e-mails institucionais enviados, dentre outros. Ademais, Santos e Gomes (2020) destacam, também, barreiras de linguagem (falta de conhecimento de Libras), insensibilidade e falta de respeito por parte da comunidade acadêmica, além de dificuldade de comunicação dentro da própria universidade.

Portanto, os resultados evidenciam que a capacidade institucional é importante para a percepção do nível de acessibilidade de uma organização, principalmente em termos de infraestrutura e profissionais qualificados. Porém, de acordo com a literatura, esta capacidade não se restringe a estes aspectos, englobando também a linguagem, comunicação e integração das pessoas com deficiência. Isso denota a importância de se compreender os aspectos que influenciam na acessibilidade e sua relação com a capacidade institucional, motivando mais estudos sobre a temática.

5. CONCLUSÃO

No que se refere à resposta ao problema da pesquisa, foi possível identificar e analisar que o cumprimento das leis de acessibilidade na UEA é parcialmente atendido, tendo em vista que apenas parte das necessidades são atendidas, indicando a demanda de ajuste na estrutura já existente. Ao mesmo tempo, as diversas percepções do público-alvo, obtidas através das respostas aos questionários, demonstram que grande parte dos usuários está satisfeita com a estrutura física existente e com o atendimento dos servidores durante a realização das suas atividades.

Porém, assim como as questões do cumprimento da legislação em vigor, algumas situações pontuais ainda precisam ser ajustadas, contudo, o grau de satisfação encontrado é positivo. No que se refere à análise geral, em relação ao grau de satisfação por parte dos usuários a pesquisa aponta que a maioria dos respondentes considera satisfatórias as condições de estrutura física que a universidade oferece e o atendimento que recebem também está dentro dos padrões, levando em consideração as limitações que possui. Isso evidencia que é possível aos PcDs desempenhar suas atividades rotineiras de forma eficiente e eficaz.

Esse estudo serviu para que fossem identificados os problemas existentes na UEA no que se refere ao acesso e às diversas limitações de seus usuários nas suas dependências. Não obstante, não tivemos o objetivo, nessa pesquisa, de esgotar as investigações referentes à essa temática, visto que esses processos de ajustes necessários devem sempre ser verificados; não unicamente através de pesquisas acadêmicas, mas com verificações constantes in loco de todas as estruturas existentes e identificadas nesta pesquisa. Para que a legislação seja seguida e, conseqüentemente, torne-se um hábito da instituição primar pelo bem-estar do público acadêmico PcD, compreendendo as necessidades especiais como uma oportunidade de humanização do ambiente acadêmico para todos.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor Wiesengrund. **Educação e Emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

MATOS, Maria Almerinda de Souza (org.) **Educação e Política: o enfoque da diversidade, diferença e deficiência na Amazônia**. Ed Vitória. Manaus: 2014.

ALMEIDA JÚNIOR, C. B. de; FERNANDES, S. **Políticas de acessibilidade no ensino superior: desafios institucionais**. Estação Científica (UNIFAP), v. 6, n. 3, p. 75–83, 2016.

BALDANZA, Renata Francisco; DE ABREU, Nelsio Rodrigues; DA SILVA, Raphael Araujo. **Análise das percepções dos colaboradores e gestores sobre os dispositivos de captação de imagem e os impactos no trabalho**. Revista Ciências Administrativas, v. 19, n. 1, p. 209-235, 2013.

BANOV, M. R. **Psicologia no gerenciamento de pessoas**. Atlas, São Paulo. 56 p, 2009.

BASEI, Andréia Paula; CAVASINI, Grezieli Fátima. **A inclusão escolar e as condições de acessibilidade: Um estudo preliminar na região sudoeste do Paraná**. Cinergis, v. 16, n. 1, 2015.

BRANDÃO, Milena de Mesquita et al. **Acessibilidade espacial para pessoas com deficiência visual: discussão e contribuições para NBR 9050/2004**. 2012.

CALADO, Giordana Chaves. **Acessibilidade no ambiente escolar: Reflexões com base no estudo de duas escolas municipais de Natal-RN**. 2006. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

CASTRO, Sabrina Fernandes de; ALMEIDA, Maria Amelia. **Ingresso e permanência de alunos com deficiência em universidades públicas brasileiras**. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 20, p. 179-194, 2014.

DANIELS, L.; MINOT, N. **An introduction to statistics and data analysis using Stata**. California: Sage, 2020.

DECHICHI, C.; SILVA, L. C.; GOMIDE, A. B. **Projeto Incluir: acesso e permanência na UFU**. In: **Inclusão Escolar e Educação Especial: teoria e prática na diversidade**. Uberlândia: EDUFU, 2008. p. 333 – 352

MATOS, Maria Almerinda de Souza; DE LEMOS, Cátia; BATISTA, Claudenilson Pereira. **Os Planos Nacional, Estadual e Municipal de Educação e a Pessoa com Deficiência Visual: Um olhar Crítico-Analítico no Contexto Amazônico**. Revista Amazônica: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas [e-ISSN: 2527-0141], v. 1, n. 1, 2016.

FERREIRA, Marco Aurélio Marques; ABRANTES, L. A.; PEREZ, R. **Investigação de grupos estratégicos na indústria de laticínios por meio da abordagem multivariada.** RAM. Revista de Administração Mackenzie (Online), v. 9, p. 152-172, 2008.

GARCIA, R. A. B.; BACARIN, A. P. S.; LEONARDO, N. S. T. **Acessibilidade e permanência na educação superior: Percepção de estudantes com deficiência.** *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 22, n. Special issue, p. 33–40, 2018.

GARCIA, Raquel Araújo Bonfim; BACARIN, Ana Paula Siltrão; LEONARDO, Nilza Sanches Tessaro. **Acessibilidade e permanência na educação superior: percepção de estudantes com deficiência.** *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 22, p. 33-40, 2018.

GUERREIRO, Elaine Maria Bessa Rebello. **A acessibilidade e a educação: um direito constitucional como base para um direito social da pessoa com deficiência.** *Revista Educação Especial*, v. 25, n. 43, p. 217-232, 2012.

GUEDES, D. M.; BARBOSA, D. A. L. **Políticas Públicas no Brasil para as Pessoas com Deficiência: trajetória, possibilidades e inclusão social.** *Revista Científica Intr@ciência*, v. 1, p. 1-16, 2020.

HAIR JR, J. F. et al. **Análise Multivariada de dados.** 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

SANTOS, C. N. dos; GOMES, A. F. **Desafios enfrentados por alunos com deficiência, professores e intérpretes: um estudo na UESB, Campus Vitória da Conquista.** *Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade*, v. 7, n. 15, p. 251–272, 2020.

KOBATA, C. M.; BRAGHIB, G. S.; D'AMARIO, E. Q.; SORANZ, R. F. **Pessoas com Deficiência: sua percepção quanto às possibilidades e dificuldades de crescimento de carreira.** In: ENGEMA, 2015, São Paulo. XVII ENGEMA, 2015.

MANZINI, E. J. **Acessibilidade: um aporte na legislação para o aprofundamento do tema na área de educação.** In: BAPTISTA, C. R.; CAIADO, K. R. M.; JESUS, D. M (Org.). *Educação Especial: Diálogo e Pluralidade*. Porto Alegre: Ed. Mediação, 2008. p. 281-289.

MANZINI, E. J. et al. **Acessibilidade em Ambiente Universitário: Identificação e Quantificação de Barreiras Arquitetônicas.** In: MARQUERZINE, M. C. et al. (Org.). *Educação Física, Atividades Motoras e Lúdicas, e Acessibilidade de Pessoas com Necessidades Especiais*. Londrina: Eduel, 2003.

MANZINI, Eduardo José. **Inclusão e acessibilidade.** *Revista da Sobama*, v. 10, n. 1, p. 31-36, 2005.

MIRANDA, A. A. B.; SILVA, L. C. **Um olhar sobre a realidade das pessoas com deficiência no contexto universitário.** In: **Inclusão Escolar e Educação Especial: teoria e prática na diversidade.** Uberlândia: EDUFU, 2008. p. 119 - 150.

MONLEVADE, A. J. **Plano Municipal de Educação, Fazer para Acontecer.** Brasília, Ed. IEIA, 2002.

OLIVEIRA, E. T. G.; MANZINI E. J. **Acessibilidade na Universidade Estadual de Londrina: O Ponto de Vista do Estudante com Deficiência.** In: ALMEIDA, M. A., MENDES, E. G.; HAYASHI, M. C. P. I. **Temas em Educação Especial: Múltiplos Olhares.** Araraquara: Junqueira&Marin, 2008. p. 220 - 229.

Palma Filho, J. C. (2009). **A política educacional do Estado de São Paulo no período de 1983-2008.** In **Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores** (pp. 6053-6065). Universidade Estadual Paulista (UNESP).

PARREIRA, A. M. **O processo de aprendizagem do aluno com necessidades educacionais especiais no ensino superior – UCG.** 2007. 144f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2007.

PELLEGRINI, C. M. **Ingresso, acesso e permanência de alunos com necessidades educacionais especiais na Universidade Federal de Santa Maria – UFSM - RS.** 2006. 196f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2006.

PEREIRA, M. M. **Inclusão e universidade: Análise de trajetórias acadêmicas na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.** 2007. 201f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

PLETSCH, Márcia Denise; DE MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira. **Estrutura e funcionamento dos núcleos de acessibilidade e inclusão nas universidades federais da região sudeste.** Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação. (2017 p. 18).

PLETSCH, Márcia Denise; DE OLIVEIRA, Mariana Corrêa Pitanga; COLACIQUE, Rachel Capucho. **Apresentação-inclusão digital e acessibilidade: desafios da educação contemporânea.** Revista Docência e Cibercultura, v. 4, n. 1, p. 13-23, 2020.

SANTOS, Luzia Mara dos. MATOS, Maria Almerinda de Souza. **Política Pública e a Prática no Atendimento Educacional Especializado na Educação Municipal de Manaus.** In Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. IX ANPED SUL, 2012. SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SASSAKI, Romeu Kazumi et al. **Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. Mídia e deficiência.** Brasília: andi/Fundação banco do brasil, p. 160-165, 2003.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, v. 12, n. 2, p. 10-16, 2009.

SIEMS-MARCONDES, M. E. R. **Estudantes com deficiência no ensino superior: trajetórias escolares, acesso e acessibilidade**. Inc.Soc., v. 11, n. 1, p. 94–104, 2017. SITE [HTTPS://WWW.NETQUEST.COM/BLOG/BR/ESCALA-LIKERT](https://www.netquest.com/blog/br/escala-likert) (2021).

SOUZA, V. R. M. **A Inclusão do Aluno com Deficiência no Ensino Superior: O Caso da Universidade Federal de Sergipe**. In: Congresso Brasileiro de Educação Especial. 4., 2010, São Carlos. Anais do IV Congresso Brasileiro de Educação Especial. São Carlos: [s.n.]. 2010, 16p.

TORRES GONZÁLES, José Antonio. **Educação e diversidade: bases didáticas e organizativas**. Porto Alegre: ARTMED, 2002.

TORRES, Elisabeth Fátima; MAZZONI, Alberto Angel; ALVES, João Bosco da Mota. **A acessibilidade à informação no espaço digital**. Ciência da Informação, v. 31, n. 3, p. 83-91, 2002.

ZILIOOTTO, D. M.; BURCHERT, A.; CARVALHO, H. **Percurso universitário de alunas/os com deficiência em instituição de ensino privada**. EccoS – Revista Científica, n. 57, p. 1–14, 3 jun. 2021.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

AMAZONAS. Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino. Documento base do PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO AMAZONAS – PEE/AM (2015). Governo do Estado do Amazonas. Abril, 2015.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - promulgada em 05 de outubro de 1988.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 186, DE 09 DE JULHO DE 2008 - Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007.

DECRETO Nº 6.949, DE 25 DE AGOSTO DE 2009 - Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948: UNIC/RIO/005, 2009, (DPI/,76) Brasília 1998.

DECRETO Nº 10.502/2020 E O TEXTO DA PNEE 2020 consideram que a vivência cotidiana com a diferença e o necessário acolhimento são didáticos, são éticos, são

sublimes, no entanto, não é justo admitir que o benefício de uns seja o prejuízo de outros.
<http://engemausp.submissao.com.br/17/anais/arquivos/373.pdf>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. (2010). Censo Demográfico 2010: Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência.

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MANAUS- LOMAN 2008 - das políticas cultural e educacional; SEÇÃO II Da Educação Art. 346. PAG. 106-109.

LEI Nº 8.213, de 24 DE JULHO DE 1991, que estabelece cotas de admissão para as empresas. Onde promovem uma grande integração dos colaboradores com deficiência em todos os ambientes de trabalho existentes na organização.

LEI Nº 12.796, DE 4 DE ABRIL DE 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB), para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Disponível no site http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm - Acessado em 14 1. 16.

LEI n.º 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996, Direito à Educação: Subsídios para a gestão dos sistemas educacionais – Orientações gerais e marcos legais. Brasília: MEC/Seesp, 2004.

LEI FEDERAL nº 13.146/2015, de 6 de julho de 2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, assim conceitua a expressão “pessoa com deficiência”, conhecido popularmente como “Lei de Inclusão Social”.

MANAUS. Secretaria Municipal de Educação SEMED – Plano Municipal de Educação – Documento Base. 2015/2025 - Portaria Nº 0713/2014 SEMED/GS; DOM 3465 – 05/07/2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, ONU. (2016). The Invisibility of Disability: Why disability statistics matter. Recuperado de http://www.un.org/disabilities/documents/sdgs/infographic_statistics_2016.pdf.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014-2024 Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. Atualizada em 1/12/2014.

PORTARIA Nº 0432/2020 - GR/UEA- RESOLVE: I – cria a Comissão de Políticas para a Pessoa Surda, no âmbito da Universidade do Estado do Amazonas.

Portaria Nº 697/2019-GR/UEA, uma Comissão para a Articulação da Política Institucional de Inclusão dos Discentes com Necessidades Educacionais Especiais da UEA.

PORTARIA Nº 034/2022 - GR/UEA- : INDICAR o Prof. Marcos Roberto dos Santos para responder pela Coordenação de Políticas para a Pessoa Surda, no âmbito da Universidade do Estado do Amazonas, sem ônus para esta UEA.

RESOLUÇÃO Nº 010/2011, cria o Programa de Inclusão e Acessibilidade para Pessoas com Necessidades Especiais da Universidade do Estado do Amazonas PIAPNE-UEA.

RESOLUÇÃO nº 06/2021, cria o Comissão de Articulação da Política institucional de Inclusão dos discentes com Necessidades Educacionais Especiais da Universidade do Estado do Amazonas, instituída pela Portaria de nº 697/2019- GR/UEA.

RESOLUÇÃO Nº 015/2020 - CONSUNIV - Aprova ad referendum a oferta de cursos de graduação, com as respectivas vagas, turnos e municípios de funcionamento para ingresso na Universidade do Estado do Amazonas, por meio do Concurso Vestibular e do Sistema de Ingresso Seriado - SIS, 2020, Acesso 2021.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS. Relatório de Gestão 2020: 1ª ed. Pró-Reitoria de Planejamento. Manaus - AM, 2020. 387 p. Projeto Gráfico: Coordenadoria de Planejamento Institucional/PROPLAN Publicado em março de 2021. Fotografias: Acervo UEA Versão eletrônica. Disponível em: www.uea.edu.br/.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E O PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL - PDI UEA para o quinquênio de 2017 a 2021. (<https://drive.google.com/file/d/1RnuQKIKOoxHWAeSHwB7ZBWboW0uBOdLH/view>)

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS – UEA, Pró-Reitoria de Planejamento – PROPLAN, Coordenadoria de Recursos Humanos – CRH. BASE LOTACIONOGRAMA JULHO 2020.

ARTIGO 2

ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO: DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA - PCD EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA NO ESTADO DO AMAZONAS

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar a inclusão e permanência de pessoas com deficiência (PcD) por meio da percepção da comunidade acadêmica e confrontar as condições de acessibilidade com normas e políticas públicas, especificamente na Universidade do Estado do Amazonas (UEA). A análise dessas percepções compartilhadas pela comunidade geral acadêmica da UEA, ocorreram por meio de métodos de avaliação quanti-quali, utilizando como ferramenta para coleta de dados um questionário semiestruturado em escala de classificação de Likert. Para a análise foi utilizada a técnica de frequência e cruzamentos de categorias e constructos com os gráficos do *Google Data Studio*. Avaliando, assim, as percepções e satisfações quanto à acessibilidade na universidade e também o nível de conhecimento da comunidade acadêmica a respeito da pessoa com deficiência. Os resultados indicaram que, na percepção dos respondentes, 34,1% não possuem um bom conhecimento em relação às políticas públicas e 20% afirmaram não possuir nenhum conhecimento. Essas questões visam respeito aos PcDs com a oportunidade de futuras melhorias em decorrência dessas políticas de acessibilidade. Com os resultados da pesquisa, entendemos que há uma discrepância entre o real conhecimento das leis e suas aplicações, bem como um desconhecimento das ações de implementação da acessibilidade. Portanto, as políticas públicas para ingresso e permanência precisam ser garantidas em todo o âmbito institucional. Torna-se evidente que a criação e aplicação das políticas de acessibilidade para PCDs na Universidade do Estado do Amazonas (UEA) requer uma atenção maior e mais cuidadosa, haja vista a crescente necessidade devido ao seu continuado e acelerado crescimento, tanto na visão dos PcDs como na dos não-PcDs da comunidade acadêmica da UEA.

Palavras-chaves: Acessibilidade. Políticas públicas. Pessoa com deficiência. Ensino superior.

ABSTRACT

This study aims to analyze the inclusion and permanence of people with disabilities (PwD) through the perception of the academic community and to confront the conditions of accessibility with norms and public policies, specifically at the State University of Amazonas (UEA). The analysis of these perceptions shared by the general academic community of UEA occurred through quantitative evaluation methods, using a semi-structured questionnaire with a Likert rating scale as a tool for data collection. For the analysis, the technique of frequency and crossing of categories and constructs with Google Data Studio graphics was used. Thus evaluating the perceptions and satisfactions regarding accessibility at the university and about the issues of knowledge in relation to people with disabilities. The results indicated that, in the respondents' perception, 34.1% do not have a good knowledge of public policies and 20% said they did not have any knowledge of public policies. These questions aim with respect to PwDs with the opportunity for future improvements as a result of these accessibility policies. With these results, we understand that there is a discrepancy between the real knowledge of the laws and their applications, as well as a lack of knowledge of accessibility implementation actions. Therefore, public policies for admission and permanence need to be guaranteed throughout the institutional scope. It is evident that the creation and application of public policies for accessibility for people with disabilities at the State University of Amazonas (UEA) requires greater and more careful attention, given its growing need, due to its continued and accelerated growth, both in terms of vision of PwDs and non-PwDs of the academic community at UEA.

Keywords: Accessibility. Public policy. Disabled person. University education.

1. INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo analisar a inclusão e permanência de pessoas com deficiência (PcD) na comunidade acadêmica por meio da percepção e confrontar as condições de acessibilidade com normas e políticas públicas, especificamente na Universidade do Estado do Amazonas (UEA). O acesso, permanência e sucesso acadêmico de estudantes com deficiência no ensino superior tem sido pauta de discussão em diversos estudos (CABRAL; MELO, 2017; REIS, 2019; PLETSCHE; SOUZA, 2021), pois há necessidade de mudanças significativas na universidade para garantia da acessibilidade arquitetônica, comunicacional, pedagógica, atitudinal, entre outras.

Garcia et al. (2018) afirma que a garantia de acessibilidade no ensino superior é muito recente, logo, não há muitos dados sobre a efetivação dessas legislações. Daí a importância de pesquisar sobre o desenvolvimento e a concretização das leis, voltadas às pessoas com deficiência em todo o percurso formativo no ensino superior de forma equitativa.

A acessibilidade tem sido uma temática cada vez mais discutida e debatida no mundo, especialmente no tocante às políticas públicas e normas que tratam da inclusão dos direitos das pessoas com deficiências. Contudo, essas pessoas ainda encontram diversos obstáculos em diferentes espaços da sociedade, como a ausência da acessibilidade linguística, no caso de pessoas surdas, ou arquitetônicas, que se tornam barreiras na vida das pessoas com deficiência física.

A acessibilidade é prevista na Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), Art. 3, Inciso I, como:

I - Acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2015, p.2).

As políticas públicas são construídas para garantir os direitos das pessoas com deficiências, em um cenário de constantes evoluções educacionais, socioeconômicas e políticas. Vê-se que soluções para as adversidades enfrentadas por esse público são

cada vez mais exigidas. Daí surge a necessidade de refletirmos sobre o que realmente significa a inclusão dessas pessoas, para que se possa compreender o que está dificultando ou impedindo a permanência das mesmas em diferentes contextos sociais.

Para Secchi (2014), o conceito de política pública é “uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público e possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público”. O autor considera a existência de duas visões de estudos de políticas públicas: a estatística, (*State Centered Policy-Making*) que “considera as políticas públicas, analiticamente, monopólio de atores estatais” e a abordagem multicêntrica, que “considera organizações privadas, organizações não governamentais, organismos multilaterais, redes de políticas públicas (*policy networks*), juntamente com os atores estatais, protagonistas no estabelecimento das políticas públicas” (SECCHI, 2014, p. 1- 2). Entendemos que a abordagem multicêntrica desempenha uma visão mais interpretativa e menos positivista, do que é uma política pública em si, impedindo uma pré-avaliação de personalidade de judicatura de uma instituição podendo assim ser implementada por diferentes atores sociais.

No campo da educação, Monlevade (2009, p.1) afirma que “as políticas públicas educacionais são o conjunto de ações e intenções com as quais o Estado responde às necessidades educacionais de diversos grupos sociais”. Mediante as perspectivas expostas, podemos dizer que as políticas públicas educacionais nos instruem a ter pensamentos diversificados para sanar os obstáculos existentes, estimulando o crescimento intelectual e a formação de indivíduos capazes de gerir mudanças efetivas na sociedade. Assim, buscamos confrontar no espaço do ensino superior a garantia da inclusão de pessoas com deficiência por meio da percepção, tendo em vista as vivências no dia a dia da universidade.

A percepção é entendida como a captação de informações e conhecimentos do mundo exterior e, também, como um hábito com suas próprias características. Portanto, na percepção existem quatro componentes essenciais: o aprendizado das pessoas, a afeição e as motivações, as características e nível de estímulo e os sistemas de recepção e seu funcionamento (EHRlich, 1979).

Banov (2009, p. 56) explica que “a percepção é um processo por meio do qual os estímulos físicos, captados pelos órgãos dos sentidos, são transformados em

interpretações psicológicas”. Desta forma, esse processo constitui a experiência subjetiva de cada sujeito compreender as dinâmicas sociais e culturais que vivencia.

No entanto, Aguiar (2005, p. 312) afirma que “A percepção se apresenta aqui mais complexa quando se observa que os estímulos não são percebidos isoladamente ou fora de um contexto. Não percebemos um homem com uma batuta, mas um maestro em frente à orquestra”. Portanto, a compreensão do contexto geral é imprescindível para a percepção, pois é onde os indivíduos experienciam suas ações. Assim, o estudo enfoca no contexto das políticas públicas e a percepção é voltada para a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior.

Ao tratarmos sobre as políticas públicas, destacamos a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que prevê a necessidade de ações e modificações para garantia da equidade de oportunidade para as pessoas com deficiência no espaço educacional. Os direitos estão previstos nas legislações brasileiras, garantindo acesso ao mercado de trabalho, escolas, universidades e outros segmentos. Para a normatização dessas ações e para garantir a efetiva participação desse público, as empresas e universidades são provocadas a promover uma nova estruturação.

No tocante à educação, segundo Dechichi, Silva e Gomide (2008, p. 338):

a chegada de alunos com necessidades educacionais especiais aos cursos de graduação das universidades públicas tem revelado a necessidade emergencial que os aspectos educacionais relacionados ao processo de atendimento acadêmico desse grupo trazidos ao debate, buscando oferecer condições mínimas de acesso e permanência dessa população no meio universitário.

Sendo assim, o que se pretende na educação inclusiva é remover barreiras, sejam elas extrínsecas ou intrínsecas aos alunos, buscando-se todas as formas de acessibilidade e de apoio de modo a assegurar o que diz a lei e, principalmente, garantir o que constar nos projetos de acessibilidade da universidade tomando-se as providências para efetivar ações para o acesso, ingresso e permanência bem-sucedida. (CARVALHO, 2004). Assim, o estudo será constituído por uma discussão teórica, o percurso metodológico e discussões a respeito dos resultados, que serão desenvolvidos nas seções a seguir.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Acessibilidade nas Instituições de Ensino Superior

As políticas públicas desempenham um papel imprescindível no fortalecimento do Estado e no exercício pleno da cidadania de todos os cidadãos. Entretanto, ainda podemos afirmar que, na realidade brasileira, os PcDs ainda sofrem com a marginalização, fruto de sua discriminação. Em face desta nossa realidade, a promulgação da Constituição Federal Brasileira de 1988 representou um marco importante com diversos avanços na proteção aos direitos desse grupo.

Ribeiro (2010) assevera que a Carta Magna de 1988 compreende os valores sociais do trabalho como um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito (Art. 1º, IV) e que a base da ordem social tem por objetivo o bem-estar e a justiça social (Art. 193), rejeitando qualquer forma de discriminação preconceituosa em relação ao salário e aos critérios de admissão, predizendo a reserva de mercado, tanto na esfera pública (Art. 37, VIII), como no âmbito privado, por meio de “cotas” a serem completadas por funcionários com deficiência ou reabilitados pela Previdência Social.

A proposta da Constituição não é somente um amparo social marcado pela compaixão, mas sim garantia de oportunidade de trabalho, de valorização das capacidades e habilidades dos cidadãos com deficiência, a fim de que possam conquistar renda própria, garantindo assim sua dignidade e promovendo sua inclusão social. Com isso, a Lei nº 8.112, aprovada em 11/12/1990 dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais, e trata dos direitos dos PcDs. Em seu Art. 5º, § 2º ficou estabelecido que, para as pessoas com deficiência, fica assegurado o direito de inscrever-se em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência que tenham. Para tais pessoas, serão reservadas até 20% das vagas oferecidas no concurso.

Até o final dos anos 80, a legislação brasileira que tratava dos PcDs oferecia um caráter unicamente assistencialista e paternalista, reforçando a prática e a visão com as quais eram tratadas as questões que envolvem esse público. Atualmente, as políticas públicas nacionais têm como objetivo a total inclusão das pessoas com deficiência. Tais

políticas são acompanhadas de iniciativas efetivadas em âmbito internacional por entidades como o Movimento de Direitos Humanos, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) e outras organizações internacionais.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), na Convenção 159 de 1983, determinou através do Decreto nº 51/1989 as garantias de emprego adequado e a integração/reintegração das pessoas com deficiência na sociedade. Tal documento pleiteou a criação de uma política nacional concernente à readaptação profissional e à empregabilidade das pessoas com deficiência, abordando aspectos como: serviços de orientação, formação, colocação no mercado de trabalho e de emprego; todos adaptados às diversas necessidades desse público.

Em decorrência dessas determinações, concomitante com o texto constitucional, promulgou-se em 1989 a Lei nº 7.853/89, que trata especificamente dos “Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência”, definindo o apoio à integração social por meio das funções do poder público nas mais diversas áreas de atuação, como educação, saúde, edificações e trabalho. Tal lei abrange o conjunto de orientações normativas que têm como objetivo garantir o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas com deficiência.

Já em 1999, foi promulgado Decreto nº 3.298/99, que regulamentou a “Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência”, estabelecendo a ampliação de alternativas de inserção econômica dos PcDs, buscando ampliar a oferta de processos de qualificação profissional e possibilitar a inserção no mercado de trabalho desses indivíduos, buscando oferecer oportunidades de habilitação e reabilitação profissional. O Decreto nº 3.956, de 8/10/2001, vem como um importante instrumento jurídico que regulamentou as diretrizes da “Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de Deficiência”, a fim de reafirmar que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos e liberdades fundamentais que outras pessoas e que estes direitos emanam da dignidade e da igualdade que são inerentes a todo ser humano.

Além disso, temos também as Leis nº 10.048/00, que trata da prioridade de atendimento aos PcDs, e nº 10.098/00, conhecida como Lei da Acessibilidade, onde são abordadas as barreiras arquitetônicas e urbanísticas, regulamentadas pelo Decreto nº

5.296/2004. Há um arsenal de documentos legais que têm sinalizado a necessidade das políticas públicas para garantia do direito desse grupo historicamente marginalizado na sociedade.

Contudo, embora já houvesse esta extensa legislação com relação ao direitos das pessoas com deficiência, a Convenção Internacional de Direitos da Pessoa com Deficiência, aprovada em 2006 pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), ratificada pelo Brasil em 2008, assumiu grande relevância no processo de inclusão das questões sociais como fator determinante da participação das PcDs nos ambientes que atuam, além dos já conhecidos obstáculos tradicionais, tais com as limitações físicas, intelectuais e/ou sensoriais.

O último censo do IBGE, realizado em 2010, aponta que, dentre uma população de pouco mais de 190 milhões de habitantes, cerca de 24% declaram ter algum tipo de deficiência. Seriam, portanto, mais de 45 milhões de PcDs. Fica evidente que as políticas públicas de acessibilidade e inclusão são extremamente importantes e necessárias, já as PcDs abrangem uma parcela considerável da população.

No contexto da realidade do Estado do Amazonas, podemos destacar o Plano Estadual de Educação do Amazonas (PEE/AM) de 2015, realizado em parceria com a sociedade civil organizada e representações dos mais variados segmentos sociais. Tal plano propiciou a construção de metas e estratégias, baseadas especificamente em um diagnóstico da realidade educacional amazonense, a serem implementadas na educação básica de acordo com seus distintos níveis e modalidades de ensino, e também no ensino profissional e na educação superior pelos próximos dez anos.

O PEE/AM tem como base as exigências legais dispostas no art. 214 da CF/88, no art. 203 da Constituição Estadual de 1989, na Emenda Constitucional nº 059/09, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, nº 9.394/96) e na Lei nº 13.005/14, que aprovou e instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE). Ademais a Universidade do Estado do Amazonas (UEA) é uma universidade pública, autônoma, e que tem na sua política educacional a missão de promover a educação desenvolvendo os conhecimentos científicos, particularmente sobre a Amazônia, agregados de valores éticos capazes de integrar o homem à sociedade, aprimorando a qualidade dos recursos humanos existentes na região (UEA, 2020).

A UEA iniciou suas atividades em 03/08/2001 e possui mais de 25 mil estudantes matriculados em cursos de graduação e pós-graduação, sendo, hoje, a maior universidade multicampi do país. Sua estrutura é composta de seis unidades acadêmicas na capital (escolas superiores), seis centros de estudos superiores, além de treze núcleos de ensino superior no interior do estado, sendo instituição reconhecida nacional e internacionalmente (UEA, 2020).

No campo da extensão universitária, a universidade possui uma importante variedade de ações, programas e projetos. Todos esses são realizados com vistas à promoção da política institucional de extensão universitária e ao atendimento das necessidades da sociedade, por meio do conhecimento científico e tecnológico. Soma-se a isso o apoio e o incentivo às ações de apoio à comunidade universitária da UEA, buscando a integração e o bem-estar dos alunos e dos servidores.

A Universidade do Estado do Amazonas tem desenvolvido ações voltadas para a inclusão de PcD, no entanto, há necessidade de construção e implementação de uma política institucionalizada na instituição, conforme explicita Reis (2019, p.71), pois as ações ocorrem, ainda, de forma pontual ou isolada e sem o devido planejamento orçamentário. No estudo são descritos o suporte e apoio para estudantes com deficiência que ingressam na UEA:

[...] Suporte por meio um programa de Tutoria, no qual o apoio e acompanhamento educacional de alunos com necessidades educacionais especiais é realizado por um colega da mesma turma. [...]. Também já vem ocorrendo a presença do Tradutor e Intérprete de Libras. A “Sala do Núcleo de Acessibilidade”, que funciona no espaço da Escola Normal Superior - (ENS). O espaço dispõe de computador, mesas, cadeiras, local que possibilita o estudante com deficiência realizar atividades acadêmicas junto ao Tutor ou Intérprete de Libras. Outra iniciativa é o Projeto “Inclusão de Acadêmicos com Necessidades Específicas – IANE”, que funciona no Centro de Estudos Superiores de Tefé (CEST).

Em 2019, com a finalidade de fortalecer suas ações, a UEA institui a Comissão para a Articulação da Política Institucional de Inclusão dos Discentes com Necessidades Educacionais Especiais da UEA e, em 2020, a Comissão de Políticas para a Pessoa Surda. Afim de fazer acolhida na UEA, auxiliando para o melhor atendimento desse importante grupo, que são pessoas detentoras de direitos constituído em Leis.

No que tange à legislação, em 2016 houve a aprovação da Lei nº13.409/2016, que estabelece o sistema de cotas para pessoas com deficiência em instituição federal de ensino superior. A UEA veio implementar essa forma de ingresso através do vestibular e Sistema de Ingresso Seriado (SIS) no ano de 2017 para ingresso em 2018. Isto resultou no aumento de números de estudantes que acessam a universidade. Portanto, as políticas públicas para ingresso e permanência precisa ser garantida em todo o âmbito institucional.

2.2 Quanto à Percepção de Inclusão de Pessoa com Deficiência

Como já dito anteriormente, o estudo tem o objetivo de confrontar as condições de acessibilidade, percebidas pela comunidade acadêmica da UEA, com as normas e políticas públicas vigentes. A seguir, apresentamos os resultados de estudos que tratam acerca da percepção no ensino superior.

Ferreira et al. (2017), em seu estudo sobre a percepção de estudantes de graduação em Odontologia em face do atendimento de pessoas com deficiência da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), em Canoas/RS, destaca que, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) dos Cursos de Graduação em Odontologia, o cirurgião-dentista deve ter uma formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, pautada em princípios éticos e legais e na compreensão da realidade socioeconômica e cultural do seu meio.

O autor aponta, ainda, que a formação e a qualificação são essenciais para poder lidar com a diversidade de forma técnica e humana e o domínio do conhecimento especializado se faz necessário. O meio de obtê-lo é através de um ensinamento complementar, agregando, assim, ao entendimento e à atenção, imprescindíveis no atendimento clínico de pacientes com deficiência. O respeito e o cuidado ético também são requeridos, pois além da formação técnica, estes profissionais precisam ter sensibilidade.

Entendemos que, além da formação técnica, a sensibilização e a predisposição ao atendimento, resultando na atenção odontológica com maior qualidade. Pois, segundo o autor, as dificuldades no atendimento do tratamento odontológico para PcD dão-se

inicialmente pela ausência da disciplina de Odontologia voltada para este público na graduação na maioria das faculdades de odontologia do Brasil. (FERREIRA et al., 2017).

A inclusão social nunca é absoluta e está intimamente associada ao indivíduo e à sua percepção, consciência e conhecimento da situação, a um contexto específico ou a um período histórico e às condições estruturais da sociedade, como suas leis, normas e regulamentos (MATHIESON et al., 2008). Deste modo, podendo ser influenciada por diversos fatores, a inclusão social pode ser considerada um construto bastante dinâmico. Assim, os eventos organizacionais, bem como momentos de conscientização, devem enfatizar que a inclusão está associada ao senso de conexão, pertencimento, direitos e deveres, segundo os autores (MATHIESON et al., 2008; TAKET et al., 2013; MALHEIROS et al., 2020b).

Já o estudo de Hammes e Nuernberg (2015) buscou mostrar a experiência vivida de trabalhadores pelo Sistema Nacional de Emprego (SINE), na cidade de Florianópolis, por meio do desenvolvimento de ações específicas para a inclusão das PcD no ambiente de trabalho. Os resultados desse estudo mostraram que, no desenvolver das ações, as principais dificuldades encontradas foram as barreiras atitudinais, em outras palavras, o preconceito e o desconhecimento dos indivíduos com relação à deficiência. Podendo ser identificado, principalmente, quanto à insuficiência da fiscalização do cumprimento das cotas nas organizações.

Mediante estes resultados, os referidos autores sinalizam que o desenvolvimento de políticas públicas para as PcDs é impelido por uma transformação social. Afirmam ainda que a inclusão de PcD no contexto laboral vem sendo considerada como essencial e seus reflexos são benéficos para o convívio social. Este é um processo que busca o resgate da cidadania e o respeito dos direitos de todos os indivíduos.

Além disso, o preconceito e o julgamento dos indivíduos é o que influencia para que a sociedade seja desumana. A deficiência muitas vezes é vista com olhos ruins e maldosos, olhos que não veem uma oportunidade de conhecimento e crescimento profissional e pessoal para as PcDs. Assim, todas as esferas sociais e organizacionais necessitam compreender a inclusão social, para que estas esferas sejam justas e aptas para receber as PcDs (BACHE, 2019).

O estudo de Meacham et al. (2017) buscou examinar as práticas e intervenções de gestão de recursos humanos (GRH) em torno das experiências de colaboradores com deficiência intelectual. Os resultados evidenciaram a importância de práticas formais e informais de recursos humanos, como por exemplo: recrutamento e seleção inclusivos; desenvolvimento; orientação e treinamento; além de suporte diário individualizado fornecido pelos gestores e colegas de trabalho para melhorar a participação e bem-estar dos colaboradores com deficiência intelectual. Os autores finalizam argumentando que estas são ações essenciais para se promover a inclusão de PcD.

Já no cenário da diversidade, as PcDs constantemente se apresentam lutando para conquistar seu espaço em espaços públicos e privados, buscando por oportunidades de trabalho (SILVA et al., 2017). No entanto para Basei, Cavasini (2015), um dos maiores problemas em relação à acessibilidade nas escolas é, sem dúvida, a existência de edificações e a utilização dos equipamentos escolares e mobiliário. Essa importância se dá devido ao entendimento de que:

[...] a estruturação do espaço físico, a forma como os materiais estão dispostos e organizados influenciam os processos de ensino e de aprendizagem e auxiliam a construção da autonomia, da estabilidade e da segurança emocional da criança. Para bem desenvolver sua identidade, é fundamental que ela se sinta protegida e esteja inserida em um universo estável, conhecido e acolhedor. Os espaços são concebidos como componentes ativos do processo educacional e neles estão refletidas as concepções de educação assumidas pelo educador e pela escola. (BASEI; CAVASINI, 2015, p. 4).

O autor, em seu estudo na região sudoeste do Paraná sobre inclusão escolar e as condições de acessibilidade, observou, com os resultados obtidos, que as escolas ainda não estão preparadas adequadamente para atender à Lei n^o 5296/04. Estava previsto que até o ano de 2009, os governos municipais, estaduais e federais tinham o compromisso de finalizar os projetos de adaptação dos espaços para atender as pessoas com deficiência. O autor, ainda, verificou que as escolas também não estão obedecendo a NBR 9050/04, pois nenhuma estava adaptada, segundo os itens avaliados.

Portanto a maioria possui um ou mais itens adaptados pensando nas necessidades dos alunos com deficiência física. Quanto aos demais tipos de deficiência, as condições de acessibilidade se tornam ainda mais precárias. Não obstante, é importante ressaltar que muitas escolas apresentam projetos para a eliminação das

barreiras arquitetônicas e ambientais, o que, provavelmente, ocorrerá nos próximos anos caso exista a liberação de verbas por parte dos governos estaduais e federal para a execução das obras. (BASEI; CAVASINI, 2015 p. 6).

O estudo de Lindstrom (2007, p. 13) evidencia que:

Os elementos da comunicação sensorial estão desenhados para facilitar o deslocamento das pessoas com deficiência visual e auditiva, não obstante se tenha comprovado que a colocação em prática da mesma é de grande utilidade para todas as pessoas. O objeto principal desta é complementar a deficiência sensorial mediante a estimulação do resto dos sentidos e está dirigida especialmente a orientar, localizar e alertar, com o ouvido, o tato e o olho.

Concordante com esta afirmação, o estudo de Destefani, Bernardi e D'Abreu (2009), destaca que os indivíduos que possuem baixa visão e cegueira têm a necessidade do entendimento antecipado do espaço, do posicionamento dos objetos e dos obstáculos encontrados na área, pois tais fatores podem influenciar seu deslocamento em certos ambientes. Mapas e maquetes táteis - sendo estas sonoras ou não e a implementação de sinalizações são alguns dos dispositivos de representações espaciais empregados como meios facilitadores do entendimento do espaço. Esse processo, que tais indivíduos utilizam utilizado para o deslocamento em espaços desconhecidos, é intitulado *wayfinding*, (o *wayfinding* é o componente cognitivo da navegação). Nele as informações a respeito do ambiente são instrumentos decisivos para a localização no ambiente desejado (Golledge, 1999). Ainda assim, tais pesquisas e tecnologias não puderam atender às diversas necessidades de PcDs visuais.

Por fim, o estudo de Ribeiro (2020), intitulado “A Percepção de Alunos com deficiência sobre de Gestão para a Inclusão: o caso do IFPB – Campus João Pessoa/PB” foca na inclusão de pessoas com deficiência, sendo seu objetivo compreender, à luz das dimensões da acessibilidade (arquitetônica, comunicacional, instrumental, metodológica, programática e atitudinal) propostas por Sasaki (2009), como os alunos com deficiência do IFPB – Campus João Pessoa percebem as ações para a inclusão, que têm sido promovidas pelo Instituto. Os resultados encontrados revelam que todas as dimensões da acessibilidade surgiram a partir das falas dos alunos com deficiência, porém, são percebidas de forma mais desfavorável do que favorável. “Com isso, o autor conclui que estes mesmos alunos percebem, também, as ações para a inclusão feita pelo instituto

como tendo muitas inconformidades, precisando, deste modo, de mudanças em quase todos os aspectos. (JÚNIOR; ALVES FILHO, 2020, p. 238-258).”

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa quanti-quali, com dados primários obtidos por intermédio de questionários e análise documental. A pesquisa caracteriza-se como descritiva, pois tem como objetivo o delineamento de características de uma população, fenômenos ou fatos (MARCONI; LAKATOS, 2009). Nesse aspecto, a abordagem qualitativa se mostrou mais adequada para este estudo, uma vez que buscamos compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, além de fornecer ricas descrições de um determinado universo (DIEHL; TATIM, 2004). Dentre as técnicas de pesquisa utilizadas, estão: análise documental; aplicação de questionário semiestruturado; e estatística de dados observacionais.

A análise das percepções compartilhadas pela comunidade acadêmica da UEA, ocorreu por meio de método de avaliação quantitativa, no qual utilizamos como ferramenta para coleta de dados um questionário semiestruturado em escala de classificação de Likert. Para a análise, foi utilizada a técnica de frequência e cruzamentos de categorias e constructos com os gráficos do *Google Data Studio*. Avaliando, assim, as percepções e satisfações quanto à acessibilidade na universidade e quanto às questões do conhecimento em relação à pessoa com deficiência.

Os métodos estão fundamentados na utilização de agrupamentos intuitivos, confrontações a conhecimentos e induções generalizadas e descrevem a complexidade de determinado problema ao analisar a interação das variáveis. A análise documental constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja ao complementar informações obtidas por outras técnicas ou ao desvelar aspectos novos de um tema ou problema (LUDKE e ANDRÉ, 1986).

Assim, foram utilizados os seguintes documentos: Resolução nº 010/2011/CONSUNIV-UEA; Plano de Desenvolvimento Institucional - UEA (PDI 2017 – 2021); normativas de acessibilidade; Portaria nº 697/2019-GR/UEA; Portaria da Comissão para a Articulação da Política Institucional de Inclusão dos Discentes com

Necessidades Educacionais Especiais da UEA; Portaria nº 0432/2020 - GR/UEA e a Comissão de Políticas para a Pessoa Surda, no âmbito da Universidade do Estado do Amazonas. A análise desses documentos teve a finalidade de identificar os “constructos” do objeto do estudo, além das fontes dos dados referentes a políticas públicas, tendo em vista a infraestrutura na UEA.

Quanto à escala de classificação Likert, esta costuma ser apresentada como uma espécie de tabela de classificação. Afirmativas são apresentadas e o respondente é convidado a emitir o seu grau de concordância. Para isso, o respondente deve marcar na escala a resposta que mais se aproxima de sua opinião. Com o intuito de responder esse propósito, foram aplicados remotamente 352 questionários através da ferramenta *Google Forms*, no período de 02/11 a 15/11 de 2021, à toda a comunidade acadêmica da UEA.

A estrutura do questionário foi composta por uma sessão de caracterização dos respondentes, buscando apreender seu perfil pessoal e seu conhecimento acerca da temática, além de uma sessão com questionamentos dispostos em escala de classificação tipo Likert. Para isso, fez-se uso da escala tipo Likert de 5 pontos, variando entre muito ruim (1) a muito bom (5) e incluindo a opção de indiferente (3). Em todas as questões foi também apresentada a opção “desconheço/não consigo opinar”. Para a sessão de satisfação com a infraestrutura do campus, fez-se uso de uma escala de 5 pontos, variando entre péssimo (1) a excelente (5), com a opção de neutralidade ou indiferença (3). Além disso, foi solicitado a cada respondente que atribuísse uma nota de 1 a 10 para as condições de acessibilidade na UEA, como forma de capturar a percepção geral.

Quadro 3 – Número de servidores, docentes e discentes da UEA-2020

SERVIDORES	DOCENTES	DISCENTES
605	1.003	19.014

Fonte: Dados obtidos junto à Pró - reitoria de Planejamento da UEA.

Quanto ao número de servidores, docentes e discentes da UEA em 2020, à época da realização, obteve-se os seguintes dados:

Desse universo de 20.622 atores, envolvendo servidores, docentes e discentes PcDs e não-PcDs da UEA, o questionário foi encaminhado para quase 2 mil pessoas e obtivemos, no total, o retorno de 352 respondentes. Ou seja, cerca de 20% do total.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente estudo visa analisar a inclusão e permanência de pessoas com deficiência (PcD) por meio da percepção da comunidade acadêmica e confrontar as condições de acessibilidade com normas e políticas públicas, especificamente na Universidade do Estado do Amazonas (UEA). A análise foi feita através das percepções compartilhadas pela comunidade acadêmica acerca da responsabilidade que existe sobre as instituições de ensino superior no que tange à inclusão e à acessibilidade de pessoas com deficiência. Além disso, promulga em seus aspectos fatores legais e normativos.

Quanto à instituição de ensino superior estudada nesta pesquisa, no que se refere à acessibilidade, a UEA, por meio do Conselho Universitário, aprovou a Resolução nº 010/2011 - CONSUNIV, que institui o Programa de Inclusão e Acessibilidade para Pessoas com Deficiência da Universidade do Estado do Amazonas – PIAPNE/UEA. Tal programa tem como objetivo propiciar o acesso e a permanência qualificada das pessoas com deficiência por meio da redução de barreiras arquitetônicas, comunicacionais, informacionais, atitudinais e curriculares e, também, trata das orientações a serem implantadas no âmbito da sede e de todos os campi do interior para que sejam adaptados às normas estabelecidas pelas políticas públicas de inclusão.

Devido à necessidade de articular ações institucionais para a acessibilidade de estudantes com deficiência, em 2019, por meio da Portaria nº 697/2019-GR/UEA, é constituída a Comissão para a Articulação da Política Institucional de Inclusão dos Discentes com Necessidades Educacionais Especiais da UEA. A partir do trabalho da referida comissão, tem-se a aprovação da Resolução nº 06/2021/CONSUNIV, que institui as Normativas da Política de Ingresso dos Discentes com Necessidades Educacionais Especiais da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Além da aprovação da

Resolução nº 017/2022/CONSUNIV, que estabelece diretrizes para a atuação de tradutores e intérpretes de LIBRAS na Universidade do Estado do Amazonas. A aprovação desses documentos é importante para regulamentar ações no âmbito da instituição.

Os dados sobre as percepções e satisfação quanto às condições de acessibilidade para PcD foram produzidos por meio da técnica de análise de frequência e cruzamentos para categorias e constructos. Isto possibilitou extrair a real conclusão das percepções dos respondentes de acordo com as categorias do questionário.

Após a análise dos documentos oficiais, segue-se a caracterização da amostra dos questionários estruturados. Foram obtidas respostas de 352 participantes, que se mantiveram anônimos para evitar a identificação. A apresentação da análise das percepções se deu de forma aleatória, mediante a ordem de discussão dos pontos levantados e da relevância das respostas obtidas.

4.1 Caracterização da amostra dos respondentes

Esta seção evidencia a caracterização da amostra com o intuito de retratar o perfil dos respondentes, questionado no instrumento de pesquisa itens correspondentes ao vínculo com a instituição, faixa etária, gênero e formação acadêmica.

O primeiro bloco de perguntas constituiu-se de informações gerais, por meio das quais foi possível identificar um perfil dos respondentes. Quando perguntados sobre o seu vínculo com a UEA, 70,7% responderam que são discentes, 20,2% que são docentes, 6,8% disseram que são servidores técnicos e 2,3% corresponde a outros (estagiários e egressos). Portanto, os dados demonstram que os estudantes representam o maior número de respondentes neste estudo.

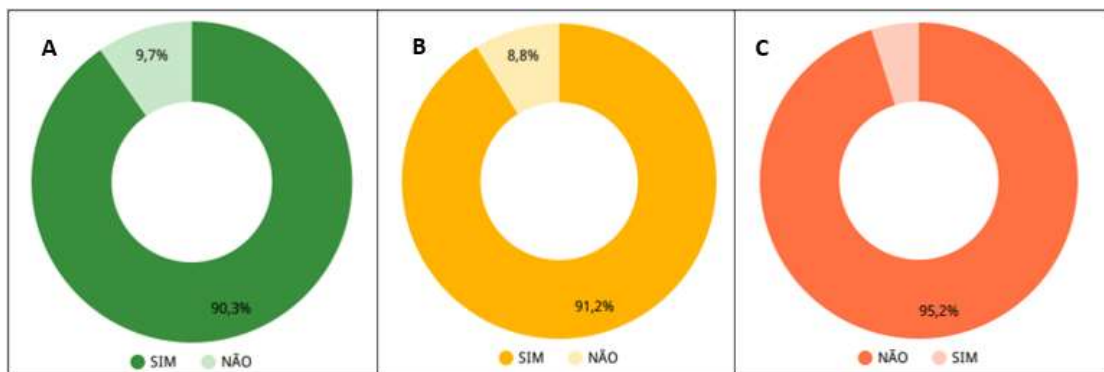
Já a faixa etária dos participantes varia de 21 a 63 anos, todavia, cerca de 60% dos respondentes possuem menos de 32 anos de idade, que representa o percentual dos acadêmicos respondentes. Em relação ao gênero dos respondentes, 39,8% são homens e 60,2% correspondem à mulheres.

Quanto à formação, 52% possuem ensino superior incompleto (discentes e técnicos administrativos), 16,8% possuem ensino superior completo (técnicos

administrativos), 9,7% possuem o ensino médio completo (servidores técnicos administrativos) e os demais dividem-se entre mestres, doutores e doutorandos (docentes). Com o objetivo de analisar a compreensão dos respondentes sobre o conceito de acessibilidade e deficiência, foram mensuradas as seguintes respostas: cerca de 90,3% afirmaram saber a definição de acessibilidade, enquanto 9,7 %, não sabem (Figura1-A).

Como já discutido neste estudo, a acessibilidade diz respeito à condição de alcance das pessoas com deficiência em todas as instâncias sociais (escola, trabalho, transporte etc.), por meio das rupturas das barreiras arquitetônicas, comunicacionais, atitudinais, pedagógicas, entre outras (BRASIL, 2015). E a efetivação da acessibilidade ao conhecimento não depende apenas de direitos garantidos em legislações, mas, sim, na quebra de paradigmas e preconceitos que ainda permanecem nos meios acadêmicos (GARCIA et al., 2018).

Figura 4 – Perfil pessoal do respondente: A) definição de acessibilidade. B) definição de deficiência. C) se considera uma PCD (Pessoa Com Deficiência)



Fonte: dados da pesquisa

Em relação às informações sobre a definição de deficiência, verificou-se que 91,2% dos participantes declaram saber o conceito, enquanto 8,8% não sabem (Figura 1-B). Tomamos como princípio o conceito de deficiência para além da definição médica, trazendo à luz a problematização de que:

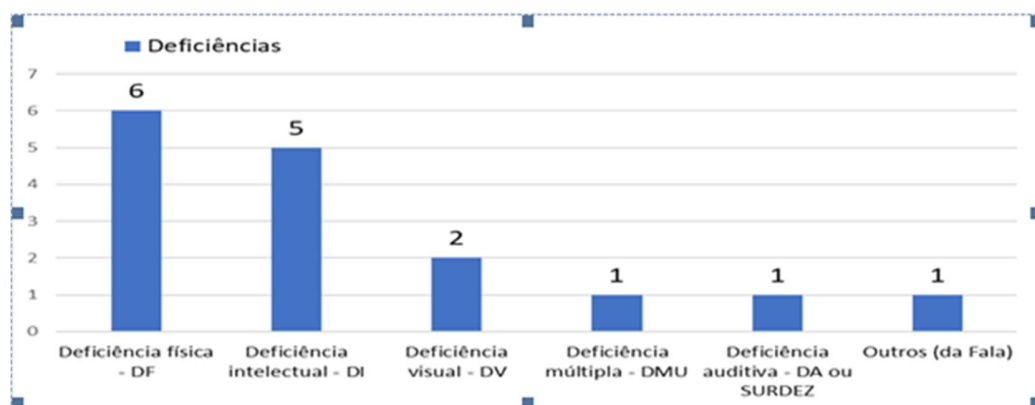
Deficiência não se resume ao catálogo de doenças e lesões de uma perícia biomédica do corpo, é um conceito que denuncia a relação de desigualdade imposta por ambientes com barreiras a um corpo com impedimentos. (DINIZ; BARBOSA; SANTOS, 2010, p. 98).

Assim, faz-se necessário considerar que a deficiência resulta da interação das pessoas com deficiência e as diversas barreiras, impostas na sociedade que impossibilitam sua efetiva participação na sociedade (BRASIL, 2009). Essa compreensão possibilita uma (des) construção de uma visão pautada apenas na questão orgânica do sujeito e impulsiona enxerga a deficiência existente na dinâmica da sociedade.

Do total de 352 participantes, somente 4,8% (16 participantes) declararam possuir deficiência ou mobilidade reduzida, enquanto 95,2 % responderam que não apresentam deficiências (Figura 2-C). Corroborando com o que diz Muzi (2019), um estudo feito na Universidade Federal Fluminense revela que 95,8% das pessoas que responderam ao questionário declararam não possuir qualquer tipo de deficiência.

Esse dado comparativo evidencia um percentual baixo de estudantes com deficiência que têm acesso ao ensino superior. De acordo com dados do censo IBGE 2010 7,1% da população em geral tem ensino superior completo, entre os que têm algum tipo de deficiência a porcentagem é de apenas 1,5% (BRASIL, 2012). Verificou-se qual o tipo de deficiência declarado pelos respondentes. i. Os resultados obtidos podem ser visualizados na Figura 2.

Figura 5 – Categoria de deficiência dos respondentes da pesquisa realizada na UEA em 2021



Fonte: dados da pesquisa, 2021

Figura 6 – Detalhamento dos respondentes PcDs da pesquisa realizada na UEA em 2021

Nº	Quanto a saber sobre definição de Acessibilidade	Quanto a saber sobre a definição de deficiência	Perguntado sobre e você se considerar uma PCD - Pessoa Com Deficiência	Conforme a Resolução de Nº 06/2021- CONSUNIV/UEA, as categorias de pessoa com deficiência se enquadram	Nota dada de 1 a 10 às condições gerais de acessibilidade na UEA	Lotação/ Unidade Acadêmica
1	SIM	SIM	SIM	Deficiência física – DF	1	ENS
2	SIM	SIM	SIM	Deficiência Visual – DV	6	ENS
3	SIM	SIM	SIM	Deficiência Visual – DV	7	ESAT
4	SIM	SIM	SIM	Deficiência Auditiva – DA ou SURDEZ	4	ESA
5	SIM	SIM	SIM	Deficiência física – DF	8	EST
6	SIM	SIM	SIM	Deficiência Intelectual – DI	4	ENS
7	SIM	SIM	SIM	Deficiência física – DF	7	ESA
8	SIM	SIM	SIM	Deficiência Intelectual – DI	4	CESIT
9	SIM	SIM	SIM	Deficiência Intelectual – DI	6	ENS
10	SIM	SIM	SIM	Deficiência Intelectual – DI	8	EST
11	SIM	SIM	SIM	Deficiência física – DF	2	ESA
12	SIM	SIM	SIM	Deficiência física – DF	9	EST
13	SIM	SIM	SIM	DMU - Deficiência múltipla	8	ED
14	NÃO	SIM	SIM	DA FALA	10	ESO
15	SIM	SIM	SIM	Deficiência física – DF	5	EST
16	SIM	SIM	SIM	Deficiência Intelectual – DI	7	ENS

Fonte: dados da pesquisa, 2021.

Os dados revelam, de modo mais amplo, que o caminho das políticas públicas de inclusão educacional precisa, necessariamente, dar-se sob os pilares da diversidade, que reclama arranjos simbólicos e físicos universais; e da necessidade específica, por vezes individualizada, que reclama atendimento sob demanda.

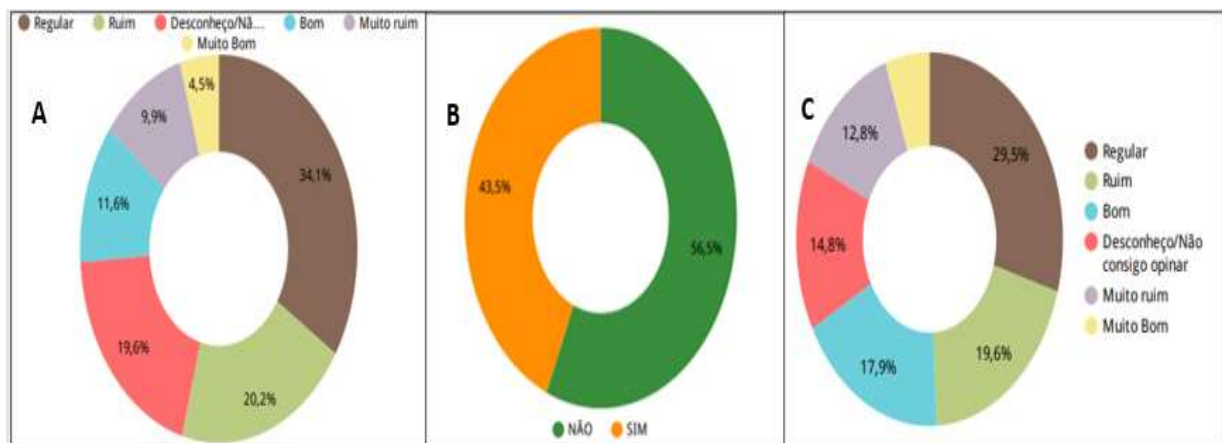
Neste sentido, para atender a todos os discentes ou funcionários PcDs que ingressam na Universidade – independentemente de qual seja a sua deficiência – e, ainda, atender aos demais participantes da comunidade acadêmica, que tenham alguma deficiência – as políticas públicas educacionais de inclusão – inserção e permanência – precisam primar pela urgência da construção e da transformação dos arranjos simbólicos e físicos das Universidades em arranjos universais e, portanto, inclusivos, garantidores da acessibilidade ampla, sem desprezar, porém, as demandas individuais específicas, conforme prefigura a Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146, de 2015) e a ABNT NBR 9050 (2020) (FOLHA et al., 2014).

4.2 Análise sobre políticas públicas, leis e regimento de acessibilidade

A segunda seção do questionário foi estruturada para saber da comunidade acadêmica da UEA qual o grau de informação e conhecimento acerca das políticas públicas, leis e regimentos voltados para o público PcD. Além de detectar o grau de satisfação das ações proposta no PDI-UEA e de familiaridade com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).

No que concerne ao grau de conhecimento das políticas públicas de acessibilidade da UEA para as pessoas com deficiência, os dados apontam que 54,3% dos participantes classificaram de regular a ruim as políticas públicas de acessibilidade na instituição. Percebemos que a maior parte dos respondentes não possui bons conhecimentos sobre tais políticas, já que quase 20% afirmaram desconhecer (Figura 3-A).

Figura 7 – Políticas públicas, leis e regimento de acessibilidade: A) Conhecimento das Políticas Públicas de Acessibilidade da UEA para PCD. B) Satisfação de conhecimento das Políticas Públicas de Acessibilidade da UEA. C) Familiaridade sobre a Lei de Inclusão das Pessoas com Deficiência.



Fonte: dados da pesquisa

Quanto à percepção dos respondentes sobre a implementação das ações propostas no Plano de Desenvolvimento Institucional da UEA, mais da metade dos participantes (56,5%) acredita que a UEA não implementa as ações propostas no PDI-UEA (Figura 3-B).

Os dados apontam a necessidade da instituição consolidar as ações de inclusão previstas no plano institucional, uma vez que há objetivo previsto com a finalidade de promover o ingresso, o acesso, permanência e a identificação de estudantes, professores e técnico administrativos com necessidades educacionais especiais e demais pessoas da comunidade em geral na Universidade do Estado do Amazonas – UEA” (PDI, 2017, p. 2019).

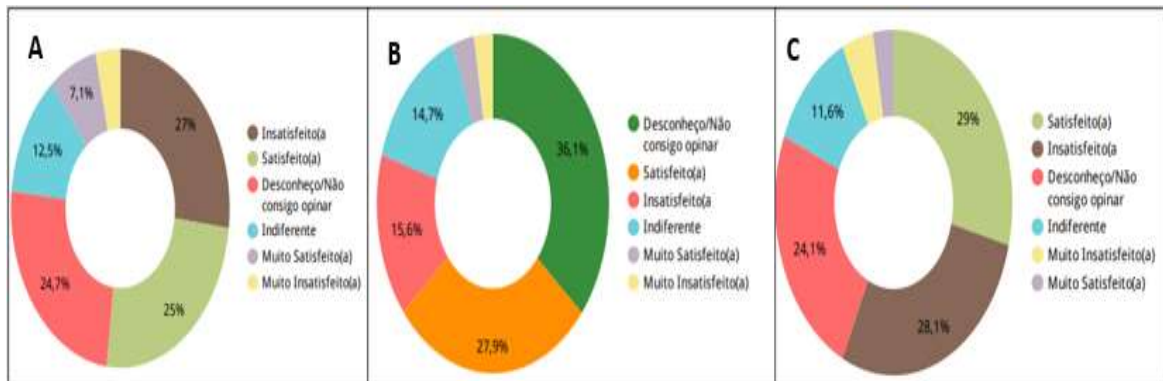
Já sobre o conhecimento da Lei Brasileira de Inclusão, 49,1% diz ter pouco conhecimento, quase 33% possuem conhecimentos incipientes sobre tal legislação e 15% afirmaram não possuir conhecimento algum sobre o referido documento legal (Figura 3-C). A LBI é citada neste estudo, devido trata-se de um documento vigente que garante o direito das pessoas com deficiência em diversas instâncias sociais. Os dados indicam a necessidade do conhecimento legal para que as políticas públicas possam ser discutidas e contempladas de forma efetiva na universidade.

Em uma perspectiva funcional, Coutinho (2013, p. 23) descreve quatro maneiras diferentes pelas quais o direito interage com as políticas públicas: como definidor de objetivos (dimensão substantiva); como arranjos institucionais para articular a política pública (dimensão estruturante); como ferramenta para implantar as finalidades dela (dimensão instrumental); e como vocalizador de demandas, assegurando a participação e a mobilização dos interessados (dimensão participativa).

4.3 Análise sobre percepção sobre as políticas para promoção de acessibilidade na UEA

Esta seção propõe analisar a percepção dos respondentes em relação as políticas institucionais para a promoção da acessibilidade na UEA, conforme demonstra os dados na figura a seguir:

Figura 8 – Política para promoção de acessibilidade na UEA: A) satisfação da promoção do ingresso, acesso e permanência de discentes, docentes e servidores PcDs. B). Quanto trabalhos da Comissão de Articulação da Política Institucional de Inclusão dos Discentes com Necessidades Educacionais Especiais da UEA. C) Percepção do alcance das ações da UEA.



Fonte: dados da pesquisa

Quanto aos trabalhos da Comissão de Articulação da Política Institucional de Inclusão dos Discentes com Necessidades Educacionais Especiais da UEA, dos respondentes, 36,1% desconhecem os trabalhos da referida comissão no espaço institucional (Figura 4-B). Como elucidado no estudo, trata-se de um grupo de trabalho instituído recente na instituição, que desenvolve ações que necessitam ser institucionalizadas, prática que já como acontece em outras experiências de universidades públicas brasileiras e que assumem diferentes organizações, vínculos e nomes. Como, exemplo, a Comissão Permanente de Apoio ao Estudante com Necessidades Educacionais Especiais - (CAENE) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN);

A pesquisa de Castro (2011) teve por objeto identificar as ações e iniciativas das universidades públicas quanto ao ingresso e permanência de pessoas com deficiências, com perspectivas de verificar as barreiras e os facilitadores encontrados por esses estudantes no cotidiano do Ensino Superior. Para isso, investigou 13 universidades em diferentes regiões do território brasileiro e chegou à conclusão de que as universidades vêm desenvolvendo ações para esse público, mesmo que ainda de modo insuficiente.

Embora muitas das ações que promovem a aprendizagem e a permanência dos discentes sejam atribuídas a este profissional docente, é responsabilidade da instituição e, portanto, de todos que dela fazem parte, a inclusão destes. Ou melhor, “os demais participantes do processo educacional são essenciais para que a inclusão possa ser efetivada com sucesso” (GALDINO, 2015, p. 48).

Não basta apenas dar oportunidade de acesso à educação a todas as pessoas, é preciso, também, garantir-lhes condições de permanência. Inclusive com estratégias que promovam a igualdade de oportunidades a todos, com o reconhecimento das diferenças, por questão de direito e justiça, respectivamente, nos termos da política de reconhecimento de Charles Taylor e da teoria da justiça de John Rawls (OLIVEIRA; ALVES, 2010).

Já quando questionados sobre sua percepção do alcance das ações da UEA, ainda, boa parte dos respondentes desta investigação, 24,1% desconhecem as ações da UEA em relação ao alcance às pessoas com deficiência; uma parcela similar (28,1%) diz estar insatisfeita. Percebemos que quase mais de 24% responderam que desconhecem tais ações e 30% demonstraram sua insatisfação neste sentido (Figura 4-C). Barretta e Canan (2012, p. 3) garantem que não basta termos políticas educacionais bem elaboradas, pois o indispensável é colocá-las em prática: “é trabalhar para que a política aconteça, contemplando de forma efetiva o processo de desenvolvimento e aprendizagem do principal sujeito da esfera educacional: o aluno”.

4.4 Análise sobre recursos tecnológicos de acessibilidade

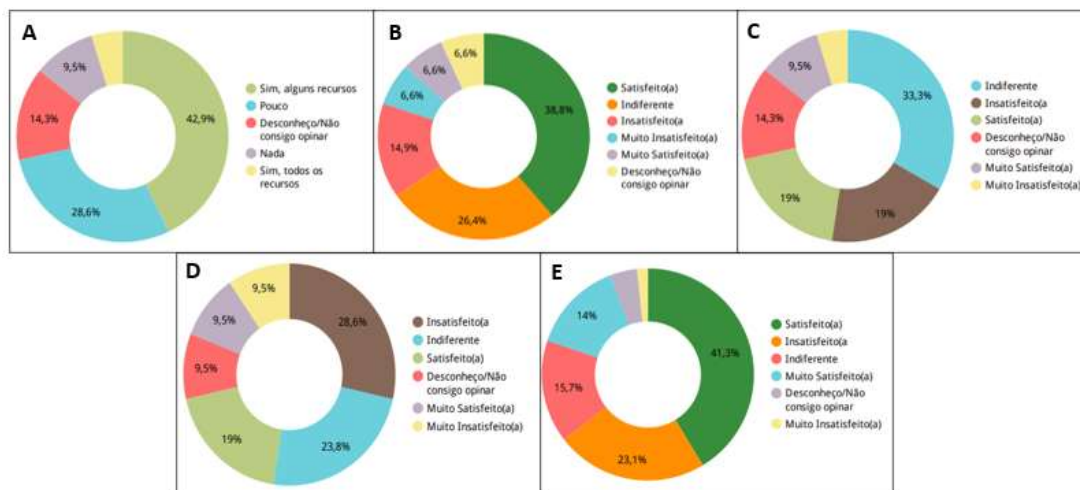
Esta análise permitiu evidenciar as percepções pessoais dos participantes acerca dos recursos tecnológicos. Foram incluídas perguntas sobre conhecimentos e recursos tecnológicos para realizar uma análise confrontando o interesse e o entendimento do participante sobre este assunto.

Quando os participantes foram questionados se a UEA disponibiliza de forma correta os recursos tecnológicos de acessibilidade que Lei n° 13.146/2015 (LBI) estabelece, 42,9% responderam que “Sim, alguns recursos”, resultado que se assemelha ao encontrado por Silva e Morais (2015) nos quais 89% dos participantes reconhecem

que a instituição possui recursos tecnológicos. Ademais, 28,6% definiram “pouco” e 14,3% desconhecem/não conseguem opinar (Figura 5-A).

Na questão seguinte, buscou-se identificar a satisfação dos recursos tecnológicos de acessibilidade identificados nas unidades UEA. Neste item, 38,8% responderam estarem satisfeitos, 24,4% dos respondentes acham indiferentes e 14,9% estão insatisfeitos (Figura 5-B). Posteriormente, buscamos explorar o grau de satisfação do uso dos recursos de acessibilidade que são utilizados. Diante disto, apenas 33,3% dos respondentes selecionaram a opção “Indiferente”, 19% estão insatisfeitos e 19% estão satisfeitos (Figura 5-C).

Figura 9 – Recursos tecnológicos de acessibilidade: A) percepção a UEA disponibiliza de forma correta os recursos Tecnológicos de acessibilidade que Lei 13.146/2015 (LBI). B) Satisfeito com os recursos tecnológicos de acessibilidade que você já identificou nas unidades UEA. C) Recursos de acessibilidade que você utiliza. D) 4. Em relação aos materiais e equipamentos tecnológicos, e sobre eles serem adequados para acessibilidade das pessoas com deficiência. E) Satisfeito com os recursos tecnológicos de acessibilidade que a UEA oferece.



Fonte: dados da pesquisa

Analizamos, ainda, o grau de satisfação em relação ao uso dos materiais e equipamentos tecnológicos e se eles são adequados para acessibilidade das pessoas com deficiência. A porcentagem de participantes que estão insatisfeitos é de 28,6%, 23% estão “indiferentes” e somente 19% estão satisfeitos (Figura 5-D).

Dos que responderam sobre a satisfação com os recursos tecnológicos de acessibilidade que a UEA oferece, 41,3% destes estão satisfeitos e 23,1% estão insatisfeitos (Figura 5-E). Para Hott e Fraz (2019), “ao realizar uma reflexão no tocante aos aspectos legais sobre a acessibilidade e à tecnologia assistiva voltados à sensibilização de profissionais de informação a ampliarem seus conhecimentos por meio de uma formação técnico-sistêmica para conseguir atender suas demandas de forma transversal”.

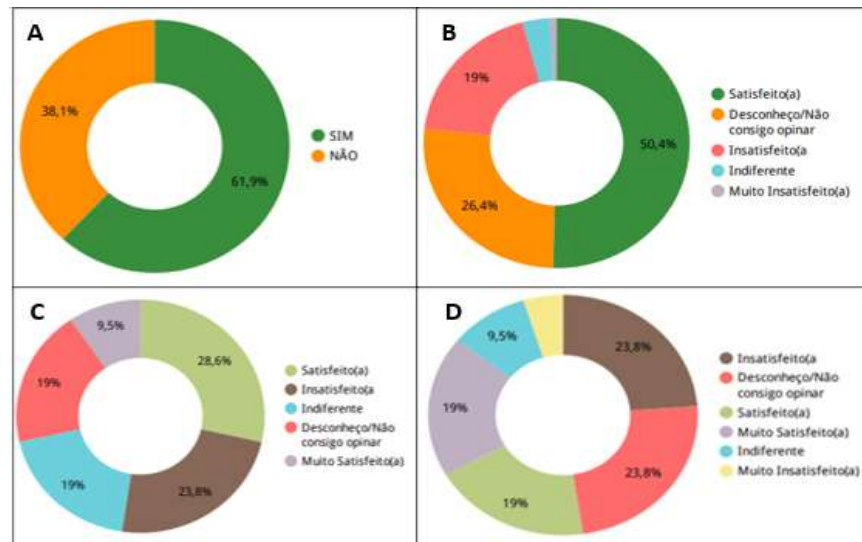
A pesquisa ratifica que há a necessidade de os profissionais do campo da Ciência da Informação procurarem conhecimentos abrangentes e transversais em prol da acessibilidade em todas as vertentes (física, auditiva, visual, tátil e virtual). Em síntese, os dados evidenciam achados similares aos apontados em outros estudos (BASEI; CAVASINI, 2015; ANACHE; CAVALCANTE, 2018; RIBEIRO, 20020), que indicam que as barreiras arquitetônicas, comunicacionais, tecnológicas, atitudinais etc., estão presentes nos espaços institucionais, pois, são sinalizados nas pesquisas.

4.5 Análise dos Recursos Humanos na UEA sobre acessibilidade

Quanto à vinculação do núcleo de recursos humanos na instituição, verificamos que cerca de 61,9% dos respondentes sinalizam a que a UEA possui Recursos Humanos para PCD (Figura 6-A). Quanto ao nível de satisfação em relação aos recursos de apoio humanos oferecidos, 50,4% dos entrevistados estão satisfeitos (Figura 6-B).

Glat (1995) coaduna com o exposto acima, uma vez que a inclusão de estudantes público-alvo da educação inclusiva não pode ser vista, tão somente, por um prisma de falta de políticas públicas, mas sobretudo, pela insuficiência de recursos humanos especializados, o que dificulta o acesso e a permanência de estudantes em níveis mais qualificados de ensino.

Figura 10 – Recursos humanos: A) UEA possui recursos humanos para PCD. B) Nível de satisfação em relação aos recursos de apoio humanos oferecidos. C) Recursos de acessibilidade que você utiliza. D) Os professores estão familiarizados com a Lei de Inclusão das Pessoas com Deficiências, Lei 13.146//2015 (LBI). E) Serviços de apoio para estudantes, docentes e/ou funcionários PCDs da UEA



Fonte: dados da pesquisa

Quando se questionou o nível de satisfação dos respondentes a respeito do grau de familiaridade dos professores com a Lei de Inclusão n° 13.146//2015, 28,6% dos respondentes estão satisfeitos e 23,8% estão insatisfeitos (Figura 6-C). Para concluir essa etapa, foram colhidas informações sobre os serviços de apoio para estudantes, docentes e/ou funcionários PCDs da UEA, cerca de 23,8% estão insatisfeitos, 23,8% desconhecem/não conseguem opinar e somente 19% encontram-se satisfeitos com os serviços (Figura 6-D).

4.6 Análise da infraestrutura das UEA sobre acessibilidade

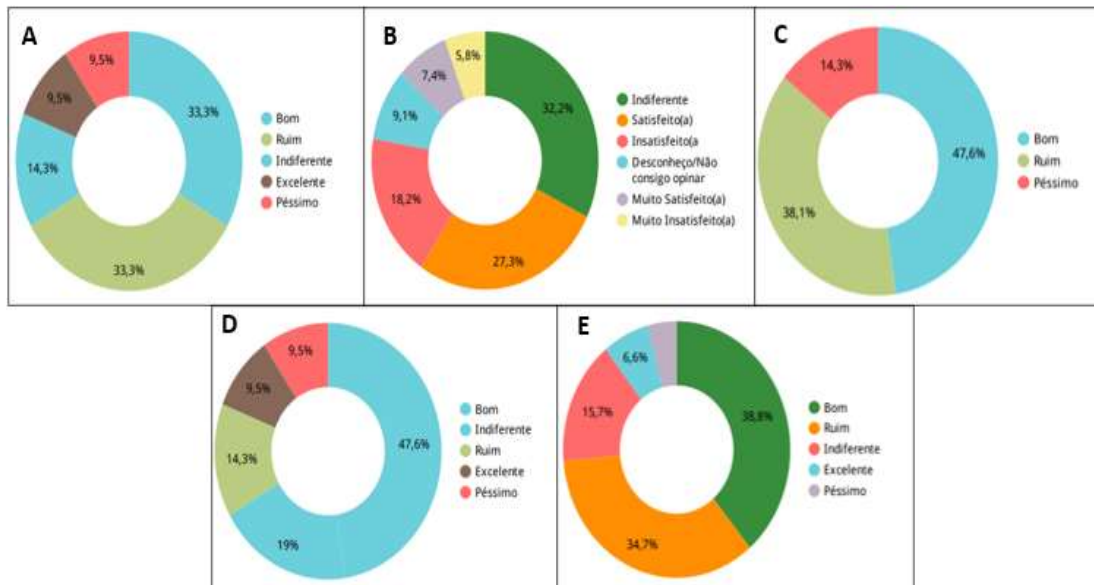
Neste item avaliaram-se os elementos arquitetônicos constantes no protocolo, são eles: rampas, elevadores e escadas, portão de entrada da instituição ou portas, valetas de água; tapetes e capacho, piso podotátil, totem; placas de sinalização, telefones

públicos, bebedouros, largura dos corredores, caminhos ou passarelas, carteiras, terminais de computadores, balcão de atendimento da seção de graduação, anfiteatro, estacionamento sinalizado para veículos de usuários de cadeira de rodas, ponto de ônibus, caminhos ao ar livre, coberturas nas passarelas, guias rebaixadas, faixa de segurança para pedestre, semáforo sonoro, banheiro, biblioteca, objetos encontrados e atitudes pessoais (CORRÊA, 2014).

Com relação à acessibilidade arquitetônica dos s prédios da UEA, podemos identificar que 33,3% dos participantes declararam que os prédios estão devidamente sinalizados para as PCDs e 33,3% dos respondentes não possuem essa visão de sinalização, gerando um conflito sobre a sinalização de acessibilidade, pois 14,3% se declaram indiferentes (Figura 7-A). Além disso, 32,2% sinalizaram serem indiferentes também a respeito do grau de satisfação quanto à sinalização e comunicação, somente 27,3% estão satisfeitos e 18% insatisfeitos (Figura 7-B).

Guerreiro (2011) em seu estudo, propõe e verifica em cada polo se há a presença de uma rota acessível, que esteja de acordo com a NBR 9050/2015, ou seja, um trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado que conecte os ambientes (externos ou internos) e que possa ser utilizado pela pessoa com deficiência de forma autônoma e com segurança. Já com relação aos aspectos de acessibilidade nas salas de aula da UEA. Com relação ao quesito satisfação operacional, 47,6% dos participantes relataram ser “Bom” e 38,1% acham “Péssimo” (Figura 7-C). Acerca das percepções diante da acessibilidade da biblioteca e suas salas de estudo, 47,6% acham “Bom”, 47,6% acham “Indiferente” e 14,3% acreditam ser “Ruim” (Figura 7-D). Outra avaliação positiva relaciona-se ao fato de 38,8% dos participantes terem optado pela alternativa “Bom” ao avaliarem os aspectos de acessibilidade dos banheiros (Figura 7-E).

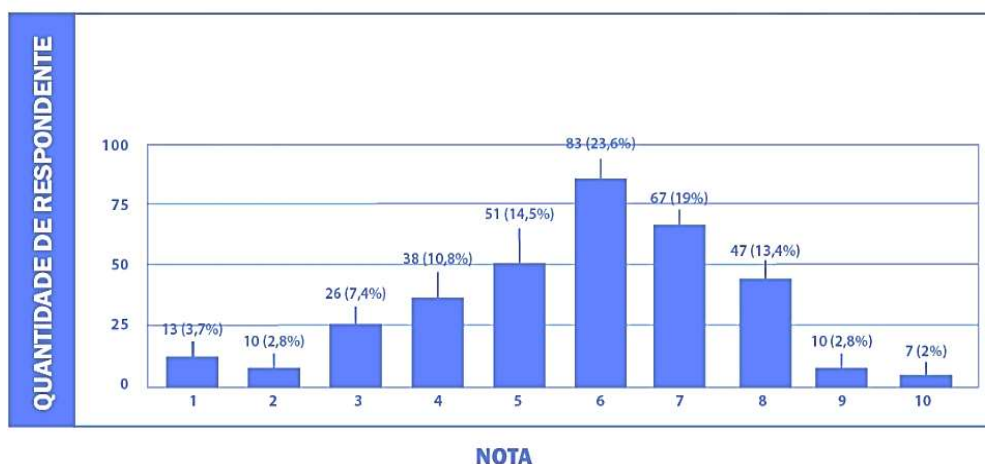
Figura 11 – Infraestrutura dos *Campus* - UEA: A) Como é o acesso aos prédios da UEA. B) Satisfação quanto à sinalização e comunicação. C) Aspectos de acessibilidade, de forma geral, como você classifica a acessibilidade nas salas de aula da UEA. D) Os aspectos de acessibilidade da biblioteca e suas salas de estudo. E). Considerando os aspectos de acessibilidade dos banheiros.



Fonte: dados da pesquisa.

A satisfação operacional é “a satisfação com os elementos que podem facilitar o deslocamento e a comunicação da pessoa com deficiência no campus, bem como os recursos disponibilizados, desde o processo seletivo, para o desenvolvimento acadêmico” (GUERREIRO, 2011, p. 14). Por meio dos dados coletados e da leitura da Figura 8, verificou-se que, a respeito dos níveis de satisfação em relação às condições gerais de acessibilidade, a maior nota foi 6. Isto corresponde à aproximadamente 24% dos respondentes, ou seja, o grau de satisfação pode ser considerado mediano.

Figura 12 – Grau de satisfação com relação às condições gerais de acessibilidade.



Fonte: dados da pesquisa

Guerreiro (2011) discute no estudo que a avaliação do nível de satisfação é uma importante ferramenta para a gestão educacional e o desenvolvimento de políticas internas do núcleo de acessibilidade com práticas de acesso e permanência inclusivas, que atendam todas às demandas. Ainda conforme Guerreiro (2011), a partir dessas informações, é possível fazer encaminhamentos aos setores competentes da IES para que sejam tomadas providências, tanto para remover as barreiras, quanto para conscientizar a comunidade acadêmica sobre as barreiras atitudinais que podem comprometer a permanência e o desenvolvimento acadêmico do aluno com deficiência. A pesquisadora ainda orienta sobre a importância de estabelecer um período para aplicação do instrumento (questionário) para fins de acompanhamento e monitoração.

5. CONCLUSÃO

A análise das percepções de acessibilidade permitiu entender de que maneira a falta de conhecimento a respeito das políticas públicas pode afetar a todos da comunidade acadêmica da UEA. A maioria dos respondentes classifica como regular ou ruim as políticas públicas de acessibilidade da UEA. Mais da metade dos participantes acredita que a UEA não implementa as ações propostas no PDI-UEA e uma boa parcela destes diz ter pouco conhecimento sobre a LBI – Lei nº 13.14/2015, fazendo alusão ao não conhecimento das diretrizes básicas que nortearam a criação do PDI-UEA.

Os resultados da pesquisa revelam que há discrepância entre o real conhecimento das leis e suas aplicações, bem como um desconhecimento das ações de implementação da acessibilidade por conta da UEA, tanto na visão das PcDs quanto das que não são PcDs na comunidade acadêmica da UEA. Dessa forma, fica evidente que apesar das normativas estabelecidas pela instituição de educação superior, a realidade apresentada pelos respondentes da comunidade acadêmica demonstra falhas importantes na criação e aplicação das políticas públicas de acessibilidade para pessoas com deficiência na Universidade do Estado do Amazonas – UEA, requerendo uma atenção maior e mais cuidadosa, haja vista sua crescente necessidade, em virtude do continuado e acelerado crescimento da UEA, que, como vimos, se trata da maior universidade multicampi do Brasil e da América Latina; com corpo discente, docente e de servidores cada vez mais amplo e diversificado. Em virtude do crescimento na interiorização de cursos no estado do Amazonas, há necessidade de melhorias nas ações institucionais de inclusão, para que seja garantido o acesso, a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes universitários com deficiência até sua evolução, possibilitando cada vez mais acessibilidade às pessoas com deficiência que dela se utilizam.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Maria Aparecida Ferreira. **Psicologia aplicada à administração: uma abordagem interdisciplinar**. Saraiva, 2005.

ANACHE, Alexandra Ayach; CAVALCANTE, Lysa Duarte. Análise das condições de permanência do estudante com deficiência na Educação Superior. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 22, p. 115-125, 2018;

BACHE, C. **Challenges to economic integration and social inclusion of Syrian refugees in Turkey**. *Career Development International*, v. 25, p. 14-18, 2019. <https://doi.org/10.1108/CDI-11-2018-0277>;

BANOV, M. R. **Psicologia no gerenciamento de pessoas**. Atlas, São Paulo. 56 p, 2009.
BARRETTA, E. M. CANAN. S. R., Políticas públicas da educação inclusiva: avanços e recuos a partir de documento legais. IX ANPED/SUL – Seminário de Pesquisa em Educação na Região Sul. 2012.

BASEI, Andréia Paula; CAVASINI, Grezieli Fátima. A inclusão escolar e as condições de acessibilidade: Um estudo preliminar na região sudoeste do Paraná. *Cinergis*, v. 16, n. 1, 2015;

CABRAL, Leonardo Santos Amâncio; MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de. Entre a normatização e a legitimação do acesso, participação e formação do público-alvo da educação especial em instituições de ensino superior brasileiras. In: **Educar em Revista**. V.33, n. Especial 3, 2017.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva com os pingos nos “is”**. 2004.

CASTRO, Sabrina Fernandes de. **Ingresso e permanência de alunos com deficiência em universidades públicas brasileiras**. 2011. 245 f. 2011. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado Educação Especial) – Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

CORRÊA, P. M. **Acessibilidade no ensino superior**: instrumento para avaliação, satisfação dos alunos com deficiência e percepção de coordenadores de curso. 2014. 281 f. Tese (doutorado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2014;

COUTINHO, D. R. **O direito nas políticas públicas**. In: MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (Orgs.). *Política pública como campo multidisciplinar*. São Paulo: Unesp; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013. Disponível em: <http://www.cebrap.org.br/v2/files/upload/biblioteca_virtual/item_766/14_05_12_16O_dir_eito_nas_politicas_publicas_FINAL.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2022;
DE CENSO **DEMOGRÁFICO**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 2010.

DECHICHI, C., SILVA, L. C. D., & GOMIDE, A. B. (2008). **Projeto Incluir: acesso e permanência na UFU. Inclusão Escolar e Educação Especial: teoria e prática na diversidade. Uberlândia: EDUFU, 333-352;**

Destefani, A., Bernardi, N., & D'Abreu, J. V. V. (2009). **Verificação da usabilidade de instrumento de leitura tátil e sonoro representativo de espaço arquitetônico da Biblioteca Central Cesar Lattes da UNICAMP (Relatório de Projeto/2009),** Campinas, SP;

DIEHL, Astor Antônio. TATIM, Denise Carvalho. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas. São Paulo: Person Prentice Hall, 2004.**

DINIZ, Débora; BARBOSA, Livia; SANTOS, Wederson. **Deficiência, direitos humanos e justiça. In: DINIZ, Débora; SANTOS, Wederson. Deficiência e discriminação. (orgs.). Brasília: Letras Livres: EdUnB, 2010;**

EHRlich, Stephane. **Aprendizagem e memória humanas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1979;

FERREIRA, Simone Helena et al. Percepção de estudantes de graduação em Odontologia frente ao atendimento de pessoas com deficiência. **Revista da ABENO**, v. 17, n. 1, p. 87-96, 2017;

FERREIRA, Simone Helena et al. Percepção de estudantes de graduação em Odontologia frente ao atendimento de pessoas com deficiência. **Revista da ABENO**, v. 17, n. 1, p. 87-96, 2017.

FOLHA, **Debora Ribeiro da Silva Campos et al.** O currículo vivido por alunos com deficiência na Universidade Federal do Pará: implicações para a educação inclusiva no ensino superior. *Revista linhas*, v. 15, n. 29, p. 438-462, 2014;

GALDINO, I. L. A. de S. **As políticas de inclusão e as contribuições dos elementos sociais e educacionais marcantes para o acesso de alunos com deficiência na UFPB.** 2015. 128 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015;

GARCIA, Raquel Araújo Bonfim; BACARIN, Ana Paula Siltrão; LEONARDO, Nilza Sanches Tessaro. **Acessibilidade e permanência na educação superior: percepção de estudantes com deficiência.** *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 22, p. 33-40, 2018;
GLAT, R. **A integração social dos portadores de deficiência: uma reflexão.** Rio de Janeiro: Sette Letras, 1995;

GOLLEDGE, R. (1999). Wayfinding behavior: **Cognitive mapping and other spatial processes.** Baltimore: Johns Hopkins University Press;

GUERREIRO, E. M. B. R. **Satisfação do aluno com deficiência no ensino superior quanto ao acesso e permanência: um estudo de campo na UFSCar.** 2011. 229 f.

Tese (Doutorado em Educação Especial) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011;

HAMMES, Isabel Cristina; NUERNBERG, Adriano Henrique. A inclusão de pessoas com deficiência no contexto do trabalho em Florianópolis: relato de experiência no Sistema Nacional de Emprego. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 35, p. 768-780, 2015.

JÚNIOR, Giorgione Mendes Ribeiro; ALVES FILHO, Antônio. **A PERCEPÇÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA SOBRE A GESTÃO PARA A INCLUSÃO**: o caso do IFPB – Campus João Pessoa/PB. Revista INTERFACE-UFRN/CCSA ISSN Eletrônico 2237-7506, v. 17, n. ESPECIAL, p. 238-258, 2020;

LINDSTROM, M. Brandsense: **A Marca Multissensorial**. São Paulo: Artmed; (2007).

LÜDKE, Marli E.D.A. André. **Pesquisa documental**. São Paulo: EPU, 1986;
MALHEIROS, M. B. et al. Diversidade e inclusão social: estudo de caso em filial de uma rede de farmácias. **Revista Unifeso – Humanas e Sociais**, v. 6, n. 6, p. 38-52, 2020b;

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009;

MATHIESON, J. et al. **Social exclusion meaning, measurement and experience and links to health inequalities**. World Health Organization, v. 1, 2008. Disponível em: https://www.who.int/social_determinants/media/sekn_meaning_measurement_experience_2008.pdf.pdf?ua=1;

MEACHAM, H. et al. **HRM practices that support the employment and social inclusion of workers with an intellectual disability**. Personnel Review, v. 46, n. 1, p. 1-26, 2017. <https://doi.org/10.1108/PR-05-2016-0105>;

MONLEVADE, João Antônio Cabral de. **Plano municipal de educação. Conselho municipal e suas articulações com as políticas públicas**. Brasília: MEC, p. 75-94, 2009.

MUZI, Tatiana Gonçalves. **Inclusão e acessibilidade na educação superior sob o enfoque de políticas públicas federais**. 2019. Tese de doutorado.

OLIVEIRA, N. A.; ALVES, M. A. **Justiça e políticas sociais na teoria de Jonh Rawls – Justice and social policies in Theory** – Sociedade em Debate, Pelotas, 16(1): 25-43; 2010.

PLETSCH, Márcia Denise; SOUZA, Isadora Martins da Silva de. Diálogo entre acessibilidade e Desenho Universal na aprendizagem. In:PLETSCH, Márcia Denise, et al. (Orgs.). **Acessibilidade e Desenho Universal da Aprendizagem**. Campos dos Goytazes, RJ: Encontrografia, 2021.

REIS, Joab Grana et al. *Vozes dos Rios da Amazônia: história de vida de estudantes no Ensino Superior com deficiência*. 2019.

RIBEIRO, Felipe Gomes et al. **Acessibilidade em espaço universitário: barreiras arquitetônicas e ambientais no Campus da Universidade Estadual de Feira de Santana**. 2014;

RIBEIRO, Leonardo André de Sousa. **A motivação do ato administrativo no contexto do estado democrático de direito brasileiro: a importância da motivação do ato administrativo e os direitos fundamentais**. 2010;

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, v. 12, n. 2, p. 10-16, 2009.

SILVA, C. L.; BOLSON, C. R.; FERIGOTTI, C. M. S. **Tecnologia e inclusão social: cooperativa catamare. Interações** (Campo Grande), v. 17, n. 3, p. 516-527, 2016. [http://doi.org/10.20435/1984-042x-2016-v.17-n.3\(13\)](http://doi.org/10.20435/1984-042x-2016-v.17-n.3(13)).

SILVA, P. M. M. **Os desafios para a inclusão de pessoas com deficiência em organizações da construção civil**. HOLOS, v. 7, n. 33, p. 311-327, 2017;

site <https://www.netquest.com/blog/br/escala-LIKERT> (2021);

TAKET, Ann et al. (Ed.). **Practising social inclusion**. Routledge, 2013.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

BRASIL. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **CENSO 2010: Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. 2012. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_Religiao_Deficiencia/tab1_3.pdf. Acesso em: 07 maios 2022;

Convenção nº 159/83 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e que determina a garantia de um emprego adequado e a possibilidade de integração ou reintegração das pessoas com deficiência na sociedade;

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948: UNIC/RIO/005, 2009, (DPI/,76) Brasília 1998;

Decreto no 6.949/2009 - Declaração Universal dos Direitos Humanos) Organização das Nações Unidas – ONU (2006 a artigo 1º.).

Decreto nº 3.956, de 8/10/2001- Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.

Decreto Nº 5.296 DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004 - Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF.

Decreto nº 9.296, DE 1º DE MARÇO DE 2018: Lei No 13.146, de 6 de julho de 2015 regulamenta o art. 45 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência;

DECRETO. Nº 3.298/1999, regulamenta a Lei No 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências;

LEI N.º 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996, Direito à Educação: Subsídios para a gestão dos sistemas educacionais – Orientações gerais e marcos legais. Brasília: MEC/Seesp, 2004;

Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências;

Lei nº 7.853/89, promulgada, tratando dos Direito das Pessoas Portadoras de Deficiência, e definindo o apoio à integração social por meio das funções do poder público nas mais diversas áreas de atuação, como educação, saúde, edificações e trabalho;

Lei nº 8.112, aprovada em 11/12/1990, dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais;

Lei nº 7.853/89 - promulgada, tratando dos Direito das Pessoas Portadoras de Deficiência, e definindo o apoio à integração social por meio das funções do poder público nas mais diversas áreas de atuação, como educação, saúde, edificações e trabalho.

Lei 13.146/2015 de 02 de janeiro de 2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000 - Dá prioridade de atendimento às pessoas que
Especifica e dá outras providências.

PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO AMAZONAS: PEEAM Governo do Estado do Amazonas. AMAZONAS: abril, 2015;

Plano de Desenvolvimento Institucional – UEA (PDI 2017 – 2021). Disponível em: <https://pdi.uea.edu.br/>. Acesso em: 23 mar. 2022;

Portaria nº 0432/2020 - GR/UEA- Comissão de Políticas para a Pessoa Surda, no âmbito da Universidade do Estado do Amazonas,

Resolução nº 06/2021, cria a Comissão de Articulação da Política institucional de Inclusão dos discentes com Necessidades Educacionais Especiais da Universidade do Estado do Amazonas, instituída pela Portaria de nº **697/2019- GR/UEA**;

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS. **Relatório de Gestão 2020: 1ª ed.** Pró-Reitoria de Planejamento. Manaus - AM, 2020. 387 p. Projeto Gráfico: Coordenadoria de Planejamento Institucional/PROPLAN Publicado em março de 2021. Fotografias: Acervo UEA Versão eletrônica. Disponível em: www.uea.edu.br/;

Resolução nº 017/2022/CONSUNIV- que estabelece diretrizes para a atuação de tradutores e intérpretes de LIBRAS na Universidade do Estado do Amazonas.

Resolução nº 010/2011 –CONSUNIV - Cria o Programa de Inclusão e Acessibilidade para Pessoas com Necessidades Especiais da Universidade do Estado do Amazonas PIAPNE -UEA.

Universidade do Estado do Amazonas – UEA, Pro-Reitoria de Planejamento – PROPLAN, Coordenadoria de Recursos Humanos – CRH; **Base Lotacionograma julho 2020.**

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A garantia de acesso, permanência, aprendizagem e sucesso educativo de estudantes com deficiência no ensino superior, tem desafiado universidades públicas brasileiras a transformarem a cultura pedagógica e organizacional, uma vez, que exige necessidade de rupturas de barreiras atitudinais, pedagógicas, arquitetônicas e comunicacionais.

A Universidade do Estado do Amazonas (UEA) tem aumentado gradativamente o número de acadêmicos com deficiência nos diversos cursos na capital e no interior do Amazonas, principalmente a partir da reserva de vagas em 2016 para esses referidos alunos. No processo seletivo da UEA em 2017 com ingresso em 2018, foram aprovados 77 candidatos pelo concurso Vestibular e 13 pelo Sistema de Ingresso Seriado (SIS), totalizando a matrícula de 90 acadêmicos com deficiência.

Na busca de atender às necessidades educacionais específicas dos estudantes com deficiência, já em 2011 criou-se o “Programa de Inclusão e Acessibilidade de Pessoas com Necessidades Especiais da UEA (Resolução 10/2011-CONSUNIV-UEA)” o qual prevê diversas ações, a saber: criação e implantação do Núcleo de Acessibilidade; suporte comunicacional para estudantes surdos por meio do Tradutor e Intérprete de Libras; uso da tecnologia assistiva para estudantes com deficiência e garantia do suporte e apoio do Aluno Tutor, que compete desenvolver atividades de apoio e acompanhamento educacional do acadêmico com necessidades educacionais especiais, entre outras ações.

Levando em consideração que a Universidade do Estado do Amazonas é uma instituição de ensino superior voltada para o fortalecimento do desenvolvimento da Região Norte há necessidade da implementação de ações que promovam o ensino, a pesquisa e a extensão de forma qualitativa e inclusiva. E nesta perspectiva é que a UEA, por meio da sua política de reservas de vagas, que segue as determinações dispostas na Lei nº 2.894/2004, Lei nº 3.972/2013 e na Lei nº 4.399 de 2016 busca promover a igualdade de condições àqueles que desejam ingressar na instituição.

A UEA teve um grande desafio para executar sua Política Institucional de Inclusão e Acessibilidade com a implementação da Lei nº 5.296 de 03 de novembro de 2020, que

determinou o percentual de 20% do total de vagas na sua forma de ingresso à pessoa com deficiência e com surdez, aplicada no Vestibular e no Sistema de Ingresso Seriado (SIS), com tempo inapto para planejamento de proposta pedagógica; ações de inclusão educacional e democratização do ensino; mobilidade, deslocamento e barreiras de acessibilidade (arquitetônica, comunicacional, informacional, pedagógica e atitudinal); ações para inclusão; núcleo de acessibilidade em todas as unidades acadêmicas; apoio especializado; previsão orçamentária; formação dos profissionais da instituição (docentes e técnicos administrativos); implantar Bancas de Verificação e Bancas Especiais para forma de ingresso; e aquisição de Tecnologia Assistiva, entre outros.

No que se refere à resposta ao problema da pesquisa, foi possível identificar e analisar que o cumprimento das leis de acessibilidade na UEA é parcialmente atendido, ao mesmo tempo, as diversas percepções do público-alvo obtidas através das respostas aos questionários, demonstram que grande parte dos usuários está satisfeita com a estrutura física existente e com o atendimento dos servidores durante a realização das suas atividades, porém, assim como as questões do cumprimento da legislação em vigor, algumas situações pontuais ainda precisam ser ajustadas.

No que se refere à análise geral, as descobertas a respeito do grau de satisfação por parte dos usuários apontam que a maioria dos respondentes considera satisfatórias as condições de estrutura física que a universidade oferece e o atendimento que recebem também está dentro dos padrões, levando em consideração as limitações que possui. Isso evidencia que é possível aos PcDs desempenhar suas atividades rotineiras de forma eficiente e com praticidade. A análise das percepções de acessibilidade permitiu entender de que maneira a falta de conhecimento a respeito das políticas públicas pode afetar a todos da comunidade acadêmica da UEA.

Os resultados da pesquisa revelam que há discrepância entre o real conhecimento das leis e suas aplicações, bem como um desconhecimento das ações de implementação da acessibilidade por conta da UEA, tanto na visão das PcDs quanto das não PcDs da comunidade acadêmica UEA. Para tanto, há um arsenal de normativas legais disponíveis, que podem ser do conhecimento da comunidade acadêmica da UEA para melhor norteamo da garantia de acesso e permanência.

Dessa forma, fica evidente que, apesar das normativas e ações estabelecidas pela instituição de educação superior, a UEA, a realidade apresentada pelos respondentes da comunidade acadêmica demonstra falhas importantes na criação e aplicação das políticas públicas de acessibilidade para pessoas com deficiência na Universidade do Estado do Amazonas – UEA. É necessária uma atenção maior e mais cuidadosa, haja vista sua crescente necessidade, em virtude do continuado e acelerado crescimento da UEA, que, como vimos, se trata da maior Universidade multicampi do Brasil e da América Latina, com corpo discente, docente e de servidores cada vez mais amplo e diversificado; tendo em vista sua evolução, é possível dar cada vez mais acessibilidade às pessoas com deficiência que dela se utilizam.

Por fim, observamos que essas questões visam no tocante aos PcDs, com a oportunidade de futuras melhorias em decorrência dessas políticas de acessibilidade e, com esses resultados, entendemos que há uma discrepância entre o real conhecimento das leis e as suas aplicações, bem como um desconhecimento das ações de implementação da acessibilidade. Portanto, os resultados evidenciam que a capacidade institucional é importante para a percepção do nível de acessibilidade de uma organização, principalmente em termos de infraestrutura e profissionais qualificados. Porém, de acordo com a literatura, esta capacidade não se restringe a estes aspectos, englobando também a linguagem, comunicação e integração das pessoas com deficiência. Isso denota a importância da compreensão dos aspectos que influenciam na acessibilidade e sua relação com a capacidade institucional, motivando mais estudos sobre a temática. Portanto, as políticas públicas para ingresso e permanência precisam ser garantidas em todo o âmbito institucional. Torna-se evidente que a criação e aplicação das políticas públicas de acessibilidade para PcDs na UEA requer uma atenção maior e mais cuidadosa, haja vista sua crescente necessidade, em virtude do continuado e acelerado crescimento da UEA, que, como vimos, se trata da maior universidade multicampi do Brasil e da América Latina; com corpo discente, docente e de servidores cada vez mais amplo e diversificado.

ANEXO A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr.(a) está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa **“PERCEPÇÃO E SATISFAÇÃO COM AS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS - UEA”**. Objetiva-se com esse trabalho analisar as percepções e o grau de satisfação com a estrutura oferecida pela Universidade Estado do Amazonas - UEA, no que diz respeito aos aspectos de acessibilidade e especialmente em relação ao cumprimento de normas políticas públicas. “Para um melhor desenvolvimento, a pesquisa encontra-se estruturada em três capítulos. O primeiro trata da fundamentação teórica com base na legislação vigente e dados institucionais, o segundo capítulo trabalha com coletas de dados, o terceiro capítulo apresenta os resultados e conclusões da pesquisa. Segundo os dados do último censo demográfico do IBGE (2010), no Brasil, cerca de 45,6 milhões de pessoas declararam ter algum tipo de deficiência. Devido a esse grande número de pessoas que possuem algum tipo de deficiência física é necessário que a realidade permita que as pessoas PcDs tenham de fato o devido acesso a tudo que permita o crescimento que qualquer outra pessoa tem. O crescimento na vida implica em plena inserção no mercado de trabalho, que implica também na inserção no ensino superior. A Universidade do Estado do Amazonas – UEA, universidade pública reconhecida nacional e internacionalmente, localizada na região norte do país, ainda possui poucas políticas públicas voltadas a Pessoas com Deficiência (PcDs) e possui um núcleo de acessibilidade recém-criado. Considerando essas características, a legislação brasileira (Lei Nº 10.098 de dezembro de 2000 e Lei 8.213/1991 conhecida como lei de cotas para deficiente) e os ordenamentos jurídicos *in voga*, essa pesquisa analisará os impactos e consequências dos decretos regulatórios das leis vigentes, sua importância e possíveis melhorias na estrutura arquitetônicas existentes na UEA para a garantia ao direito à acessibilidade da pessoa com deficiência. Deste modo, avaliamos a estrutura física das unidades das escolas superiores da Universidade do Estado do Amazonas – UEA para determinar,

através de análises *in loco* de determinados locais da UEA, bem como observações realizadas no dia a dia de atividades, se as pessoas com deficiência têm todas as oportunidades que as outras têm, que é previsto na lei, e se são atendidas e tratadas da mesma forma. Devido ao fato de a UEA ser uma universidade nova e o seu Núcleo de Acessibilidade ser recém-criado, essa pesquisa torna-se importante visto que as mudanças na legislação em relação às PcDs são relativamente recentes e que é evidente a falta de experiência neste sentido. Desta forma é esperado que seus achados devam nortear as ações do referido núcleo. O problema em questão está associado ao cumprimento ou não das leis de acessibilidade, e se há percepção e satisfação ou não por parte da comunidade em relação ao cumprimento das normas e leis de promoção de acessibilidade pela PcD às dependências da comunidade acadêmica. Hipotetizamos, que, mesmo diante das informações e sensibilização sobre acessibilidade, na prática, ainda existem dificuldades estruturais do dia a dia que impedem o completo engajamento dos PcDs na UEA. O problema a ser analisado está associado ao cumprimento das leis de acessibilidade, percepção e satisfação da comunidade em relação ao cumprimento das normas e leis de promoção de acessibilidade a PcD nas dependências da comunidade acadêmica da UEA. Assim, frente ao exposto, questiona-se qual a percepção e satisfação da comunidade acadêmica com as condições de acessibilidade para os PcDs na UEA e se a UEA dispõe de condições de acessibilidade para PcDs em cumprimento às normas e políticas públicas? Esse estudo se justifica na necessidade de se avaliar quais percepções e o grau de satisfação com a estrutura oferecida pela Universidade Estado do Amazonas- UEA, no que diz respeito aos aspectos de acessibilidade e especialmente em relação ao cumprimento de normas e políticas públicas. Os resultados obtidos a partir deste trabalho podem orientar novas políticas e melhorias na acessibilidade aos PcDs na UEA, além de ser um documento de referência para outras universidades com características semelhantes. Para esta pesquisa adotaremos os seguintes **procedimentos metodológicos**: análise documental, estatística de dados observacionais, qualitativa, quantitativa e exploratória. Dentre as técnicas de pesquisa serão utilizadas a análise documental, a aplicação de questionário semiestruturado. Para que ocorra sucesso nesse processo, será encaminhado pela ferramenta de formulários do Google Forms o questionário para que os atores possam

responder com maior tranquilidade e segurança das suas casas, em função da pandemia do novo coronavírus - COVID-19, e a técnica de PSM. Ainda, a investigação das diferenças das percepções das condições de acessibilidade e o cumprimento das normas, leis e das políticas públicas nos estratos de deficientes e não deficientes e entre os diferentes públicos da comunidade universitária, e para que essa fase seja coberta de êxito, utilizaremos as técnicas de Propensity Score Matching e o teste de médias independentes para elaborar as análises pertinentes.

O **tempo médio** estimado dessa entrevista é em torno de **10 minutos**. **Autorizaria a divulgação das respostas dessa entrevista?**

sim não

Sua identidade será preservada e as informações coletadas serão analisadas de forma conjunta. O acesso às informações coletadas, o tratamento e a análise das mesmas serão restritas aos pesquisadores, neste caso, discente e orientador, membros responsáveis pela proteção e confidencialidade dos dados.

Havendo algum tipo de desconforto psicológico com a entrevista, o pesquisador se encarregará de conversar com o entrevistado para minimizar este constrangimento, além de dar a ele liberdade para pausar, interromper ou abandonar a entrevista se julgar pertinente, sem constrangimento ou penalização alguma. Como esta pesquisa não envolve relações diretas com a saúde física e psíquica dos entrevistados não caberia à necessidade de um acompanhamento dos atores.

Os entrevistados **não terão benefícios diretos** com a participação na pesquisa. Entretanto, os resultados da análise do questionário poderão contribuir para melhorar de forma da aplicação das políticas públicas orientada para as necessidades de acessibilidade da comunidade acadêmica da Universidade do Estado do Amazonas - UEA, ademais o entendimento da política poderá auxiliar na melhoria da eficiência e qualidade dos serviços de educacionais da Instituição Superior de Ensino.

Para participar deste estudo o Sr. (a) não terá **nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira**. Apesar disso, diante de eventuais danos, identificados e comprovados, decorrentes da pesquisa, o Sr. (a) tem assegurado o direito à

indenização. O Sr. (a) tem garantida plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem necessidade de comunicado prévio. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o Sr. (a) é atendido (a) pelo pesquisador. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. O (A) Sr. (a) não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar. Seu nome ou o material que indique sua participação não serão liberados sem a sua permissão.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável no Departamento de Administração e Contabilidade da Universidade Federal de Viçosa e a outra será fornecida ao Sr. (a). Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável de modo permanente após o término da pesquisa.

Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e confidencialidade, atendendo à legislação brasileira, em especial, à Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, e utilizarão as informações somente para fins acadêmicos e científicos. Esse projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa e está registrado com o número CAAE N° 50015521.2.0000.5153, podendo ser consultado em:

<http://plataformabrasil.saude.gov.br/login.jsf>.

Eu, _____, contato _____ fui informado (a) dos objetivos da pesquisa “Percepção e Satisfação com as Condições de Acessibilidade na Universidade do Estado do Amazonas - UEA” de maneira clara e detalhada, e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar. Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer minhas dúvidas.

Nome dos Pesquisadores Responsáveis: Marco Aurélio Marques Ferreira (Orientador) e Tânia Lúcia Viana de Souza (Mestranda).

Endereço: Universidade Federal de Viçosa (UFV), Departamento de Administração e Contabilidade, Programa de Pós-Graduação em Administração Campus Universitário, s/n° – Centro, CEP 36570-000; Viçosa – MG – Brasil

Telefones: (31) 3899-1616 e (92) 99220-9992

E-mails: marcoaurelio@ufv.br; marcoufv1@gmail.com e tania.souza@ufv.br,
tlsouza@uea.edu.br

Em caso de discordância ou irregularidades sob o aspecto ético desta pesquisa, você poderá consultar:

CEP/UFV – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres

Humanos Universidade Federal de Viçosa

Edifício Arthur Bernardes, piso inferior

Av. PH Rolfs, s/n – Campus Universitário.

Cep: 36570-900 Viçosa/MG

Telefone: (31)3899-2492

Email: cep@ufv.br

www.cep.ufv.br

_____, _____ de _____ de 20__.

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador

ANEXO B

QUESTIONÁRIO SOBRE PERCEPÇÕES DE ACESSIBILIDADE NA UEA

PROPOSTA:

Você está sendo convidado (a) a participar como voluntário (a) da pesquisa acadêmica intitulada “Percepção e Satisfação com as Condições de Acessibilidade na Universidade do Estado do Amazonas UEA” que propõe uma melhor compreensão do esforço de transparência nas informações públicas referente a acessibilidade a Pessoa com Deficiência (PCD).

O estudo é coordenado pelo Professor Marco Aurélio Marques Ferreira da Universidade Federal de Viçosa (UFV) juntamente com a sua orientada de Mestrado em Administração Pública, a Especialista Tânia Lucia Viana de Souza da UEA.

Trata-se de um procedimento que não tomará mais que alguns minutos e pode ser acessado pelo link <https://forms.gle/VqymmRTwJ4WpwMTa8> do Google forms.

As questões podem ser respondidas em bloco ou individualmente, desde que todos os elementos sejam contemplados.

Em caso de dúvidas, contatar Tânia Lúcia Viana de Souza:

E-mail tlsouza@uea.edu.br, tania.souza@ufv.br.

Telefone: (92) 9 9220-9992 (92) 9 8437-6099

Contamos com sua preciosa contribuição!

ANEXO C

QUESTIONÁRIO SOBRE PERCEPÇÕES DE ACESSIBILIDADE NA UEA.

Prezado (a) Discente, docente ou Técnico Administrativo, o questionário a seguir, trata-se de uma pesquisa sobre Percepções das Condições de Acessibilidade na Universidade do Estado do Amazonas – UEA, por parte de toda comunidade acadêmica. Para tanto, ressaltamos que as informações coletadas serão utilizadas estritamente para este estudo e que o anonimato dos atores participantes será preservado. Agradecemos antecipadamente e contamos com sua participação, respondendo às questões propostas.

PARTE I – PERFIL PESSOAL DO RESPONDENTE

1.

E-mail* _____

2. Profissão:

() Discente () Docente () Técnico Administrativo () Outro: _____

3. Gênero:

() Masculino () Feminino () Outro: _____

4. Idade _____

5. Estado Civil:

() Solteiro(a) () Casado(a) () União Estável () Divorciado/Separado(a) () Viúvo(a)

6. Escolaridade:

() Ensino médio incompleto () Ensino médio completo
 () Ensino superior incompleto () Ensino superior completo
 () Mestrado incompleto () Mestrado completo
 () Doutorado incompleto () Doutorado completo

7. Qual Unidade da UEA você estuda e/ou trabalha?

() Reitoria - UEA
 () ED - Escola de Direito
 () ENS - Escola Normal Superior
 () ESA - Escola Superior de Ciências da Saúde
 () ESAT - Escola Superior de Artes e Turismo
 () ESO - Escola Superior de Ciências Sociais
 () EST - Escola Superior de Tecnologia
 () CESIT - Centro de Estudos Superiores de Itacoatiara.
 () CESLA - Centro de Estudos Superiores de Lábrea.
 () CESP - Centro de Estudos Superiores de Parintins.

- CEST - Centro de Estudos Superiores de Tefé.
 CESTB - Centro de Estudos Superiores de Tabatinga.

PARTE II- PERFIL PESSOAL DO RESPONDENTE

1. Você sabe a definição de Acessibilidade?

- Sim Não

2. Você sabe a definição de deficiência?

- Sim Não

2.1. Você se considera uma pessoa com deficiência?

- Sim Não

3. Conforme a Resolução de N° 06/2021- CONSUNIV/UEA, qual das categorias abaixo de pessoa com deficiência você se enquadra? (para PcD)

Deficiência física – DF; (paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, tri paresia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções (Decreto nº 5.296/2004, art. 5º).

Deficiência Auditiva – DA ou surdez; (pessoa com perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz; (Decreto nº 5.626/2006, art. 2º).

Deficiência Visual – DV; (pessoa com cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60%; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores; (Decreto nº 5.296/2004, art. 5º).

Deficiência Intelectual – DI; (pessoa com funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como comunicação; cuidado pessoal; habilidades sociais; utilização dos recursos da comunidade; saúde e segurança; habilidades acadêmicas; lazer; e trabalho; (Decreto nº 5.296/2004, art. 5º).leve, moderada, severa ou profunda)

() **Deficiência múltipla – DMU**; (associação de duas ou mais deficiências; e II - pessoa com mobilidade reduzida, aquela que, não se enquadrando no conceito de pessoa portadora de deficiência, tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção.

() **Transtorno do Espectro Autista –TEA**;

PARTE III –POLÍTICA PÚBLICA, LEIS E REGIMENTO DE CESSIBILIDADE

Para o grupo de assertivas a seguir, assinale a melhor opção.

1. Qual o seu grau de conhecimento das Políticas Públicas de Acessibilidade da UEA para as pessoas com deficiência? (para todos)

- () Muito ruim
- () Ruim
- () Regular
- () Bom
- () Muito Bom
- () Desconheço/Não consigo opinar

2. Na sua percepção, a UEA implementa as ações proposta no Plano de Desenvolvimento Institucional PDI-UEA? (para todos)

- () Muito ruim
- () Ruim
- () Regular
- () Bom
- () Muito Bom
- () Desconheço/Não consigo opinar

3. Qual seu grau de familiaridade Sobre a Lei de Inclusão das Pessoas com Deficiência, Lei 13.146/2015 (LBI)? (para todos)

- () Muito ruim
- () Ruim
- () Regular
- () Bom
- () Muito Bom
- () Desconheço/Não consigo opinar

PARTE IV – POLÍTICA PARA PROMOÇÃO DE ACESSIBILIDADE NA UEA

Para o grupo de questões a seguir, assinale a melhor opção em uma escala onde: **(para todos)**

1– Muito Insatisfeito(a) 2 - Insatisfeito(a) 3 - Indiferente 4 - Satisfeito(a) 5 - Muito Satisfeito(a) 6. Desconheço/Não consigo opinar

1. Qual seu grau de satisfação quanto à promoção do ingresso, o acesso e permanência de discentes, professores e técnicos administrativos PCDs, na comunidade em geral na UEA?

- Muito Insatisfeito(a)
- Insatisfeito(a)
- Indiferente
- Pouco Satisfeito(a)
- Muito satisfeito(a)
- Desconheço/Não consigo opinar

2. Quanto aos trabalhos da Comissão de Articulação da Política Institucional de Inclusão dos Discentes com necessidades Educacionais Especiais da UEA, no que se refere à acessibilidade na comunicação e informação, qual seu nível de satisfação?

- Pouco Satisfeito(a)
- Indiferente
- Satisfeito(a)
- Muito Satisfeito(a)
- Desconheço/Não consigo opinar

3. As ações implantadas pela UEA, alcançam as pessoas que precisam, qual seu grau de satisfação?

- Insatisfeito(a)
- Pouco Satisfeito(a)
- Indiferente
- Satisfeito(a)
- Muito Satisfeito(a)
- Desconheço/Não consigo opinar

PARTE V – RECURSOS TECNOLÓGICOS DE ACESSIBILIDADE

Para o grupo de questões a seguir, assinale a melhor opção (para os PCDs)

1. Na sua percepção a UEA disponibiliza de forma correta os recursos Tecnológicos de acessibilidade que Lei 13.146/2015 (LBI) estabelece? (ex: Libras, Braille, Literatura inclusiva e Tecnologias assistivas)?

-) Sim, todos os recursos.
-) Sim, alguns recursos
-) Pouco
-) Nada
-) Desconheço/Não consigo opinar

2. Você está satisfeito com os recursos tecnológicos de acessibilidade que você já identificou nas unidades UEA?

-) Insatisfeito(a)
-) Pouco Satisfeito(a)
-) Indiferente
-) Satisfeito(a)
-) Muito Satisfeito(a)
-) Desconheço/Não consigo opinar

3.Quanto aos recursos de acessibilidade que você utiliza, qual seu grau de satisfação? (Libras, Braille, Literaturas Inclusivas, Tecnologias Assistivas).

-) Insatisfeito(a)
-) Pouco Satisfeito(a)
-) Indiferente
-) Satisfeito(a)
-) Muito Satisfeito(a)
-) Desconheço/Não consigo

4. Em relação aos materiais e equipamentos tecnológicos, e sobre eles serem adequados para acessibilidade das pessoas com deficiência. Qual seu nível de satisfação?

-) Insatisfeito(a)
-) Pouco satisfeito(a)
-) Indiferente
-) Satisfeito(a)
-) Muito satisfeito(a)
-) Desconheço/Não consigo opinar

5. Você está satisfeito com os recursos tecnológicos de acessibilidade que a UEA oferece?

- Insatisfeito(a)
- Pouco Satisfeito(a)
- Satisfeito(a)
- Muito Satisfeito(a)
- Desconheço/Não consigo opinar

PARTE VI – RECURSOS HUMANOS

Para o grupo de questões a seguir, responda e/ou assinale a melhor opção em uma escala onde: **(para todos)**

- Insatisfeito(a) 2 - Pouco Satisfeito(a) 3 - Indiferente 4 - Satisfeito(a) 5 - Muito Satisfeito(a) 6 - Desconheço/Não consigo opinar.

1. Na sua percepção a UEA possui Recursos de Humanos para PCD (ex: tutor, intérprete, profissional do atendimento educacional especializado e outros...)?

- Sim Não

2. Se sim, qual seu nível de satisfação em relação aos recursos de apoio humanos oferecidos tais como: (tutor, intérprete, profissional do atendimento educacional especializado e outros) disponibilizados pela UEA?

- Insatisfeito
- Pouco Satisfeito(a)
- Indiferente(a)
- Satisfeito(a)
- Muito Satisfeito(a)

3. Na sua percepção quanto você identifica que os professores estão familiarizados com a Lei de Inclusão das pessoas com Deficiências, Lei 13.146//2015 (LBI) e qual seu nível de satisfação? (para os PCDs)

- Insatisfeito(a)
- Pouco Satisfeito(a)
- Indiferente
- Satisfeito(a)
- Muito Satisfeito(a)

4. Quanto aos serviços de apoio para estudantes, docentes e/ou funcionários PCDs da UEA. Qual seu nível de satisfação?

- Insatisfeito(a)
- Pouco satisfeito(a)
- Satisfeito(a)
- Muito satisfeito(a)
- Desconheço/Não consigo opinar

PARTE VII – INFRAESTRUTURA DOS CAMPUS - UEA

Para o grupo de questões a seguir, assinale a melhor resposta. **(Todos)**

1. Em sua opinião, como é o acesso aos prédios da UEA (Ex. rampas, elevadores, banheiros, corredores, salas refeitórios e estacionamentos), estão devidamente sinalizados para as PCDs?

- Péssimo
- Ruim
- Indiferente
- Bom
- Excelente

2. Qual seu grau de satisfação quanto a sinalização e comunicação? (Piso tátil; placas de sinalização em braile; site institucional acessível; mapas em relevo na IES, degraus sinalizados com cor contrastante).

- Insatisfeito(a)
- Pouco Satisfeito(a)
- Indiferente
- Satisfeito(a)
- Muito Satisfeito(a)

3. Considerando os aspectos de acessibilidade, de forma geral, como você classifica a acessibilidade nas salas de aula da UEA? (alargamento de porta, mesas ou cadeiras acessíveis para o usuário de cadeira de roda).

- Péssimo
- Ruim
- Indiferente
- Bom
- Excelente

4. Considerando os aspectos de acessibilidade da biblioteca e suas salas de estudo qual sua percepção?

- Péssimo
- Ruim
- Indiferente
- Bom
- Excelente

5. Considerando os aspectos de acessibilidade, dos banheiros? (barras de apoio na bacia sanitária e mictório; torneira adequada ao usuário com deficiência física, lavabos com entrada para cadeira de rodas e altura).

- Péssimo
- Ruim
- Indiferente
- Bom
- Excelente

6. Em sua opinião o que precisa ser realizado ou modificado na UEA para garantir a acessibilidade Física e Arquitetônica?

R _____

—

PARTE VIII – APRECIÇÃO GERAL DAS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE

1. Qual a sua percepção das condições de acessibilidade na Universidade do Estado do Amazonas-UEA? (**para todos**)

R_____

2. Dê sua nota de 1 a 10 às condições gerais de acessibilidade na UEA.

Nota _____

Livre: Você gostaria de acrescentar algo a mais sobre a **acessibilidade** que pudesse contribuir com nossa pesquisa?

Desde já agradeço a colaboração e coloco-me à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas. (tlsouza@uea.edu.br, tania.soza@ufv.br, telefone: (92)99220-9992).

APÊNDICE A**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
CONSELHO UNIVERSITÁRIO
RESOLUÇÃO Nº 010/2011 – CONSUNIV**

Cria o Programa de Inclusão e Acessibilidade para Pessoas com Necessidades Especiais da Universidade do Estado do Amazonas /PIAPNE -UEA.

O REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS E PRESIDENTE DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO a instituição do Programa Nacional de Acessibilidade pelo Decreto Federal de n. 5296/2004;

CONSIDERANDO que o Decreto Federal de n. 6.571/2008 dispõe sobre o atendimento educacional especializado dos portadores de necessidades especiais;

CONSIDERANDO a necessidade de desenvolver ações inclusivas voltadas para os portadores de necessidade especiais integrantes da Universidade do Estado do Amazonas - UEA;

R E S O L V E:

Art. 1º - Aprovar o Programa de Inclusão e Acessibilidade para Pessoas com Necessidades Especiais da Universidade do Estado do Amazonas – PIAPNE/UEA.

Art. 2º O PIAPNE terá como finalidade assegurar ações para garantia da inclusão e acessibilidade dos estudantes e funcionários portadores de deficiência, transtorno global de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, por meio de apoio e orientação às ações acessíveis de ensino, pesquisa, extensão, serviços e infraestrutura, possibilitando condições básicas de acesso, permanência e sucesso nas ações institucionais.

Art. 3º O objetivo geral do PIAPNE é propiciar o acesso e a permanência qualificada das pessoas com necessidades especiais, por meio da redução de barreiras arquitetônicas, comunicacionais, informacionais, atitudinais e curriculares.

Art. 4º. São objetivos específicos do PIAPNE:

I - Promover o ingresso, o acesso e permanência de estudantes, professores e técnico - administrativos com necessidades especiais e demais pessoas da 2 comunidade em geral na Universidade do Estado do Amazonas - UEA;

II - Identificar estudantes com necessidades educacionais especiais, professores e técnico - administrativos com necessidades especiais na Universidade do Estado do Amazonas;

III - Identificar as barreiras arquitetônicas, mantendo o acompanhamento de soluções estabelecidas em mapa de eliminação das mesmas nas unidades da Universidade do Estado do Amazonas;

IV - Propiciar à comunidade acadêmica os Núcleos de Acessibilidade para abrigar tecnologias assistivas, recursos didáticos e apoio para o desenvolvimento das atividades acadêmicas, dos estudantes e funcionários com necessidades especiais;

V - Oferecer melhores condições de acesso às informações por meio de intérprete de LIBRAS, texto em Braille, audiodescrição, softwares acessíveis e textos ampliados;

VI - Apresentar recursos pedagógicos, metodológicos e tecnológicos alternativos, com vistas ao apoio para a elaboração, implantação e execução dos projetos pedagógicos dos cursos, na perspectiva da educação inclusiva;

VII - Garantir a formação continuada para os professores e funcionários envolvidos no atendimento às pessoas contempladas nos incisos do artigo 3º do referido Programa, por meio dos Núcleos de Acessibilidade da Universidade do Estado do Amazonas;

VIII - Manter no seu corpo constitutivo profissionais habilitados para a oferta de disciplina de LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais e de Educação, inclusive nos cursos ofertados pela Universidade, bem como profissionais com habilitação em interpretação e/ou tradução para a promoção do apoio em sala de aula, nos termos do Decreto N. 5.626/2005;

IX – Instituir os Núcleos de Acessibilidade para discutir e estabelecer o processo avaliativo dos estudantes com deficiência, transtorno global de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, nos cursos da Universidade do Estado do Amazonas.

X - Regulamentar a avaliação institucional aos discentes com deficiência, transtorno global de 3 desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, em parceria com os Núcleos de Acessibilidade.

XI - Estimular o desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa, extensão, e apoiar a realização de eventos cuja abordagem seja a inclusão social de pessoas com necessidades especiais e de sociedade inclusiva;

XII - Garantir o atendimento prioritário às pessoas com deficiência;

XIII - Formar a cultura de inclusão na Universidade do Estado do Amazonas.

Art. 5º. Com a finalidade de prestar apoio acadêmico aos estudantes portadores de necessidades especiais, a Universidade do Estado do Amazonas adotará uma modalidade de bolsa discente denominada Bolsa Tutoria, através do acompanhamento de um discente matriculado na mesma turma, período e curso. Parágrafo Único – A Bolsa Tutoria será solicitada pelo discente com necessidades especiais e submetida à Coordenação Geral deste programa.

Art.6º - São critérios de seleção geral para os discentes receberem a Bolsa Tutoria:

I – Coeficiente Acadêmico acima de 7,0 (sete).

II - Capacidade para trabalhar em equipe;

III – Disponibilidade pessoal e de horário;

IV - Assumir, por meio de Termo de Compromisso quanto à formação mínima definido pelo Núcleo de Acessibilidade, responsabilidade para realizar a tutoria com os estudantes contemplados pelo PIAPNE.

Art.7º - Ao Aluno Tutor compete desenvolver atividades de apoio e acompanhamento educacional ao portador de necessidades especiais.

Art. 8º – Uma vez selecionado pelo acadêmico portador de necessidades especiais, o discente que receber Bolsa Tutoria assina o Termo de Compromisso relativo a ela, junto à Pró -Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários.

Art. 9º - A Bolsa Tutoria será concedida pelo prazo de 1 (um) período letivo completo, podendo ser renovada por períodos sucessivos até o término do curso. Parágrafo Único - A Bolsa Tutoria poderá ser rescindida a qualquer tempo, por qualquer uma das partes, por comunicação escrita ou quando do seu vencimento.

Art. 10 - O não cumprimento convencionado no Termo de Compromisso; a conclusão ou abandono do curso; o cancelamento ou trancamento da matrícula; o abandono da função definida pela bolsa acadêmica por período superior a 15 (quinze) dias consecutivos, sem justificativa; ou a prática de qualquer ato de indisciplina, constitui motivos para a cessação

da bolsa acadêmica e do referido Termo de Compromisso, garantidos ao aluno bolsista o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Art. 11 - O número de horas semanais das atividades referentes à Bolsa Tutoria será de 10 horas além do horário das disciplinas matriculadas.

§ 1º - O Diretor da unidade deverá enviar a frequência acadêmica do Aluno Tutor até o dia 05 de cada mês à Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários.

Art. 13 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REITORIA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 21 de junho de 2011.

JOSÉ ALDEMIR DE OLIVEIRA
Presidente do Conselho Universitário